

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG

ANÉZIO EUGÊNIO DE FARIA JÚNIOR

**IMPACTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA EXPANSÃO DA UNIFAL-MG
PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS NO PERÍODO DE 2002 A 2014**

Varginha/MG

2015

ANÉZIO EUGÊNIO DE FARIA JÚNIOR

**IMPACTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA EXPANSÃO DA UNIFAL-MG
PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS NO PERÍODO DE 2002 A 2014**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha.

Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lacerda Rezende

Varginha/MG

2015

Faria Júnior, Anézio Eugênio de.

Impactos econômicos e financeiros da expansão da UNIFAL-MG para o município de Alfenas no período de 2002 a 2014 / Anézio Eugênio de Faria Júnior. - 2015.

144 f. -

Orientador: Marcelo Lacerda Rezende

Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha, 2015.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Multiplicador (Economia). 3. Universidade Federal de Alfenas. I. Rezende, Marcelo Lacerda. II. Título.

CDD: 338.9098151

ANÉZIO EUGÊNIO DE FARIA JÚNIOR

**IMPACTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA EXPANSÃO DA UNIFAL-MG
PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS NO PERÍODO DE 2002 A 2014**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade

Aprovada em: 24 / 06 / 2015

Prof. Dr.: Michel Deliberali Marson (Presidente)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 


Prof. Dr.: Flamarion Dutra Alves

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 

Prof. Dr.: Thiago Fontelas Rosado Gambi

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 

Aos meus amados pais, maiores exemplos de dedicação e integridade, que com muito amor e carinho me ensinaram o caminho das pedras para que eu mesmo pudesse alcançar os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar o dom da vida e todas as oportunidades para que eu sempre pudesse me tornar uma pessoa melhor a cada dia.

Aos meus pais Anézio e Vera, meus primeiros educadores e meus exemplos de vida, que sempre me deram todo o amor e carinho do mundo e sempre acreditaram em mim.

Aos meus irmãos Larissa e Fernando exemplos de profissionais e amigos para a vida toda.

Ao meu Orientador Professor Dr. Marcelo Lacerda Rezende por todos os seus ensinamentos, amizade e dedicação durante esses dois anos de convivência.

A minha querida namorada Magda, minha companheira e amiga, meu braço direito de todas as horas que tanto me apoiou e acreditou no meu potencial, tornando essa fase da minha vida muito mais fácil.

Aos professores do PPGPS que com muita dedicação e sabedoria me proporcionaram valiosas ferramentas para a minha formação acadêmica.

Aos colegas do PPGPS que com as mais diversas formações e concepções políticas, em nossos debates mais calorosos abriram minha a cabeça e me apresentaram o outro lado da moeda.

Aos servidores da UNIFAL-MG que confiaram na minha pesquisa e gentilmente responderam aos questionários que foram de fundamental importância para os resultados desse trabalho.

Aos secretário(a)s das unidades acadêmicas e demais departamentos que gentilmente me ajudaram na coleta dos questionários, o sucesso da pesquisa foi graças à ajuda de vocês, muito obrigado!

Ao Professor Tomás e a equipe da PROPLAN que “segurou as pontas” durante esses três meses e permitiram que eu me afastasse para que eu pudesse concluir esse trabalho.

Ao meu gato de estimação Drogbinha pela companhia em tempo integral durante a toda a elaboração da dissertação.

A UNIFAL-MG pela estrutura e apoio que me possibilitou a desfrutar ao máximo de um ensino gratuito de excelência.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar um estudo sobre a importância de uma universidade federal como fonte propulsora do desenvolvimento econômico e social no município em que está inserida. Este estudo utilizou como base o caso da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) na cidade de Alfenas-MG, principalmente entre os anos de 2002 a 2014. Com esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo, a fim de identificar quais setores da economia do município de Alfenas foram mais afetados pela expansão da UNIFAL-MG no período pós REUNI, considerando o aumento no nível de renda e de emprego nesses setores. Para a construção dos dados, foram utilizadas análises documentais, a base de microdados da RAIS e questionários fechados aplicados aos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas-MG. Os dados coletados foram tratados na perspectiva de análises econométricas. Para confirmar a existência de uma relação entre as variáveis estudadas foram realizados Testes t , testes de Regressões Lineares Simples e o Critério de Informação de Akaike corrigido para pequenas amostras ($AICc$). Foi verificado que a transformação da EFOA em UNIFAL-MG gerou um efeito econômico positivo que contribuiu para o crescimento dos setores de Alimentação e Hospitalidade, Construção Civil, Atividades Imobiliárias, os Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos, Serviços de Transporte e Correio e Educação. Além disso, foi estimada a movimentação financeira realizada no município de Alfenas em decorrência da UNIFAL-MG no ano de 2014 por meio dos gastos realizados pelos servidores ativos, estudantes vindos de outros municípios e os gastos correntes e de investimentos realizados pela própria universidade que foi de R\$ 68.124.332,53. Portanto, apesar de terem sido identificados, além de uma vultosa movimentação financeira, significativos impactos positivos em diversas atividades econômicas do município de Alfenas-MG, fato que comprova a importância de uma instituição de ensino superior pública para a economia de uma cidade de médio porte.

Palavras-chave: Multiplicadores de renda e emprego. Universidade Federal de Alfenas. Desenvolvimento Local. Expansão Universitária. Impacto regional de universidades.

ABSTRACT

This paper aimed at presenting a study over the importance of a federal university as a promoter of social and economic development in the city where it is located. It used as basis the case of Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) in the city of Alfenas-MG, mainly during the 2002 to 2014. With this aim, a quantitative survey was done in order to identify which sectors of the city's economy were affected the most by UNIFAL-MG's expansion in the period after REUNI, considering the increase in wage and employment rates. To arrange the data, this research included document analyses, the microdata from RAIS and closed questionnaires asked to active civil servants of the university located in Alfenas-MG. The collected data was treated in the perspective of econometrics analysis. To confirm the existence of a relation between the studied variables the *t-test* and Simple Linear Regressions and the Corrected Akaike Information Criterion to small samples (AICc) were used. After EFOA became UNIFAL-MG, it was verified a positive economic effect which contributed to the growth to the economic sectors of Food and Hospitality, Construction, Real Estate Activities, Vocational Service, Technical and Scientific, Transport Services and Mail and Education. Besides, the financial transactions carried out in 2014 in Alfenas-MG as a result of UNIFAL-MG through the spending by civil servants, students from other cities and expenditures and investments made by the own university was estimated at R\$ 68,124,332.53. Although positive economic impacts were found and high financial transactions, significant positive impacts on various economic activities in the city of Alfenas-MG, concluding the importance of a public institution of higher education for the economy of a medium-sized city.

Keywords: Multipliers of income and employment. Federal University of Alfenas. Local Development. University Expansion. Regional impact of universities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da Renda dos empregados no município de Alfenas-MG por Atividades Econômicas em 2002 e 2013.....	32
Figura 2 - Resultado do teste AICc para o nível de renda nas atividades econômicas de Alfenas.....	91
Figura 3 - Resultado do teste AICc para o nível de emprego nas atividades econômicas de Alfenas.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção dos componentes do PIB em Alfenas de 2004 a 2012.....	23
Gráfico 2 - Aumento do PIB relativo ao Ano Base 2005.....	23
Gráfico 3 - Aumento Relativo do Valor Adicionado Bruto a Preços correntes de Serviços, inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social - Ano Base 2005.....	24
Gráfico 4 - Evolução do Número de Universidades Federais.....	50
Gráfico 5 - Evolução da proporção dos estudantes no Ensino Público Superior por Quintos.....	62
Gráfico 6 - Distribuição dos estudantes de ensino superior público de acordo com os quintos de rendimento familiar per capita.....	63
Gráfico 7 - Série histórica dos rendimentos da UNIFAL-MG, Indústria, Agropecuária e Administração Pública.....	108
Gráfico 8 - Evolução das principais atividades econômica de Alfenas.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Gerenciais do Município de Alfenas em 2013.....	31
Quadro 2 - Síntese dos Principais Estudos sobre o impacto de uma Instituição de Ensino superior sobre uma região.....	79
Quadro 3 - Parâmetros para os Microdados da RAIS.....	81
Quadro 4 - Movimentação Financeira dos servidores da UNIFAL-MG no município de Alfenas-MG.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de empregados por setor da atividade econômica em 2013.....	25
Tabela 2 - Desagregação do Setor de Serviços.....	25
Tabela 3 - Situação salarial de acordo com o setor econômico.....	26
Tabela 4 - Situação salarial de acordo com o grau de escolaridade em 2013.....	26
Tabela 5 - Produção Agrícola Municipal Lavoura Temporária 2013.....	27
Tabela 6 - Produção Agrícola Municipal Lavoura Permanente 2013.....	27
Tabela 7 - Receitas Orçamentárias do Município de Alfenas em 2013.....	28
Tabela 8 - Série Histórica das Despesas de Alfenas por Grupo de Natureza de Despesa.....	29
..	
Tabela 9 - Despesas realizadas com recursos municipais por Despesa Funcional em 2013.....	30
Tabela 10- Despesas Liquidadas da UNIFAL-MG em 2013 e 2014 por Elemento de Despesa.....	39
Tabela 11 - Síntese das despesas da UNIFAL-MG em 2013 e 2014.....	40
Tabela 12- Evolução das atividades de extensão e público atingido.....	42
Tabela 13- Relação dos Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	43
Tabela 14- Síntese dos Resultados da Expansão da UNIFAL-MG.....	45
Tabela 15- Quantidade de campi e municípios atendidos por período.....	54
Tabela 16- Crescimento das Universidades Federais de 2002 a 2014.....	54
Tabela 17- Relação de vagas de servidores pactuadas e efetivadas pela UNIFAL-MG.....	61
Tabela 18- Resultados do teste t e da regressão linear simples para o nível de renda das atividades econômicas de Alfenas-MG.....	88
Tabela 19- Resultado do teste AICc no nível de renda das atividades econômicas.....	89
Tabela 20- Resultados do teste t e da regressão linear simples para o nível de emprego das atividades econômicas de Alfenas-MG.....	92
Tabela 21- Resultado do teste AICc no nível de emprego das atividades econômicas	94
Tabela 22- Relação de servidores que responderam ao questionário.....	96
Tabela 23- Faixa de rendimentos líquidos dos servidores.....	97
Tabela 24- Parcela do total dos seus rendimentos gastos em Alfenas-MG.....	99
Tabela 25- Síntese do resultado das questões referentes às despesas por atividade econômica.....	100

Tabela 26 -	Relação das despesas dos servidores que não residem em Alfenas-MG	101
Tabela 27 -	Estimativa de gastos dos servidores da UNIFAL-MG por grupo de despesa de acordo com a aplicação dos questionários.....	104
Tabela 28 -	Movimentação financeira de curto prazo realizada no município de Alfenas em 2014 em decorrência da UNIFAL-MG.....	107
Tabela 29 -	Despesas dos servidores com Comércio Atacadista e Varejista.....	115

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BI	Bacharelado Interdisciplinar
BICT	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEME	Central de Distribuição de Medicamentos
CFE	Conselho Federal de Educação
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPqD	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
I9/UNIFAL-MG	Agência de Inovação e Empreendedorismo da UNIFAL-MG
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LACEN	Laboratório Central de Análises Clínicas
LATF	Laboratório de Análises de Toxicantes e Fármacos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MNPEF	Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NCQ	Núcleo de Controle de Qualidade

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PRACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REUNI	Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SESu	Secretaria de Educação Superior
SNI	Sistema Nacional de Inovação
SPO	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SRI	Sistema Regional de Inovação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	JUSTIFICATIVA.....	19
1.2	OBJETIVOS.....	20
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE ALFENAS-MG E A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA	22
2.1	O MUNICÍPIO DE ALFENAS.....	22
2.2	A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS.....	33
2.2.1	A expansão da área física	38
2.2.2	As despesas realizadas pela UNIFAL-MG	38
2.2.3	A UNIFAL-MG e a sua relação com a comunidade de Alfenas e região	41
2.2.3.1	A Pesquisa Universitária.....	42
2.2.3.2	Síntese dos Resultados da Expansão da UNIFAL-MG.....	44
2.3	AS EXPANSÕES OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	46
2.3.1	O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	56
2.4	OS RESULTADOS DAS EXPANSÕES OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2014.....	61
3	REFLEXÕES TEÓRICAS DO INVESTIMENTO PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	64
3.1	O MULTIPLICADOR E A SUA APLICAÇÃO NO CÁLCULO DO IMPACTO DE UMA UNIVERSIDADE SOBRE A REGIÃO EM QUE ESTÁ INSERIDA.....	64
3.2	OS PRINCIPAIS MÉTODOS DE ANÁLISES REGIONAIS E LOCAIS E OS IMPACTOS REGIONAIS PROVOCADOS ENTRE OS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA DE UMA REGIÃO.....	66
3.3	OS IMPACTOS REGIONAIS CAUSADOS PELOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS.....	69
3.4	OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE UMA UNIVERSIDADE NO MUNICÍPIO NO QUAL SE INSERE E O SEU PAPEL COMO FATOR CHAVE NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL REGIONAL.....	71
3.5	MODELOS E ESTUDOS RELACIONADOS AOS IMPACTOS ECONÔMICOS PROVOCADOS PELAS UNIVERSIDADES.....	73

4	MATERIAL E MÉTODOS.....	80
4.1	CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	81
4.2	ANÁLISES ESTATÍSTICAS DA RELAÇÃO DA EXPANSÃO DA UNIFAL-MG COM AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG.....	82
4.3	ANÁLISE DE CURTO PRAZO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA UNIFAL-MG PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG.....	83
4.3.1	Movimentação financeira realizada pelos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas.....	84
4.3.2	Movimentação financeira realizada pelos estudantes da UNIFAL-MG	85
4.3.3	Movimentação financeira ocasionada pelos gastos de custeio e investimentos da UNIFAL-MG.....	85
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	87
5.1	RESULTADOS DO RENDIMENTO MENSAL DOS SERVIDORES ATIVOS DA UNIFAL-MG E RENDA MENSAL DOS SETORES ECONÔMICOS.....	87
5.2	RESULTADOS DO RENDIMENTO MENSAL DOS SERVIDORES ATIVOS DA UNIFAL-MG E O NÍVEL DE EMPREGO DOS SETORES ECONÔMICOS.....	91
5.3	RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS SETORES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE ALFENAS.....	95
5.3.1	Estimativa da movimentação financeira realizada pelos servidores ativos da UNIFAL-MG.....	102
5.4	RESULTADO DO IMPACTO DE CURTO PRAZO DA UNIFAL-MG PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS EM 2014.....	105
5.4.1	Gastos realizados pelos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas	105
5.4.2	Gastos dos estudantes vindo de outros municípios realizados em Alfenas.....	105
5.4.3	Despesas de custeio realizadas na UNIFAL-MG em Alfenas.....	106
5.4.4	Despesas de investimentos realizadas na UNIFAL-MG em Alfenas.....	107
5.5	DISCUSSÃO.....	107
5.5.1	Construção Civil.....	109
5.5.2	Serviços de Alimentação e Hospitalidade.....	110
5.5.3	Serviços Financeiros e Seguros.....	111
5.5.4	Educação.....	111

5.5.5	Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos.....	112
5.5.6	Transporte e Correio.....	112
5.5.7	Atividades Imobiliárias.....	113
5.5.8	Atividades Administrativas.....	113
5.5.9	Comércio Atacadista e Varejista.....	114
5.5.10	Atividades que apresentaram crescimento, mas não tiveram relação com o crescimento da UNIFAL-MG.....	115
5.5.11	Atividades econômicas que não apresentaram crescimento no período de estudo.....	116
5.5.12	Análise geral dos resultados e perspectivas futuras.....	116
6	CONCLUSÃO.....	119
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICES.....	130
	ANEXOS.....	140

1 INTRODUÇÃO

A importância da Universidade pode ser avaliada a partir de diferentes perspectivas: da formação de profissionais para o mercado de trabalho; dos serviços prestados à sociedade em várias áreas como saúde, educação e cultura; da assessoria a órgãos públicos e empresas privadas; da criação de novas técnicas a partir das pesquisas realizadas, entre outras. No entanto, além desses benefícios decorrentes de suas atividades é preciso também considerar os efeitos econômicos e financeiros resultantes das transações dos recursos da Universidade (BOVO, 2003).

A movimentação de recursos financeiros nas universidades por meio do pagamento dos salários de servidores e funcionários terceirizados, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades, constitui um conjunto de fatores que passa a exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (BOVO, SILVA E GUZZI, 1996).

Diante desse contexto, a cidade de Alfenas é um caso a ser avaliado, principalmente a partir ano de 2005, ano em que a EFOA/CEUFE aderiu ao Programa de Expansão do Governo Federal e transformou-se em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), passando assim a oferecer cursos tanto na área de saúde como também nas ciências exatas, humanas, sociais aplicadas e da natureza.

Consolidando o processo de expansão em 2008, com a adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UNIFAL-MG passou a oferecer 14 novos cursos de graduação em 2009. No ano de 2015, a UNIFAL-MG passa a oferecer com 30 cursos de graduação presenciais, 3 cursos de graduação a distância e 2 cursos de especialização distribuídos em 21 polos, 16 programas de mestrado e 3 de doutorado.

A execução dos recursos para a implantação foi mais intensa de 2009 a 2012, pois, por mais que as decisões de implantação das novas Unidades tivessem sido tomadas em anos anteriores, sua execução tomou maiores proporções nesses anos, uma vez que os recursos financeiros foram repassados gradativamente pelo Ministério da Educação. Portanto, nesses anos houve destaque principalmente pela expansão física da Unidade Educacional Santa Clara no município de Alfenas, além dos campi avançados criados nos municípios de Poços de Caldas-MG e Varginha-MG (UNIFAL-MG, 2014a).

Este processo de expansão propiciou à instituição um aumento no número de vagas na graduação e pós-graduação; construção de novos prédios e modernização dos laboratórios; aumento no número de servidores; efetivos progressos tanto na pesquisa quanto na extensão universitária, dentre outros fatores inerentes à expansão.

De acordo com Silva, Freitas e Lins (2013), pelo lado da oferta, a expansão da educação superior no Brasil, ocorreu por meio de políticas públicas voltadas para o financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos, através dos programas Fies e PROUNI, do aumento da oferta de vagas na rede federal, em instituições privadas, como também a interiorização da universidade. Já, pelo lado da demanda o crescimento se deu por conta de que nas últimas décadas o crescimento econômico do país provocou uma procura por parte do mercado por uma mão de obra mais qualificada. Além disso, os novos formatos de cursos que têm sido adotados, como os cursos a distância e cursos tecnológicos (voltados à formação profissionalizante de nível superior), têm atraído mais estudantes com perfis distintos que ainda não haviam sido atendidos.

Esses programas de expansão das IES foram divididos em três fases, sendo que a última fase terminaria em 2014 (BRASIL, 2014a). Concomitantemente, desde o início de 2015, o Governo Federal identificou a existência de problemas fiscais¹ que certamente irão comprometer o aporte de recursos para as Universidades Federais de todo o país. Esses fatos reduzem o repasse de recursos do Governo Federal para as universidades, o que torna mais importante compreender o impacto dos gastos, investimentos sobre a economia local.

1.1 JUSTIFICATIVA

A importância desta pesquisa reside na possibilidade de mensuração e qualificação das mudanças e interações econômicas e financeiras ocorridas no município de Alfenas,

¹ No início de 2015 foi publicado o Decreto 8.389 de 07 de janeiro de 2015 que limitou a movimentação e o empenho das dotações de todos os órgãos federais a 1/18 (um dezoito avos) por mês do valor previsto no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, isso quer dizer que cada órgão estaria contingenciado em 1/3 do seu orçamento. Em 24 de abril de 2015 foi publicado o Decreto 8.434 que, de acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG em Brasil (2015a), ainda segue comprometido com o ajuste fiscal, limitando os gastos a serem realizados até o mês de maio a 5/18 do orçamento previsto. A principal diferença nesse decreto foi trazer limites também para as despesas de investimento, podendo cada órgão flexibilizar os seus gastos entre custeio e capital de acordo com a sua necessidade.

provenientes do aumento do fluxo de discentes e servidores, além dos gastos com custeio e investimentos realizados pela UNIFAL-MG a partir da sua expansão.

Em virtude da existência de poucos estudos sobre os impactos econômicos e financeiros decorrentes das chamadas “cidades universitárias”, que são cidades de pequeno e médio porte onde existe uma população flutuante universitária significativa, com atividades econômicas locais intimamente ligadas a essa característica, esse trabalho que toma como base o município de Alfenas-MG, servirá de apoio em estudos que visam analisar outras cidades cuja estrutura seja similar a de Alfenas-MG, ou seja, predominantemente universitária. Dessa forma, tanto a universidade como a sociedade poderão ter uma maior visualização e perspectiva da trajetória natural do funcionamento do fluxo econômico e financeiro da região e, com o resultado disso, identificar quais as melhores alternativas de investimentos em estruturação e modernização das cidades que possuam essa peculiaridade.

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem com objetivo geral estudar o efeito exercido pela UNIFAL-MG sobre a demanda agregada das atividades econômicas de Alfenas (efeito de curto prazo) e o impacto causado pelas expansões da UNIFAL-MG na década de 2000 de forma a mensurar quais foram as atividades econômicas que sofreram maior efeito desse aumento na demanda agregada.

Especificamente pretende-se:

- a) mensurar o montante de recursos financeiros movimentados pela UNIFAL-MG durante o período em análise;
- b) verificar se houve aumento no nível de renda da população em função da expansão da UNIFAL-MG no município de Alfenas-MG e identificar os setores da economia onde esse nível foi mais significativo;
- c) verificar se houve aumento no nível emprego no município de Alfenas-MG em função da expansão da UNIFAL-MG e identificar os setores da economia onde esse nível foi mais significativo.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em seis seções. Além desta primeira parte introdutória que consiste em apresentar o tema do trabalho, a justificativa e os objetivos. No capítulo seguinte apresenta-se uma breve contextualização, abordando as principais características econômicas do município de Alfenas e da Universidade Federal de Alfenas. Ainda nesse mesmo capítulo são apresentados os diversos processos de expansão ocorridos no Brasil ao longo dos anos, enfatizando os processos mais recentes ocorridos durante a década 2000, em especial, o Programa REUNI, e, por fim, os principais resultados das expansões ocorridas entre 2003 e 2014. No terceiro capítulo, são apresentadas revisões bibliográficas da literatura sobre o multiplicador econômico keynesiano e a sua importância no impacto de uma universidade sobre a região em que está inserida. Ainda nesse capítulo são apresentados os principais métodos de análises regional e local, os impactos regionais provocados entre os diversos setores da economia de uma região, os impactos decorrentes do investimento público, os impactos econômicos e sociais causados por uma universidade em uma região e, por fim, alguns modelos de estudos relacionados aos impactos causados pelas universidades em uma localidade. O capítulo quatro apresenta os materiais e métodos utilizados nesse trabalho. Nos dois últimos capítulos são apresentados os principais resultados e a discussão e, por fim, as considerações finais.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE ALFENAS-MG E A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA

Para um estudo cujo tema principal é o impacto econômico da expansão da UNIFAL-MG no município de Alfenas, faz-se necessário uma busca sobre os aspectos econômicos do município, os aspectos históricos e econômicos da UNIFAL-MG e as expansões na educação superior ocorridas no Brasil para melhor compreensão deste trabalho e as possíveis relações entre os temas.

2.1 O MUNICÍPIO DE ALFENAS

Situado no sul de Minas Gerais, o município de Alfenas possui uma área de 850 Km². A população registrada no Censo 2010 foi de 73.774 habitantes e a população estimada em 2014 foi de 78 mil habitantes, da qual aproximadamente 93% residem em área urbana (IBGE, 2015b). Uma de suas principais atividades econômicas é a prestação de serviços na área de saúde, onde é considerada como referência na região, contando com três hospitais que atendem diversas cidades da sua microrregião que abrange os seguintes municípios: Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania. A produção de café também merece destaque no município de Alfenas, de acordo com a Ipanema Coffees (2015) a fazenda Conquista pertencente ao Grupo Ipanema Coffees é uma das maiores fazendas voltadas para a produção de café em área contínua do mundo com 1.800 hectares dos quais 79% estão destinados ao plantio do café e 21% reservados para preservação florestal.

Considerado um polo universitário, o município de Alfenas conta com duas universidades: a Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS) e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Essas universidades atraem estudantes de todas as regiões do Brasil, contribuindo como um forte propulsor na atividade econômica da cidade. Em 2012 Alfenas teve um PIB registrado de R\$ 1.640.632.000,00, sendo que maior parte da produção foi em serviços com 76,64% do total do PIB, ficando a indústria com 14,69% e a atividade

agropecuária com 8,67%. O PIB per capita nesse mesmo ano foi de R\$ 21.932,41 (IBGE, 2015b).

Esses dados podem ser observados no Gráfico 1, onde nota-se uma redução na parcela do PIB referente à Indústria e a Agropecuária e um considerável aumento em Serviços no período de 2004 até 2012.

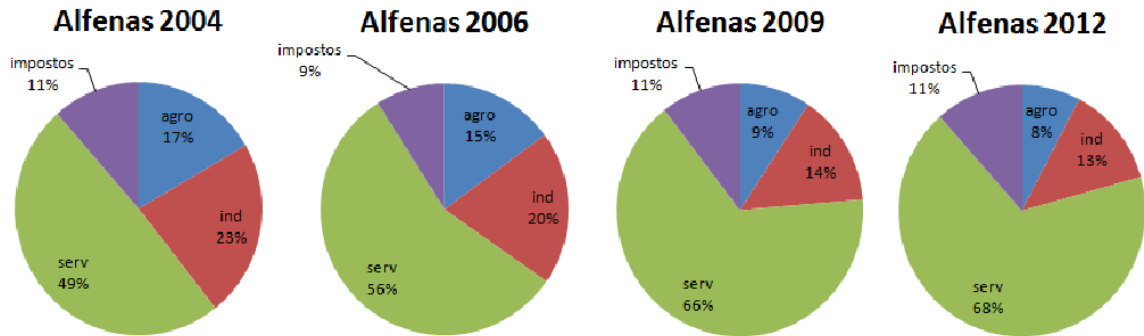


Gráfico 1 - Proporção dos componentes do PIB em Alfenas de 2004 a 2012

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Agro – Valor adicionado bruto a preços correntes da Agropecuária; Ind – Valor adicionado bruto a preços correntes da Indústria; Serv – Valor adicionado bruto a preços correntes de Serviços, inclusive Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Impostos - Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes.

O Gráfico 2 mostra o crescimento proporcional do PIB do município de Alfenas em relação ao Brasil, à região sudeste do país, ao estado de Minas Gerais e, por fim, a região sul e sudoeste de Minas Gerais.

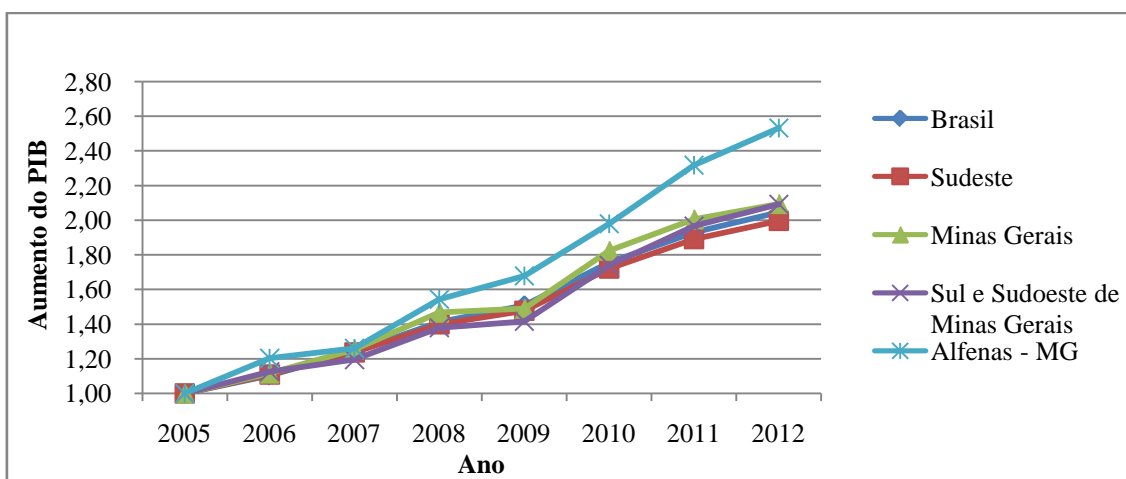


Gráfico 2 - Aumento do PIB relativo ao Ano Base 2005

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Da mesma forma, observa-se pelo Gráfico 3, que o Valor Adicionado bruto a preços correntes dos serviços, inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social com ano base em 2005 do município de Alfenas também ficou acima dos valores utilizados como parâmetro.

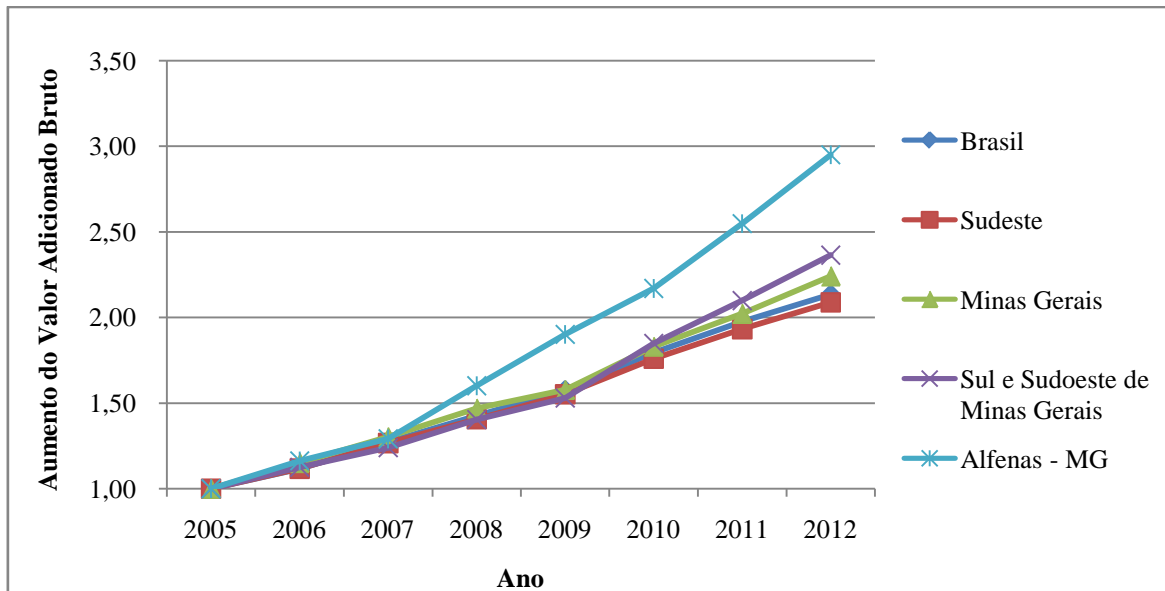


Gráfico 3 - Aumento Relativo do Valor Adicionado Bruto a Preços correntes de Serviços, inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social - Ano Base 2005

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

De acordo o IBGE (2015), o município de Alfenas possuía em 2010 uma população total de 73.774 habitantes sendo 36.081 homens (48,91%) e 37.693 mulheres (51,09%), e uma população economicamente ativa (PEA) de 38.696 pessoas, representando 52,45% desse total. A população masculina, maioria da PEA, detinha 54,96% do total.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em 31 de dezembro de 2013, havia 19.943 em pessoas registradas no setor formal da economia de Alfenas. Os homens detinham a maior parte dos postos de trabalho, com um total de 11.829 empregados, enquanto o número de mulheres empregadas era de 8.114. Assim, a população ocupada estava dividida entre 59,31% de empregados do sexo masculino e 40,69% do sexo feminino. Embora tivesse sido registrado em 2010 que a PEA masculina de Alfenas representasse 54,96% do total, a parcela de empregados do sexo masculino no mercado foi de 59,31% BRASIL (2015b).

A Tabela 1, a seguir, demonstra o número de empregados por setor da atividade econômica em 2013:

Tabela 1 - Número de empregados em Alfenas-MG por setor da atividade econômica em 2013

Setor	Nº de Empregados	%
Indústria	2.357	11,82%
Construção Civil	758	3,80%
Comércio	4.807	24,10%
Serviços	10.094	50,61%
Agropecuária, Extração vegetal, caça e pesca	1.927	9,66%
TOTAL	19.943	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

A maioria dos postos de trabalho do município encontra-se no setor de serviços, com um total de 10.094 empregados, representando 50,61% da população ocupada. Entre os demais setores, o maior número de empregados estava no comércio e na indústria, com 24,10% e 11,82%, respectivamente. A construção civil, o setor com menor número de empregados, representava apenas 3,80% do setor formal da economia.

A desagregação do setor de serviços, onde trabalha mais da metade dos empregados, mostra que os maiores empregadores no município de Alfenas-MG em 2013 eram a Educação e a Administração Pública conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Número de empregados no Setor de Serviços em Alfenas-MG em 2013

Serviço	Nº de Empregados	%
Atividades de Saneamento Básico	60	0,59%
Transporte e Correios	1.362	13,49%
Serviços de Alimentação e Hospitalidade	917	9,08%
Informações e Comunicações	147	1,46%
Serviços Financeiros e Seguros	345	3,42%
Imobiliária	45	0,45%
Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos	261	2,59%
Administração e Serviços de Suporte	337	3,34%
Administração Pública	1.902	18,84%
Educação	3.180	31,50%
Serviços Sociais e de Saúde	1.169	11,58%
Artes, Entretenimento e Recreação	76	0,75%
Outros Serviços	291	2,88%
Serviços Domésticos	2	0,02%
TOTAL	10.094	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

A Tabela 3 demonstra a massa e a média salarial da população alfenense em 2013 divididos por setor econômico:

Tabela 3 - Situação salarial de acordo com o setor econômico em Alfenas-MG em 2013

Setor	Massa Salarial (R\$)	Média Salarial (R\$)
Indústria	3.054.630,00	1.311,00
Construção Civil	912.632,00	1.204,00
Comércio	5.282.893,00	1.099,00
Serviços	22.999.487,43	2.272,45
Agropecuária, Extração vegetal, caça e pesca	2.235.320,00	1.160,00
TOTAL	34.484.962,43	1.729,18

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

O setor formal da economia de Alfenas produziu uma massa salarial total de 50.862,77 salários mínimos² em 2013, sendo a média salarial de 2,55 salários mínimos.

A Tabela 4 informa o número de empregados formais de Alfenas-MG de acordo com o grau de escolaridade em 2013, acompanhado das respectivas massa e média salariais de cada faixa.

Tabela 4 - Situação salarial de acordo com o grau de escolaridade em Alfenas-MG em 2013

Instrução/Grau de Escolaridade	Empregados	Massa Salarial (R\$)	Média Salarial (R\$)
Analfabeto	44	39.489,49	897,49
4ª Série Incompleta	639	669.757,28	1.048,13
4ª Série Completa	1.385	1.518.880,16	1.096,66
8ª Série Incompleta	1.660	1.983.357,14	1.194,79
8ª Série Completa	2.027	2.377.823,19	1.173,08
2º Grau Incompleto	2.083	2.196.780,24	1.054,62
2º Grau Completo	8.148	9.881.740,06	1.212,78
Superior Incompleto	679	1.032.610,13	1.520,78
Superior Completo	3.278	14.784.524,74	4.510,23
TOTAL	19.943	34.484.962,43	1.729,18

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

Os dados apresentados demonstram a existência de uma disparidade na média salarial de empregados de acordo com o grau de escolaridade do trabalhador, confirmando a tendência de aumento no salário à medida que se possui maior escolaridade. Verifica-se uma especificidade no município de Alfenas com relação à discrepância entre a média salarial dos empregados com curso superior completo, pois proporcionalmente existe um grande número

² Salário Mínimo vigente em 2013 de R\$ 678,00.

de servidores públicos federais com nível superior completo cuja faixa salarial fica acima da média do município. Em 2013 a média salarial de todos trabalhadores de Alfenas foi R\$ 1.630,99, enquanto a média salarial dos servidores da UNIFAL-MG foi R\$ 7.394,00. Os empregados com nível superior completo apresentaram uma média salarial de 6,65 salários mínimos, correspondendo a 2,61 vezes a remuneração média do setor formal da economia do município. Os empregados com curso superior completo representavam 16,44% do total, mas a sua participação na massa salarial total atingia 42,87%. A maioria dos empregados de Alfenas possuía o 2º grau completo, constituindo 40,86% da população ocupada (BRASIL, 2015b).

As Tabelas 5 e 6 demonstram a produção agrícola do município de Alfenas em 2013 nas lavouras temporárias e permanente respectivamente:

Tabela 5 - Produção Agrícola Municipal em Alfenas-MG - Lavoura Temporária 2013

Tipo de Produção	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (Quilograma)
Batata - inglesa	21.000	29.580	700	700	30.000
Milho (em grão)	50.400	20.160	7.000	7.000	7.200
Feijão (em grão)	4.650	14.398	4.800	4.800	969
Cana-de-açúcar	194.304	11.658	2.208	2.208	88.000
Tomate	2.400	3.989	40	40	60.000
Soja (em grão)	1.500	1.200	500	500	3.000
Mandioca	1.050	588	70	70	15.000
Arroz (em casca)	330	218	160	160	2.063
TOTAL	275.634	81.791	15.478	15.478	

Fonte: Adaptado de IBGE (2015c) – Produção Agrícola Municipal

Tabela 6 - Produção Agrícola Municipal em Alfenas-MG - Lavoura Permanente 2013

(continua)

Tipo de Produção	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área destinada à colheita (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectare)
Café (em grão)					
Arábica	20.206	99.639	10.205	10.205	1.980
Banana (cacho)	1.650	1.702	110	110	15.000

Tabela 6 - Produção Agrícola Municipal em Alfenas-MG - Lavoura Permanente 2013

(conclusão)

Tipo de Produção	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área destinada à colheita (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectare)
Tangerina	2.375	1.188	95	95	25.000
Limão	250	246	10	10	25.000
Maracujá	80	80	8	8	10.000
TOTAL	24.561	102.855	10.428	10.428	

Fonte: Adaptado de IBGE (2015c) – Produção Agrícola Municipal

Com relação à agricultura do município de Alfenas, de acordo com as Tabelas 5 e 6 verifica-se a produção agrícola em 2013 para as lavouras temporárias e permanente respectivamente. O valor da produção agrícola do café (R\$ 99.639.000,00) foi maior que o somatório de todos os outros tipos de cultivos que totalizaram em R\$ 85.007.000,00. Além do café, destacam-se também em valor de produção a batata inglesa, o milho, o feijão e a cana-de-açúcar, todos pertencentes ao grupo de lavouras temporárias.

A Tabela 7 apresenta as receitas arrecadadas pelo Município de Alfenas no ano de 2013. Pode-se observar que a maior parte das receitas (82,29%) são oriundas das transferências correntes, que são repasses feitos de outras esferas do governo para a esfera municipal. Dos R\$ 137.170.707,07 repassados, R\$83.454.586,54 vieram da União, sendo R\$ 48.244.183,10 desse valor é referente ao repasse do SUS. O Governo do Estado de Minas Gerais repassou R\$ 35.676.411,86, e, por fim, R\$16.549.634,26 em transferências multigovernamentais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEB.

Tabela 7 - Receitas Orçamentárias do Município de Alfenas-MG em 2013

(continua)

Tipo de Receita	Valor (R\$)	%
1 - Receitas Correntes	166.698.488,27	97,42%
1- Receita Tributária	23.681.471,20	13,84%
2 - Receitas de Contribuições	2.138.139,37	1,25%
3 - Receita Patrimonial	528.988,36	0,31%
4- Receita Agropecuária	-	
5 - Receita Industrial	-	
6 - Receita de Serviços	2.529,00	0,00%

Tabela 7 - Receitas Orçamentárias do Município de Alfenas-MG em 2013

(conclusão)

Tipo de Receita	Valor (R\$)	%
7 - Transferências Correntes	137.170.707,07	80,17%
9 - Outras Receitas - Correntes	3.176.653,27	1,86%
2 - Receitas de Capital	4.410.674,16	2,58%
1 - Operações de Crédito	3.182.151,95	1,86%
2 - Alienação de Bens	14.663,54	0,01%
3 - Amortização de Empréstimos	-	-
4 - Transferências de Capital	1.213.858,67	0,71%
5 - Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL	171.109.162,43	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2015c).

A Tabela 8 demonstra a distribuição das despesas no município de Alfenas desde o ano de 2011. Observa-se que em todos esses anos a maior parte das despesas são despesas correntes, representando 94,90% do total das despesas no ano de 2013, e dessa parcela 60,90% foram para pagamento com Outras Despesas Correntes. O que chama a atenção é o baixo investimento no município, que foi de apenas 3,77% das despesas do município.

Tabela 8 - Série Histórica das Despesas de Alfenas-MG por Grupo de Natureza de Despesa

Tipo de Despesa	2011		2012		2013	
	Valor em R\$	%	Valor em R\$	%	Valor em R\$	%
3- Despesas Correntes	123.180.841,00	84,67%	148.355.249,00	86,78%	152.826.646,00	94,90%
1- Pessoal e Encargos	49.922.585,00	34,32%	55.240.717,00	32,31%	58.204.176,00	36,14%
2- Juros e Encargos da Dívida	634.402,00	0,44%	1.455.239,00	0,85%	1.549.846,00	0,96%
3 - Outras Despesas Correntes	72.623.854,00	49,92%	91.659.293,00	53,62%	93.072.624,00	57,79%
4 - Despesas de Capital	22.294.737,00	15,33%	22.595.434,00	13,22%	8.217.124,00	5,10%
4 - Investimentos	17.234.028,00	11,85%	17.213.290,00	10,07%	6.075.357,00	3,77%
5- Inversões Financeiras	11.328,00	0,01%	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	5.049.381,00	3,47%	5.382.144,00	3,15%	2.141.767,00	1,33%
TOTAL	145.475.578,00	100,00%	170.950.683,00	100,00%	161.043.770,00	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2015c).

A seguir, na Tabela 9, verificam-se as despesas realizadas no município de Alfenas classificadas por despesas funcionais. Observa-se que praticamente dois terços das despesas foram nas áreas de saúde e educação, principalmente por se tratarem de recursos vinculados recebidos de outras esferas. As despesas com administração também foram bastante representativas, que se somadas às duas anteriores, representam 85,91% das despesas no município de Alfenas.

Tabela 9 - Despesas realizadas em Alfenas-MG com recursos municipais por Despesa Funcional em 2013

Tipo de Despesa	Valor (R\$)	%
Saúde	72.496.841,00	45,02%
Educação	33.376.338,00	20,73%
Administração	32.465.308,00	20,16%
Urbanismo	8.969.877,00	5,57%
Legislativa	5.406.551,00	3,36%
Assistência Social	3.472.578,00	2,16%
Gestão Ambiental	3.022.431,00	1,88%
Outras Funções	1.225.341,00	0,77%
Transporte	250.740,00	0,16%
Cultura	175.815,00	0,11%
Habitação	163.006,00	0,11%
Encargos Especiais	18.941,00	0,02%
Previdência Social	0,00	0,00%
Saneamento	0,00	0,00%
TOTAL	161.043.767,00	100,00%

Fonte: Adaptado de Brasil (2015c).

O Quadro 1 a seguir complementa algumas informações a respeito da gestão da economia do município de Alfenas por meio de indicadores elaborados pelo portal Meu Município (2015).

Quadro 1 - Indicadores Gerenciais do Município de Alfenas em 2013

Indicador	Resultado	Descrição
Receita tributária per capita	R\$305,10	Mede a média da receita de tributos por cidadão no município.
Vinculação da Receita Corrente	57,68%	Mede a parcela da receita corrente cuja destinação é definida em leis e/ou convênios (Vinculações Receita Educação + Vinculações Receita Saúde).
Investimento per capita	R\$81,87	Mede o investimento médio por cidadão no município.
Endividamento Bruto	13,78%	Mede a proporção das operações de crédito, precatórias, obrigações a pagar em circulação, obrigações legais e tributárias sobre a receita orçamentária líquida.
Resultado fiscal	-3,69%	Mede o percentual que a prefeitura conseguiu economizar ou que gastou a mais frente a receita total.

Fonte: Adaptado de Meu Município (2015).

A Figura 1 sintetiza a distribuição da renda do município de Alfenas-MG por Atividades Econômicas em 2002 e 2013. Chama a atenção para o crescimento do setor de Educação que em 2013 correspondeu a mais de 1/3 da renda dos trabalhadores total do município. A educação superior corresponde a 89,72% dessa parcela e 30,16% do total do município.

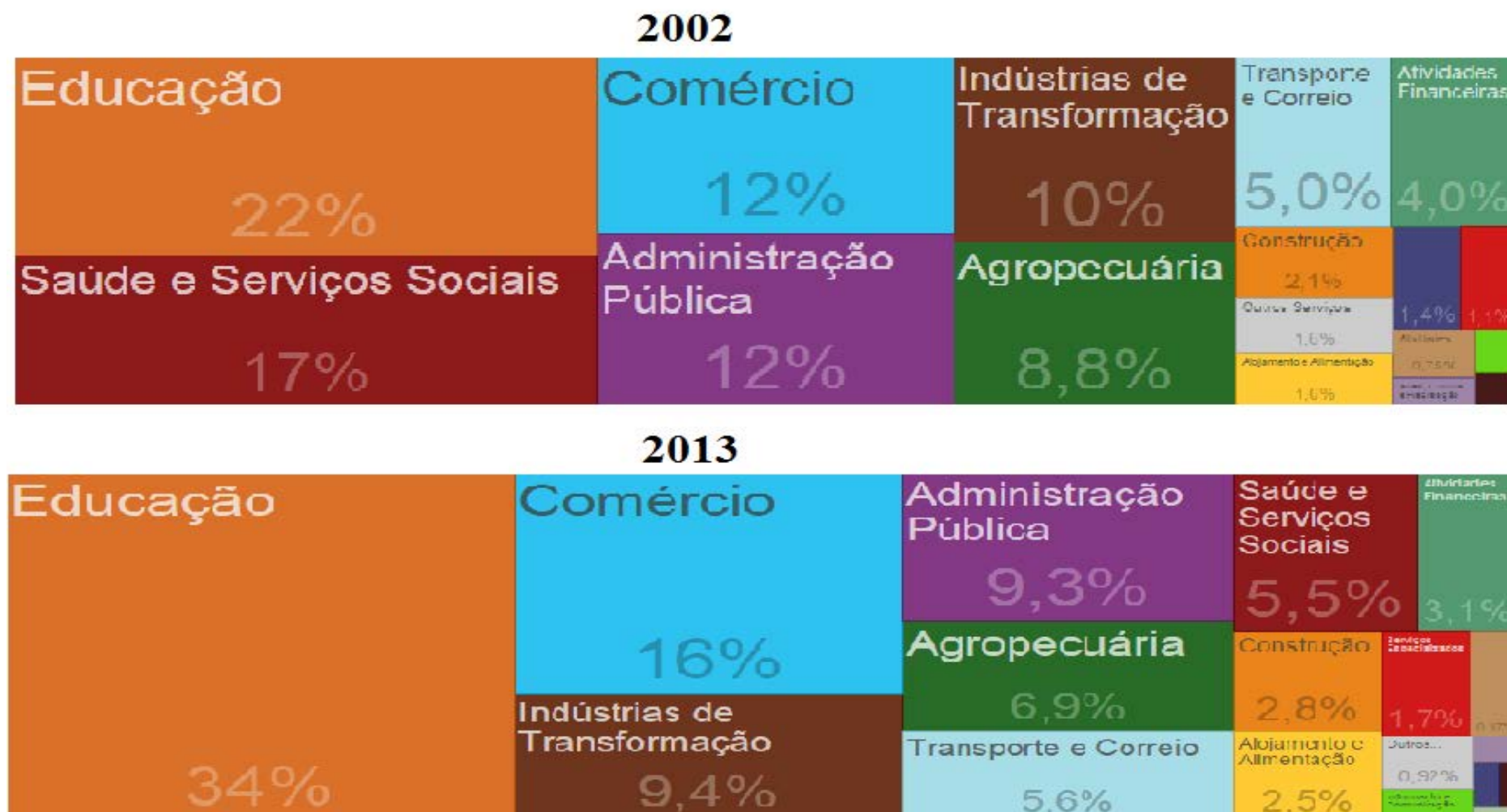


Figura 1 - Distribuição da Renda dos empregados no município de Alfenas-MG por Atividades Econômicas em 2002 e 2013
 Fonte: Dataviva (2015).

2.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas foi fundada no dia 3 de abril de 1914. Na primeira reunião da Congregação da EFOA, realizada no dia 5 de abril de 1914, foram definidos o estatuto e os programas de ensino do primeiro ano do curso de Farmácia e, no ano seguinte, iniciou-se o curso de Odontologia. A EFOA somente foi reconhecida como instituição de ensino superior em 23 de março de 1932. Desde então, passou a ser enquadrada nas disposições das leis federais. O processo de transformação da EFOA em uma Instituição Federal teve início em 1957 e, três anos mais tarde, no dia 18 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.854, a Escola foi federalizada (UNIFAL-MG, 2014a)³.

Em 07 de junho de 1972, a instituição foi transformada em autarquia, o que contribuiu para a implantação do curso de Enfermagem que iniciou quatro anos mais tarde. Outro fator que favoreceu a criação desse curso foi que naquela época o governo estava empenhado na criação de novos cursos de Enfermagem no país. A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou o Plano Decenal da Saúde para as Américas com a finalidade de promover a expansão na saúde primária, colocando como centro desse projeto a formação do enfermeiro, cujo perfil seria trabalhar nas ações educativas de saúde e, dessa forma, ao longo da década de 1970, o Ministério da Educação autorizou a criação de 13 novos cursos de Enfermagem no país (UNIFAL-MG, 2014a).

Para dar suporte aos alunos do curso de Farmácia, foi criada em 1979, a Farmácia-Escola que tinha como objetivo oferecer estágio aos discentes do curso de Farmácia. Até meados de 1996, a farmácia provia à comunidade gratuitamente medicamentos doados pelos profissionais médicos da cidade de Alfenas e pela CEME - Central de Distribuição de Medicamentos (UNIFAL-MG, 2014a).

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei Nº 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que revogou Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. A LDB de 1996 previa que as instituições de ensino superior ministrassem efetivamente a educação superior, sendo assim, a oferta de cursos superiores não era mais uma prerrogativa das universidades, garantindo assim maior autonomia universitária o que possibilitaria a criação de novos cursos, aumento ou redução de vagas (que

³A síntese da história da UNIFAL-MG apresentada neste capítulo utilizou como base o livro comemorativo do centenário da universidade: De EFOA a UNIFAL-MG: Memórias de 100 anos de história.

antes dependiam de autorização do governo federal), além da expedição de diplomas, que antes deveriam ser expedidos exclusivamente por alguma Universidade Federal.

Antes mesmo de a UNIFAL-MG atingir a autonomia proposta na LDB, foram autorizados pelo MEC, por meio da Portaria MEC Nº 1.202 de 1999, a criação de mais dois novos cursos: Nutrição e Ciências Biológicas e, também uma nova modalidade de formação para o curso de Farmácia: Fármacos e Medicamentos. O curso de Ciências Biológicas foi o primeiro curso noturno da UNIFAL-MG e desmembrou-se em 2002 nas modalidades Licenciatura e Bacharelado.

Em outubro de 2001, por meio da Portaria MEC Nº 2.101, de 1º de outubro de 2001 a instituição, contando já com cinco cursos, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Nutrição e Química, transformou-se em Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE.

Uma gama de fatores já contribuía para que a EFOA/CEUFE caminhasse para uma nova transformação, dessa vez em Universidade Federal. A EFOA/CEUFE ocupava posições de destaque no ranking das instituições de ensino superior e vinha obtendo notas máximas em todos os seus cursos de graduação na avaliação oficial do MEC. Além disso, a EFOA/CEUFE realizava a prestação de importantes serviços sociais para o município de Alfenas e região, provendo serviços de saúde. Também já era reconhecida pela sua expressiva contribuição social no que se refere às iniciativas de extensão, onde a comunidade acadêmica, por meio de projetos, possibilitava melhorias na qualidade de vida da população, tanto no aspecto cultural quanto na conscientização acerca dos problemas de saúde e meio ambiente (UNIFAL-MG, 2014a).

Em 2005, por meio da Lei Nº 11.154 de 29 de julho de 2005, a EFOA/CEUFE foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) passando assim a oferecer cursos tanto na área de saúde como também nas ciências exatas, humanas, sociais aplicadas e da natureza.

Com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), houve um abrupto aumento no número de servidores vinculados à essa pactuação em 2005, sendo o maior aumento registrado desde a sua fundação em 1914.

Foram abertos concursos públicos para o preenchimento de 143 vagas de docentes para todas as unidades acadêmicas. De acordo com o Decreto Nº 6.096/2007 foi possível a criação de vários cargos técnico-administrativos e a UNIFAL-MG foi contemplada com 94 novas vagas.

Até o ano de 2005, eram ofertadas 340 vagas em 07 cursos de graduação presenciais, dos quais somente no curso Ciências Biológicas – Licenciatura, eram oferecidas vagas de período noturno (20 vagas anuais). Porém, após a transformação da EFOA/CEUFE em UNIFAL-MG, houve um grande aumento no número de cursos e vagas ofertadas no período noturno, isso porque houve uma política de inclusão proposta pelos programas de expansão (UNIFAL-MG, 2014a).

Além disso, essa expansão gerou um aumento na demanda por serviços básicos de vigilância, limpeza e conservação que demandou a contratação de empresas especializadas nesse tipo de serviços que são prestados por funcionários terceirizados.

É importante ressaltar que, além do impacto econômico direto, a transformação provocou impactos econômicos indiretos por meio da sua expansão física, que demandou a contratação de trabalhadores do setor de construção civil e, também, de diversos setores da economia de Alfenas, impulsionados pela nova demanda ocasionada pelos novos servidores e funcionários contratados em decorrência da transformação.

A participação da UNIFAL-MG no Programa de Expansão - Fase I, fez com que em 2006 fossem criados 3 novos cursos noturnos: Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Pedagogia; 4 novos cursos diurnos: Ciência da Computação, Licenciatura em Química, Licenciatura em Geografia e Biotecnologia, foi criado também o Bacharelado em Geografia que era o único curso vespertino. Houve também um acréscimo de 20 vagas no curso de Ciências Biológicas - Licenciatura. Todos esses novos cursos deram origem a 425 novas vagas, sendo que 240 dessas vagas seriam para o período noturno. A UNIFAL-MG passou a ofertar em 2007, um total de 765 vagas (UNIFAL-MG, 2014a).

A partir de 2007, com a adesão ao REUNI, foi possível perceber avanços tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo da UNIFAL-MG em todas as suas áreas de atuação (ensino, pesquisa e extensão). No entanto, um dos principais problemas enfrentados pela UNIFAL-MG até os dias de hoje foi que o aumento no número de alunos e, por conseguinte, a demanda por serviços de atividade-meio, não foi acompanhada na mesma proporção da contratação de servidores técnico-administrativos. Além disso, por conta dessa expansão, houve a necessidade de se contratar um elevado número de funcionários terceirizados, responsáveis por atividades básicas, o que vem comprometendo substancialmente os recursos de custeio da universidade⁴.

⁴ A Série Histórica das despesas com Locação de Mão de obra na UNIFAL-MG de 2002 a 2014 podem ser consultadas no Anexo A e as despesas totais Pessoal, Custeio e Investimentos no Anexo B.

Em 07 de dezembro de 2007 foi aprovado pelo Conselho Superior a Resolução nº 57/2007 que respaldava a criação de um novo campus no município de Alfenas, situado no bairro Santa Clara que iniciou suas atividades em 2012 com a transferência do curso de Fisioterapia antes lotado na sede em Alfenas. Atualmente a Unidade Santa Clara também abriga os cursos de Ciência da Computação e Geografia.

Na mesma Resolução nº 57/2007 também estava contemplada a criação de um campus avançado em Poços de Caldas que abrigaria o Instituto de Ciência e Tecnologia com seus 4 cursos de graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT), Engenharia de Minas, Engenharia Química e Engenharia Ambiental, sendo que o BICT seria um pré-requisito para as três engenharias. De forma sintetizada, os cursos Bacharelados Interdisciplinares consistem em uma base de desenvolvimento de competências e habilidades combinadas com uma formação geral dos conceitos básicos, dessa forma o estudante ao final desse ciclo tem maiores informações para tomar a melhor decisão quanto ao seu futuro acadêmico e profissional, pois com a conclusão desse ciclo, o estudante poderá optar tanto por ingressar-se direto no mercado de trabalho ou em um curso de pós-graduação *stricto sensu*, como também poderá dar continuidade a sua formação profissional em áreas específicas cumprindo o segundo ciclo de estudos.

Além dos diversos novos cursos presenciais implantados na UNIFAL-MG nos processos de expansão, a UNIFAL-MG firmou parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e criou em 17 de fevereiro de 2005 o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), para realizar a gestão dos cursos de graduação e de especialização na modalidade a distância. (UNIFAL-MG, 2014b)

A partir daí, foi possível ofertar cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD). Em 2009 foram criados os dois primeiros cursos EaD da UNIFAL-MG: Licenciatura em Química, nos polos Campos Gerais e Ciências Biológicas, oferecido nos polos de Boa Esperança. Em 2012 a UNIFAL-MG passa a ofertar o curso de Pedagogia. Além dos cursos de graduação, também são oferecidos cursos de Especialização em Teorias e Práticas na Educação desde 2009 e o curso de Gestão Pública Municipal iniciado em 2013. Atualmente, os cursos EaD da UNIFAL-MG contam com 1.366 alunos matriculados, sendo 521 em graduação e 845 em especialização, que são ofertados em 19 pólos municipais credenciados pelo MEC (UNIFAL, 2015a).

Em 2008, o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Ciências Médicas foi transformado em Biomedicina e, um ano mais tarde, foi criado o curso de Fisioterapia.

Por fim, em 2009, três novos cursos de licenciatura da área de humanas tiveram suas primeiras turmas de ingressantes: História, Ciências Sociais e Letras. Todas essas licenciaturas foram criadas a fim de atender às diretrizes do governo federal, que preconizava a formação de professores que futuramente atuariam nas áreas do ensino fundamental e médio. Ainda, aproveitando as estruturas dessas licenciaturas, no mesmo ano foram criados os bacharelados em Ciências Sociais e Letras. Por fim, também foi criado um curso na área da saúde, Fisioterapia, que faria parte da Escola de Enfermagem (UNIFAL-MG, 2014a).

Contemplado na Expansão Fase II das universidades, foi aprovada a criação de um novo campus em Varginha, dando origem ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). No dia 02 de março de 2009, o campus avançado de Varginha começou as suas atividades em um espaço provisório cedido pela Prefeitura Municipal de Varginha e, a partir de 2012, foi transferido para o local definitivo onde são oferecidos quatro cursos: o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, que faz parte de um primeiro ciclo que prepara e norteia os discentes para um segundo ciclo que complementar a sua formação, podendo o discente optar entre três cursos: Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria.

Para dar maior aproximação e suporte aos estudantes mais vulneráveis, foi criada em 2010 a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), melhorando a gestão dos recursos destinados às ações de assistência estudantil. No mesmo ano de sua criação, a PRACE aderiu ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ainda em 2010, a UNIFAL-MG adotou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no qual atribui o ENEM como a única forma de ingresso nos cursos de graduação.

Pertencendo ao programa que preconizava a ampliação do número de Médicos por habitante, o último curso criado na UNIFAL-MG foi o de Medicina na sua sede em Alfenas que teve a sua primeira turma iniciada no primeiro semestre de 2014 com a oferta de 60 vagas, sendo o primeiro curso de Medicina de uma Instituição pública no sul de Minas Gerais.

Atualmente a UNIFAL-MG oferece 2.099 vagas em cursos de graduação e, de acordo com o Plano de Metas (2015), no ano de 2014 por meio da assistência estudantil 1.613 estudantes foram contemplados com algum tipo de auxílio.

2.2.1 A expansão da área física

Para que fosse possível a implantação dos diversos novos cursos na universidade devido à adesão dos Programas Expansão Fase I e REUNI, houve um grande aporte de recursos pactuados pelo Ministério da Educação, conforme apresentado no Anexo B, que possibilitaram à UNIFAL-MG realizar os investimentos em infraestrutura necessários. Como o repasse de recursos foi feito de forma gradativa, as obras foram sendo realizadas de forma gradativa, obedecendo a uma escala de prioridades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIFAL-MG. Portanto, a área construída da UNIFAL-MG vem sendo ampliada ano após ano. De acordo com a UNIFAL-MG (2015a), houve um aumento de 87.813 m² de área construída nos últimos 8 anos.

A Universidade Federal de Alfenas possui atualmente uma área total de 876.453 m², sendo 41.453 m² no campus sede, 200.000 m² na Unidade Educacional Santa Clara, 135.000 m² no campus avançado de Varginha e 500.000 m² no campus avançado de Poços de Caldas (UNIFAL 2014b).

Atualmente, a Universidade possui 106.438,59 m² de área construída, sendo 45.071,72 m² na sede, 23.278,73 m² na Unidade Santa Clara, 17.513,74 m² no campus de Varginha e 20.574,40 m² no campus de Poços de Caldas. (UNIFAL 2015a). É importante observar que a sede da UNIFAL-MG possui uma área construída maior que a área física de seu terreno, retratando uma sede extremamente verticalizada contando com vários prédios com dois ou mais pavimentos.

2.2.2 As despesas realizadas pela UNIFAL-MG

A Tabela 10 ilustra as despesas realizadas na UNIFAL-MG nos anos de 2013 e 2014. Observa-se que apesar de haver grande variabilidade de despesas correntes, a maior parte das despesas ocorre para o pagamento de Pessoal e Encargos Pessoais. A Tabela 11 sintetiza os gastos por grupo de despesa, apontando que quase 70% das despesas de toda universidade é para pagamento de pessoal, aproximadamente 20% destina-se ao pagamento de todas as despesas correntes e, por fim, cerca de 10% destina-se aos investimentos.

É importante observar que R\$ 13.687.623,29 de um total de R\$ 37.849.634,11, ou seja, 36,16% das despesas correntes foram para pagamento de firmas terceirizadas, locadoras de mão de obra. Portanto, após a retirada do lucro da empresa terceirizada, o montante que sobra pode ser considerado ingresso direto de recursos na economia de Alfenas devido à contratação desses funcionários que em sua maioria residem no município e realizam seus gastos na cidade.

Tabela 10 - Despesas Liquidadas da UNIFAL-MG em 2013 e 2014 por Elemento de Despesa

(continua)

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	2013		2014	
		Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
	01 - Aposentadorias e Reformas	12.789.574,66	12,99%	17.002.384,99	13,80%
	04 - Contratação por Tempo Determinado	1.838.963,78	1,87%	1.398.865,64	1,14%
	07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	-	-	20.196,04	0,02%
	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	160.577,25	0,16%	40.952,05	0,03%
Pessoal e Encargos Sociais	13 - Obrigações Patronais	13.219.187,55	13,42%	15.760.186,43	12,79%
	16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	202.544,94	0,21%	227.464,81	0,18%
	03 - Pensões do RPPS e do militar	2.771.796,02	2,81%	3.149.184,17	2,56%
	91 - Sentenças Judiciais	333.705,00	0,34%	565.191,37	0,46%
	11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	67.154.176,01	68,20%	85.030.059,88	69,02%
	TOTAL	98.470.525,21	100,00%	123.194.485,38	100,00%
	18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	3.886.923,15	12,15%	4.679.274,75	12,36%
Outras Despesas Correntes	20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	2.050,00	0,01%	1.150,00	0,00%
	46 - Auxílio-Alimentação	3.185.684,81	9,96%	2.903.168,96	7,67%
	49 - Auxílio-Transporte	28.835,88	0,09%	20.593,13	0,05%
	04 - Contratação por Tempo Determinado	49.144,93	0,15%	68.913,16	0,18%
	92 - Despesas de Exercícios Anteriores	356.077,85	1,11%	7.683,49	0,02%
	14 - Diárias - Civil	679.723,94	2,12%	763.202,62	2,02%
	93 - Indenizações e Restituições	1.510.276,78	4,72%	1.629.734,88	4,31%
	37 - Locação de Mão de Obra	10.161.621,52	31,76%	13.687.623,29	36,16%

Tabela 10 - Despesas Liquidadas da UNIFAL-MG em 2013 e 2014 por Elemento de Despesa (conclusão)

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	2013		2014		
		Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	
	30 - Material de Consumo	4.165.128,59	13,02%	4.508.436,68	11,91%	
Outras Despesas Correntes	47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	156.062,39	0,49%	241.327,59	0,64%	
	48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	603.684,36	1,89%	818.570,62	2,16%	
	08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor	147.244,82	0,46%	152.128,41	0,40%	
	36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.196.685,16	3,74%	1.074.178,01	2,84%	
	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.523.814,26	17,27%	6.915.843,35	18,27%	
	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	330.059,67	1,03%	368.405,17	0,97%	
	31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	8.400,00	0,03%	9.400,00	0,02%	
	TOTAL	31.991.418,11	100,00%	37.849.634,11	100,00%	
		61 - Aquisição de Imóveis	-	-	1.500.000,00	7,62%
	Investimentos	52 - Equipamentos e Material Permanente	6.356.304,12	40,60%	6.336.063,00	32,18%
51 - Obras e Instalações		9.222.124,52	58,91%	11.577.517,65	58,80%	
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		75.745,41	0,48%	276.444,72	1,40%	
TOTAL		15.654.174,05	100,00%	19.690.025,37	100,00%	

Fonte: Adaptado de UNIFAL (2015b).

Tabela 11 - Síntese das despesas da UNIFAL-MG em 2013 e 2014

Elemento de Despesa	2013		2014	
	Total Gasto (R\$)	%	Total Gasto (R\$)	%
Pessoal e Encargos Sociais	98.470.525,21	67,39%	123.194.485,38	68,73%
Outras Despesas Correntes	31.991.418,11	21,89%	37.849.634,11	21,12%
Investimentos	15.654.174,05	10,71%	19.690.025,37	11,00%
TOTAL	146.116.117,37	100,00%	179.234.144,86	100,00%

Fonte: Adaptado de UNIFAL (2015b).

Nota: A série histórica de 2004 a 2014 com valores de dezembro de 2014 podem ser consultadas no Anexo B.

2.2.3 A UNIFAL-MG e a sua relação com a comunidade de Alfenas e região

A UNIFAL-MG, além de formar profissionais nas mais diversas áreas, possui um papel muito importante para a comunidade alfenense e região, como o atendimento de milhares de pacientes todos os anos nas suas clínicas odontológicas e a realização de diversos tipos de exames no Laboratório Central de Análises Clínicas.

Desde 1916, a EFOA realiza tratamentos odontológicos à comunidade de Alfenas. Atualmente, a Faculdade de Odontologia presta diversos tipos de serviços odontológicos que são realizados pelos próprios alunos da instituição que recebem acompanhamentos dos professores. Esses atendimentos acontecem nas Clínicas Integradas I, II e III, Clínicas de Odontopediatria, Radiologia, Prótese e Semiologia (UNIFAL-MG, 2014a).

A realização de análises de sangue, fezes e urina na UNIFAL-MG existe desde 1969, quando teve início o curso de Farmácia Bioquímica. Em abril de 1989 foi criado o Laboratório Central de Análises Clínicas (LACEN). Atualmente, são atendidos cerca de 600 pacientes por mês e são realizados aproximadamente 5.000 exames laboratoriais, dentre exames parasitológicos e de urina, hematológicos, microbiológicos e imunoenaios e dosagens bioquímicas. O LACEN tem contribuído para formação dos alunos dos cursos de Farmácia e Biomedicina da UNIFAL-MG e, além do ensino, ainda é uma importante fonte de pesquisa e um forte indutor da extensão universitária. O LACEN é referência em toda a região em diagnósticos e controle da tuberculose e hanseníase.

Criado em 2000, o Núcleo de Controle de Qualidade - NCQ tem como objetivo prestar serviços na área de Garantia e Controle de Qualidade de Fármacos, Medicamentos e Alimentos, realizando ensaios físicos, físico-químicos de água potável e purificada e de fármacos e medicamentos, microbiológicos de produtos cosméticos e fármacos. O NCQ é responsável pela emissão de mais de 4.000 certificados por ano das análises das amostras de mais de 100 farmácias de manipulação e de 1 indústria de cosméticos (UNIFAL-MG, 2014a).

A interação da UNIFAL-MG com a comunidade de Alfenas-MG tanto nos aspectos culturais quanto de cidadania é realizada pela Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL-MG que é responsável pela coordenação de diversos programas, projetos, cursos, eventos e serviços que promovem a cultura, esporte, lazer, saúde, além de outras atividades que integrem a

sociedade ao meio universitário e, ao mesmo tempo, permite ao aluno realizar atividades e adquirir experiência por meio da extensão (UNIFAL-MG 2014a).

Cumprindo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988, os principais objetivos da Extensão Universitária da UNIFAL-MG de acordo com o PDI 2011-2015 são:

- a) estimular atividades de extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;
- b) priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e redistribuição da renda) relacionadas com as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos, justiça social, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e o mundo do trabalho;
- c) estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
- d) estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
- e) reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade (UNIFAL-MG, 2013, p. 22).

A Tabela 12 demonstra a evolução das atividades de extensão e o público atingido:

Tabela 12 - Evolução das atividades de extensão e público atingido

Descrição	2002		2014	
	Quantidade Realizada	Público Atingido	Quantidade Realizada	Público Atingido
Programas	01	344*	14	25.307
Projetos	54	34.738	83	208.600
Cursos	13	549	27	395
Eventos	27	7.395	116	6.384
Prestação de Serviços	15	3.729	0	0
Produção e publicação	03	-	-	-
TOTAL	113	46.755	240	240.686

Fonte: UNIFAL-MG (2015c).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

2.2.3.1 A Pesquisa Universitária

Em 10 anos o número de grupos de pesquisa na UNIFAL-MG passou de 17 para 65 em 2014. O financiamento das pesquisas por meio das agências de fomento, como a CAPES, o CNPq e a FAPEMIG são de fundamental importância para a condução das pesquisas, pois grande parte dos materiais utilizados pelas pesquisas, pagamento de bolsas de iniciação científica, e custeio das viagens para seminários e congressos são por meio desses recursos. A infraestrutura dos laboratórios e outras despesas correntes são custeadas com recursos da própria instituição. Outro órgão de fomento que apoia os projetos de pesquisa na parte de infraestrutura e modernização é a FINEP, que só em 2013 descentralizou mais de R\$ 2,5 milhões de reais para a UNIFAL-MG (UNIFAL-MG, 2014a).

Com a finalidade de proteger as propriedades intelectuais produzidas na UNIFAL-MG como marcas, patentes, programas computacionais foi criada a I9/UNIFAL-MG que é o departamento responsável pela gestão da política de inovação da universidade. Outra atribuição da I9/UNIFAL-MG é aproximar as empresas e firmar parcerias, garantindo o fortalecimento e a inovação dentro da instituição.

Em relação à Pós-Graduação *stricto sensu*, somente em 2005 foi criado o primeiro Mestrado recomendado pela CAPES, o Mestrado em Ciências Farmacêuticas. O primeiro Doutorado recomendado pela CAPES da UNIFAL-MG foi o Doutorado Multicêntrico em Ciências Fisiológicas e teve início em 2009. Outros dois doutorados foram iniciados em 2012 o Doutorado em Ciências Farmacêuticas e o Doutorado em Química. Atualmente a UNIFAL-MG possui 13 programas de mestrado acadêmico, 03 mestrados profissionalizantes e 03 doutorados conforme a Tabela 13 a seguir:

Tabela 13 - Relação dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*

(continua)

Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Modalidade	Ano de início
Ciências Farmacêuticas - Mestrado	Mestrado	2006
Química - Mestrado	Mestrado	2008
Ciências Fisiológicas - Mestrado	Mestrado	2009
Ciências Fisiológicas - Doutorado	Doutorado	2009
Enfermagem	Mestrado	2010
Ciências Ambientais (antigo Ecologia e Tec. Amb.)	Mestrado	2011
Ciência e Engenharia dos Materiais	Mestrado	2011
Biociências Aplicadas a Saúde	Mestrado	2011
Ciências e Engenharia Ambiental	Mestrado	2012
Gestão Pública e Sociedade	Mestrado	2012

(conclusão)

Tabela 13 - Relação dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*

Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Modalidade	Ano de início
Ciências Odontológicas	Mestrado	2012
Física	Mestrado	2012
Química - Doutorado	Doutorado	2012
Estatística Aplicada e Biometria	Mestrado	2013
Ciências Farmacêuticas - Doutorado	Doutorado	2013
História Ibérica	Mestrado - Profissional	2014
Administração Pública - PROFIAP	Mestrado - Profissional	2014
Ensino de Física - MNPEF	Mestrado - Profissional	2014
Educação	Mestrado	2015

Fonte: Adaptado de UNIFAL-MG (2015a)

2.2.3.2 Síntese dos Resultados da Expansão da UNIFAL-MG

A Tabela 14, com informações de 2005 a 2014, apresenta a síntese dos principais resultados da expansão da UNIFAL-MG, informando o número de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, número de vagas, número de alunos matriculados na graduação nas modalidades presencial e a distância, número de alunos matriculados na pós-graduação, número de docentes e técnico-administrativos e, por fim a área construída.

Tabela 14 - Síntese dos Resultados da Expansão da UNIFAL-MG

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cursos de Graduação	6	11	16	16	32	32	31	32	32	33
Número de vagas	320	520	765	645	1.489	1.529	1.499	2.039	2.039	2.099
Número de alunos matriculados – Graduação Presencial	1.365	1.760	1.860	2.472	3.531	4.028	5.259	5.828	5.846	5.667
Número de alunos matriculados – EaD	0	0	0	0	70	88	127	721	758	526
Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	0	1	1	2	4	5	8	13	15	19
Número de Alunos Matriculados Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	0	15	27	39	52	61	132	277	335	391
Docentes	125	165	165	194	323	341	361	380	439	466
Técnico-administrativos	138	146	158	185	227	242	249	272	288	333
Área construída (m ²)	18.625,39	18.625,39	24.008,64	26.158,34	35.413,34	41.578,34	55.955,27	79.305,81	86.418,03	106.400,09

Fonte: Adaptado de UNIFAL-MG (2015a) e UNIFAL-MG (2015d).

2.3 AS EXPANSÕES OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A segunda metade do século XX foi marcada por uma vultosa expansão da demanda e da oferta de cursos de educação superior no Brasil, que estiveram relacionadas às maiores exigências do mercado de trabalho e ao crescimento da importância da pesquisa acadêmica.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, esse fenômeno foi atravancado por algumas peculiaridades decorrentes da desigualdade regional, má distribuição de renda, baixa escolaridade média da população, limitação de recursos que implica baixos níveis de investimento no ensino superior e na pesquisa e, principalmente, a dificuldade de permanência na universidade dos estudantes de origem de famílias de baixa renda. As estratégias de políticas públicas voltadas à educação superior visavam uma expansão que garantisse a qualidade no ensino e a democratização do acesso (BRASIL, 2014a).

A década de 1950, período democrático, foi marcada pela gratuidade efetiva do ensino superior público. De acordo com Cunha (2007a) esse era o período de “expansão e integração” da educação superior. Houve nesse período uma pressão para a ampliação do número de vagas no ensino superior e que essas vagas fossem gratuitas. Na mesma época há uma participação do Estado, em especial a União, para que fossem financiadas escolas de ensino superior (CUNHA, 2007a).

Em 04 de dezembro de 1950 foi criada a Lei nº 1.254 que previa que todo o sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais passassem a ser de responsabilidade única e exclusiva do governo federal, sendo integrados por estabelecimentos já mantidos pela União. Cunha (2007a) afirma que esse processo ficou conhecido como “federalização” e foi resultado de um forte movimento nas escolas e faculdades que pressionavam através de seus funcionários devido aos interesses pelos benefícios do funcionalismo público.

Com a expansão do setor estatal, a década de 1960 foi marcada pelo ingresso de capital estrangeiro, o que elevou o número de postos de trabalho nas empresas, que passaram a exigir maior conhecimento intelectual dos trabalhadores. Diante desse cenário, a classe média passa a demandar vagas no ensino superior para que pudessem ocupar os cargos nos setores público e privado (MELO, 2009).

A educação superior passou a ser alvo de críticas que foram canalizadas por meio das reivindicações de Reforma defendida pela UNE (União Nacional dos Estudantes) como: a

universidade aberta a todos; a redução de taxas de exame e matrícula; vigência nas universidades do exercício das liberdades de pensamento, de imprensa, de crítica e de tribuna, dentre outras (CUNHA, 2000). Algumas reivindicações do movimento estudantil foram atendidas pela a Lei 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como a “liberdade do ensino” que daria direito a qualquer pessoa que tivesse concluído o ensino médio a se inscrever num vestibular de curso superior, no entanto, de acordo com Cunha (2007a), ainda não era permitido o direito de voto dos representantes estudantis em assuntos didáticos e administrativos.

A expansão verificada na década de 1960, ocorrida principalmente no setor privado, priorizou a abertura de cursos da área das ciências humanas por conta do baixo investimento e um alto retorno (MELO, 2009).

Em 1968 foi sancionada a Lei nº 5.540/68, concretizando a almejada Reforma Universitária. A partir daí a universidade passaria a ser a forma de organização da educação superior enquanto as instituições isoladas teriam caráter excepcional e transitório. As contratações nas universidades públicas passariam a ocorrer por meio de concursos públicos. (CUNHA, 2007b)

Na década de 1970, com o incentivo do governo militar e apoio do CFE (Conselho Federal de Educação), o setor privado cresceu muito com a criação de novos estabelecimentos privados. Nessa época, as instituições públicas de ensino superior ainda não tinham autonomia financeira. Nesse período pós-reforma, apesar do discurso oficial ter pregado a democratização da educação superior pelo sistema público, o que pôde ser constatado foi um aumento abrupto do setor privado e uma queda nos investimentos públicos em educação superior (MELO, 2009).

Passado o momento do milagre econômico, com o primeiro choque do petróleo em 1973, e o segundo em 1979, iniciou-se um período de recessão econômica em todo o mundo e a economia brasileira também começou a desacelerar. Conseqüentemente, as condições da população são afetadas e a educação superior privada passou a ter problemas com o preenchimento de vagas. Iniciou-se uma grande evasão dos estudantes que já haviam iniciado os cursos e, no entanto, não tinham condições de dar continuidade devido a problemas financeiros (MELO, 2009).

De acordo com Nogueira (2008), a década de 1980, foi marcada por uma época de estagnação no crescimento do ensino superior, tanto no setor público quanto no setor privado. Ao longo dos anos 1980 foi registrado um aumento de apenas 10% no número de matrículas,

que se comparado com o crescimento das décadas anteriores é um quantitativo extremamente baixo. Amaral (2005) conclui que no final da década de 1980 e início de 1990, o Governo Federal passou a priorizar as despesas financeiras da União, reduzindo os gastos com educação e cultura, ocasionando em uma transferência gradual dos recursos.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, as universidades passaram a ter autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, e passaram a obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O início da década de 1990 foi um período de estagnação na educação, o número de matriculados cresceu apenas 3,5% nos três primeiros anos. A recuperação só começou a acontecer em 1994, com o controle inflacionário e a recuperação da confiança na economia. Comparando o número de matrículas de 1980 com 1994, Martins (2000) verificou um aumento de 284 mil novas matrículas, enquanto no período de 1994 a 1998 o aumento foi de 465 mil novas matrículas e ocorreu principalmente nas instituições privadas.

De acordo com Colossi, Consentino e Queiroz (2001), a expansão do ensino superior até 1994, no Brasil, tem traços de qualidade insuficiente, resultado de um processo de crescimento destituído de avaliações das instituições e cursos. A marca do ensino superior nesta fase é dada pelo caráter elitista do setor público, que restringe o número de vagas oferecidas no período noturno. O cidadão que trabalhasse, em sua maioria integrante da população de menor renda, teria oportunidade de acesso apenas às instituições privadas.

Durante o Governo FHC, foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei provocou diversas mudanças na educação brasileira. Ramal (1997) destaca as principais mudanças ocasionadas pela lei, como a criação do provão, responsável pela avaliação de desempenho dos cursos do ensino superior, assim tanto a instituição, quanto o rendimento dos alunos passam a ser avaliados. Outra mudança instituída pela LDB de 1996 é que mediante análise dos resultados da avaliação o MEC passa a poder intervir na instituição descredenciando cursos, suspendendo temporariamente a sua autonomia, rebaixando uma Universidade a Centro Universitário ou até mesmo descredenciando-a. Além disso, passa-se a ser exigido o credenciamento das universidades a cada cinco anos. Outra modificação foi o fim da exigência de exclusividade do exame vestibular para ingresso no Ensino Superior. Verifica-se também um incentivo para a criação de programas de educação à distância em todos os níveis e modalidades do ensino. Por fim, é instituído o Conselho Nacional de Educação (CNE) em

substituição ao antigo Conselho Federal de Educação, criado em 1962. As principais funções de CNE eram normatizar e assessorar o MEC, porém, a fim evitar a interferência da política partidária, os seus membros poderão ser indicados pela sociedade.

Durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995 a 1998 e 1999 a 2002, a política econômica do país tinha um cunho mais neoliberal, voltada para a privatização dos serviços onde a iniciativa privada tivesse interesse econômico em atuar, de forma que o governo passaria a ter somente a função regulatória. Nesse período a educação pública superior também passa sofrer influencia direta dessas políticas neoliberais.

O Governo FHC passou a seguir as diretrizes das agências internacionais, onde havia a proposta de se transformar as IES em organizações sociais reguladas por contratos de gestão. De acordo com Catani e Oliveira (2002), ainda que essa política não tivesse sido efetivada, surgem algumas consequências nessa transferência de responsabilidade como a expansão acelerada de oferta de vagas pelas IES privadas, a redução dos repasses para a manutenção das IFES, diversas mudanças no padrão de gestão, na produção acadêmica, no padrão de avaliação, no currículo dos cursos e nas formas de financiamento.

De acordo com Amaral (2005), a partir de 1995, houve uma queda substancial no salário dos trabalhadores das IFES, como resultado de uma política salarial que não proporcionou reajustes regulares e coibiu a abertura de concursos públicos para as vagas de aposentadoria. Além disso, entre 1995 e 2002 as despesas com custeio tiveram perdas reais de 35,46% enquanto as despesas de investimentos 79,51%.

Cepêda e Marques (2012) identificam a educação superior nesse período como um “sistema universitário híbrido e assimétrico”, primeiramente com o ensino superior público excludente muito restrito a quase sempre estudantes oriundos de classes sociais mais altas com acesso às melhores escolas particulares do ensino fundamental e médio. A quantidade de vagas no ensino superior público era baixa e concentrada nos grandes centros metropolitanos e em polos econômicos já desenvolvidos, impossibilitando estudantes de regiões mais pobres a terem acesso a universidade pública. No ensino superior privado havia uma drástica expansão de vagas impulsionadas pelo crescimento da demanda, no entanto, atuando somente nas regiões capazes de sustentar um mercado de vagas cuja capacidade econômica fosse suficientemente viável para custear o acesso à educação superior.

A rede pública em 1990 contava com 578.625 estudantes matriculados, passando para 832.022 em 1999, enquanto a rede privada no mesmo período passou de 961.455 alunos para 1.537.923. A participação na oferta de vagas do setor público era de 35,1% em 1999, já no

setor privado era de 64,9% (NOGUEIRA, 2008).

Buscando compatibilizar a oferta de vagas nas Instituições no ensino superior privadas com a demanda existente, foi criado em 1999 pela Medida Provisória nº 1.865-4, e posteriormente transformado na Lei nº 10.260/2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que é um programa destinado a financiar o valor do curso em instituições privadas de educação superior a estudantes inseridos em família de baixa renda. Atualmente é o instrumento mais importante de financiamento estudantil existente.

Por meio do FIES os gastos com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação são financiados pelo governo federal, podendo variar de 50% a 100%, dessas despesas. Após a conclusão do curso o estudante passa por um período de carência e, após esse período, começa a quitar o seu financiamento a uma taxa de juros fixa de aproximadamente 3,4% ao ano. Somente os estudantes com renda familiar bruta inferior a vinte salários mínimos podem pleitear o financiamento. Prioritariamente, os mais bem colocados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) recebem o financiamento (BRASIL, 2014a).

Iniciada em 2003, a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve como principal característica a interiorização dos campi das universidades federais. Foram criadas 14 novas universidades e a quantidade de municípios atendidos passou de 114, com 148 campi nesses municípios em 2003 para 275 municípios atendidos contando com 321 campi em 2014 (REUNI, 2010).

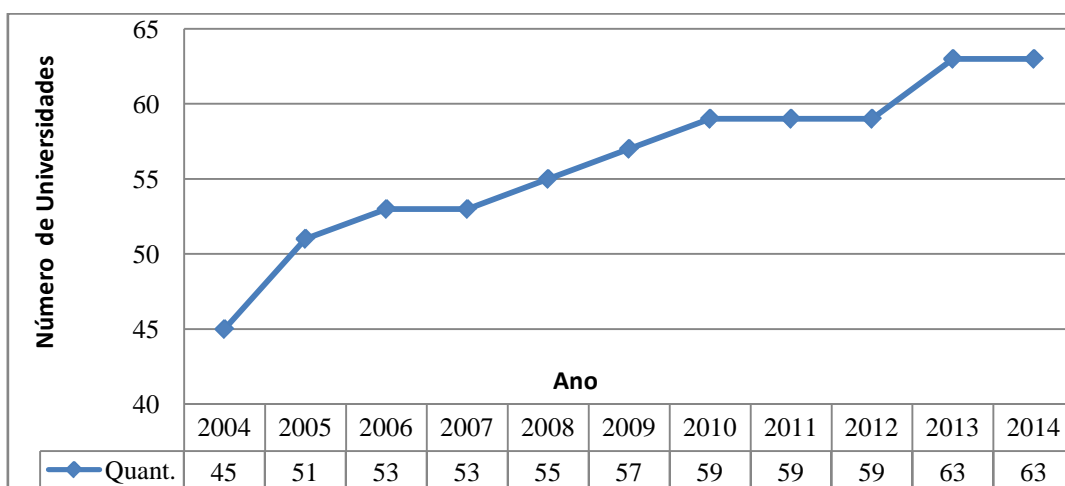


Gráfico 4 - Evolução do Número de Universidades Federais
Fonte: Censo Superior (2014).

Em 09 de janeiro de 2001 foi aprovado por meio da Lei nº 10.172 o Plano Nacional da Educação, que vigorou até 2010 e apresentava os diagnósticos daquela época e traçava os

objetivos para a expansão da educação no ensino superior. Dentre os objetivos desse plano estavam: a elevação global do nível de escolaridade da população, a meta nesse caso, seria garantir que fossem ofertadas vagas para pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos num período de 10 anos; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, ou seja, estabelecer políticas de expansão que reduzam as disparidades entre as regiões do país, inovar o sistema superior de ensino atendendo a demandas específicas como cursos de formação tecnológica, formação de profissionais liberais para exercício do magistério, criação de cursos noturnos e modulares dando maior flexibilidade às diversas necessidades dos estudantes de perfis distintos.

O direcionamento proposto no REUNI para a inovação do sistema superior teve como base o projeto originado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) conhecido como “Universidade Nova”, em que a ideia principal era a criação de cursos de graduação que propiciassem uma formação geral e que, após a sua conclusão, o estudante pudesse optar pela sua carreira profissional com mais informações disponíveis acerca da sua formação. Esses cursos são os bacharelados interdisciplinares (BIs), que com uma atuação mais geral em diversas universidades possibilitaria ao estudante cursar a segunda etapa específica em outra universidade, caso aquele onde ele tivesse cursado o BI não possuísse, garantindo uma espécie de interligação entre as universidades do país.

Cepêda e Marques (2012) afirmam que após a entrada do Governo Lula em 2003, torna-se perceptível a mudança na configuração de um novo projeto para as IES federais por meio a implantação de mecanismos de inclusão e inovação na política educacional. De acordo com Silva, Freitas e Lins (2013), somente a partir de 2003 que os investimentos em políticas públicas voltadas à expansão das instituições de educação superior públicas voltaram a crescer, principalmente entre os anos de 2005 e 2007 com a criação de oito novas universidades e a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005 e a criação do REUNI em 2007.

A principal expansão ocorrida na educação superior do Brasil, aconteceu nos anos 2000 e pode ser dividida em três etapas distintas: Fase I – Interiorização - 2003 a 2007; Fase II – Reestruturação e expansão - 2008 a 2012; e Fase III – Desenvolvimento regional e programas especiais - 2012 a 2014 (BRASIL, 2014a).

Essas políticas alinharam-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, instituído pela Lei nº 10.172/2001, que de forma geral, definiu como prioridade a ampliação

do número de estudantes em todos os níveis e etapas de ensino.

A primeira etapa, ocorrida entre 2003 e 2007 ficou conhecida como Expansão Fase I. A principal meta nesta etapa era de interiorizar o ensino superior público federal. Já a segunda fase, entre 2008 e 2012, ficou marcada pela implantação do REUNI em todo o Brasil. E, recentemente a última etapa, dando continuidade às propostas anteriores diferiu-se das outras por possuir um aspecto mais voltado para o desenvolvimento regional das regiões mais carentes. A seguir, são apresentadas as características principais dessas fases:

Fase I – Interiorização - 2003 a 2007 - Nessa primeira fase, o principal objetivo era reduzir as assimetrias regionais, pois até aquele momento havia uma concentração predominante de universidades em metrópoles e nas regiões mais ricas do país, como a região sul e sudeste. Segundo Melo (2009), o Programa de Expansão das IFES pretendia, não só expandir, mas interiorizar as universidades federais contribuindo com o desenvolvimento local e sustentado dos municípios do interior dos Estados brasileiros.

Durante esse período, foram criadas dez universidades federais em regiões não metropolitanas, além da consolidação de duas universidades federais já existentes e a criação de 49 campi universitários.

As 10 novas universidades federais criadas ficaram distribuídas da seguinte forma, quatro na região sudeste: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC); três na região sul: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); duas na região nordeste: Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e uma na região centro-oeste: Fundação Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD).

Como resultado dessa primeira fase foram disponibilizadas 110.729 novas matrículas, 26.612 vagas e 613 cursos na graduação. Além disso, foram implantados 79 novos campi universitários federais, distribuídos em todas as cinco regiões brasileiras: 20% na região norte; 20% na região sul; 5% na região centro-oeste, 39% na região nordeste e 16% na região sudeste. Com a criação desses novos campi as universidades passariam a atuar no desenvolvimento regional, por meio da integração com a comunidade local e da participação efetiva das universidades no desenvolvimento da formação profissional e pesquisas regionais

(BRASIL, 2014a). Dessa forma, as comunidades envolvidas no processo se beneficiariam tanto no aspecto socioeconômico, quanto no cultural garantindo uma melhora na qualidade de vida dessas comunidades.

Fase II – Reestruturação e expansão - 2008 a 2012 - Durante o período de expansão das universidades Fase II, além da continuidade no processo de interiorização, há também a implementação do REUNI, que foi o maior programa de educação superior já realizado no Brasil e, que por esse motivo, será tratado em um tópico específico.

Durante o período de 2008 a 2012, quatro novas Universidades foram criadas duas na região sul: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal da Integração Latino- Americana (UNILA); uma na região norte: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e, por fim, uma na região nordeste: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Além das quatro universidades, foram criados 47 novos campi, que deveriam contribuir para o objetivo de alcançar o desenvolvimento local nas regiões onde os mesmos foram instalados.

Fase III – Desenvolvimento regional e programas especiais - 2012 a 2014 - A última fase da expansão universitária compreendida entre 2012 e 2014 buscou consolidar políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional, como por exemplo, o Programa de Expansão do Ensino Médico, o Programa Viver Sem Limite, e o Procampo. Essa terceira etapa da expansão da educação superior contemplava a criação de quatro novas universidades federais que seriam instaladas nas regiões mais carentes do país, sendo três delas no Nordeste: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e uma na região norte: Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará (UNIFESSPA), além da abertura de 47 novos campi. Juntamente com essa expansão também estava prevista a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que contaria com 208 novas unidades, distribuídas em municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. Dessa forma o governo pretendia corrigir as injustiças históricas do acesso à educação e ao conhecimento das populações menos favorecidas (BRASIL, 2014a).

Essa terceira fase conhecida como “Expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica” tinha como objetivo atender a três dimensões: a dimensão social, a dimensão geográfica e a dimensão do desenvolvimento. A dimensão social tinha como

objetivo atender aos municípios com percentual elevado de extrema pobreza, ou seja, os municípios populosos e com baixa receita per capita, dessa forma o governo federal busca atender ao grupo dos 100 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes cuja receita per capita seja inferior a R\$ 1.000,00, por meio da Universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania. Em segundo lugar, a dimensão geográfica, onde o atendimento seria prioritário aos municípios cuja população fosse superior a 50 mil habitantes e que não estivesse inserido em uma microrregião atendida por escolas federais, sejam elas profissionais ou superiores. Além disso, busca-se garantir a oferta de Educação Superior Federal àqueles estados que estivessem abaixo da média nacional. Por fim, a dimensão de desenvolvimento, onde se priorizou atender às regiões específicas onde fosse possível criar APLs (Arranjos Produtivos Locais) ofertando cursos que estivessem diretamente ligados à demanda da produção local, gerando um desenvolvimento local sustentável (BRASIL, 2014b).

A Tabela 15 demonstra a evolução do quantitativo de campus e de municípios atendidos por algum tipo de escola federal no Brasil:

Tabela 15 - Quantidade de campi e municípios atendidos por período

1909 a 2002		2003 a 2010		2010 a 2014	
Campus	Municípios atendidos	Campus	Municípios atendidos	Campus	Municípios atendidos
148	114	274	230	321	275

Fonte: Adaptado de Brasil (2014b).

A Tabela 16 a seguir demonstra o crescimento das Universidades Federais de 2002 a 2014:

Tabela 16 - Crescimento das Universidades Federais de 2002 a 2014

Item	2002	2014	Aumento no
			período
Universidades Federais	45	63	40,00%
Campus	148	321	116,89%
Cursos Graduação - Presencial	2.047	4.867	137,76%
Vagas Graduação - Presencial	113.263	245.983	117,18%
Matrículas Graduação - Presencial	500.459	932.263	86,28%

(continua)

Tabela 16 - Crescimento das Universidades Federais de 2002 a 2014

Item	2002	2014	(conclusão)
			Aumento no período
Matrículas Graduação - Distância	11.964	83.605	598,80%
Matrículas – Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	48.925	203.717	316,39%

Fonte: Brasil (2014a, p.31).

De acordo com Nogueira (2008), logo no início Governo Lula, há uma inversão de prioridades no que se refere às políticas para a educação superior, pois do lado das instituições privadas o elevado número de autorizações de criação de instituições foi contido. Porém, pelo lado das instituições públicas houve um progressivo aumento dos recursos financeiros para a ampliação da rede federal, o que possibilitou a construção de novas universidades, campi e a modernização dos já existentes. Vale ressaltar, no entanto, que a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) trouxe novo fôlego às instituições privadas já existentes.

Criado por meio da Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, O Programa Universidade para Todos (PROUNI), tem como objetivo a conceder bolsas de estudo integrais parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior que recebem isenção de impostos federais em contrapartida. Dessa forma, o PROUNI não representa gastos diretos orçamentários para o Ministério da Educação, mas sim do Governo Federal (BRASIL, 2014a).

Essas bolsas são concedidas aos estudantes cuja renda familiar mensal per capita seja de até um salário mínimo e meio para recebimento integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial. Ressalta-se que em 2014, foram concedidas por meio do PROUNI mais de 300 mil bolsas, atingindo o maior número de bolsas concedidas em um ano desde a sua criação. (BRASIL, 2014a).

Almeida (2006) analisa a situação por outra ótica, afirmando que o PROUNI foi criado com o intuito de preencher as vagas ociosas das instituições privadas com estudantes de baixa renda, uma demanda existente que não podia custear os seus estudos. Ainda, segundo a autora, o PROUNI só foi vantajoso para as instituições privadas com fins lucrativos, pois essas receberiam isenção de quatro impostos federais: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. As instituições filantrópicas, que já eram isentas desses de impostos, ficariam obrigadas a

transformar 20% das suas matrículas dos cursos de graduação em vagas para o PROUNI e, ainda, comprometer 20% de sua renda bruta em bolsas de estudo dedicadas ao Programa.

2.3.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi uma das ações contempladas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Foi também o principal processo de expansão da educação já realizado no Brasil, sendo seu principal objetivo o de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Diversas medidas foram tomadas pelo governo federal para que ensino superior público voltasse a crescer e, ainda, pudesse criar formas de garantir tanto a expansão física, quanto acadêmica e pedagógica. (REUNI, 2010).

O REUNI tinha como objetivo a reestruturação e expansão das instituições, para tanto havia seis diretrizes que norteariam esse objetivo, conforme consta no documento das Diretrizes Gerais do REUNI (BRASIL, 2007a):

- I - Aumento do número de matrículas, por meio da redução das taxas de evasão, da ocupação de vagas ociosas e do aumento da oferta de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos flexíveis, baseados no aproveitamento de créditos e na circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - Revisão da estrutura acadêmica, por meio da reorganização dos cursos de graduação e da atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

De acordo com Melo (2009), o REUNI surgiu como proposta de financiamento para expansão e democratização da Educação Superior por meio de investimentos nas Instituições Federais de Ensino. O principal objetivo era criar condições para ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior através de um melhor aproveitamento tanto

da estrutura física quanto dos recursos humanos existentes já existentes nas universidades federais. Coube ao REUNI resgatar nas universidades públicas o seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País.

O conceito de democratização do ensino, segundo Nogueira (2008) pode ser dividido em três concepções distintas. A primeira concepção está relacionada somente à expansão de vagas, portanto, democratização e ampliação são entendidas como sinônimos, ou seja, se um número maior de pessoas tiver acesso à educação, por conseguinte, haverá democratização. Já o segundo entendimento, é de que para haver democratização, além da expansão das vagas, tornar-se-á necessário garantir o acesso às camadas sociais economicamente menos favorecidas. Por fim, a terceira visão, preconiza que a democratização requer não apenas as camadas sociais mais pobres tenham acesso à universidade, mas também devem considerar as questões raciais, buscando a isonomia de oportunidades.

O entendimento de democratização dentro da política de expansão das universidades no país pode ser compreendido como a terceira forma demonstrada, pois além da expansão de vagas, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, teve por finalidade reverter o quadro de disparidade entre estudantes negros, indígenas e pobres nas IFES em detrimento a população branca de classes sociais mais altas, por meio da reserva de vagas a grupos minoritários na educação superior. Portanto, ficou estabelecido que 50% das vagas das universidades federais seriam destinadas aos estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Além disso, metade dessas vagas ficaria reservada aos estudantes cuja renda familiar mensal fosse igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita. Portanto, a partir de 2013 todas as IFES teriam um prazo de 4 anos para implementarem totalmente o programa, podendo essas anteciparem ou não a meta, de forma que a exigência mínima era de que no primeiro ano deveriam ser reservados 12,5% das vagas e acrescido mais 12,5% a cada ano seguinte, portanto, até o final de 2016, todas IFES deveriam atingir a meta de reservar 50% das vagas para o atendimento das cotas.

Como resultados das políticas públicas voltadas para a educação no ensino superior, de 2003 a 2014, um total de 9.306.877 de estudantes concluíram curso do ensino superior no período (BRASIL, 2014a). De acordo com o IBGE (2014), apenas 11% da população possuía nível superior em 2010, ao passo que 5% da população obtiveram o diploma entre 2003 e 2014.

As universidades precisaram assegurar que a reestruturação e expansão programada garantissem práticas mais modernas conforme o surgimento de novas necessidades e

ampliando o acesso a todos os cidadãos. Para isso foi aprovado o Decreto nº 6.096/2007 e, de acordo com esse documento, as universidades deveriam priorizar: a) a existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação de tal forma que facilite tanto a mobilidade estudantil e que permita a construção de itinerários formativos diversificados; b) a oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; c) disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos.

De acordo com as Diretrizes do REUNI foram preconizados três objetivos principais: criar condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior no nível de graduação; assegurar a qualidade dos cursos; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior respeitando as características de cada instituição (BRASIL, 2007a).

Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa, em duas chamadas, somente a Universidade Federal do ABC (UFABC) criada em 2005, não participou do programa por já adotar as inovações pedagógicas preconizadas pelo REUNI (BRASIL, 2008).

Para garantir a permanência dos estudantes ingressantes de baixa renda, foi instituído, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com o PNAES, esses estudantes passaram a contar com auxílio moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência a saúde, cultura, esportes e serviços de creche (BRASIL, 2007b).

O PNAES criou condições para que os estudantes de menor poder aquisitivo possam, além de ingressar, permanecer em uma universidade federal e, por conseguinte, e diminuir a evasão e se eleve as taxas de diplomação.

Alguns fatores prejudicaram o governo federal a atingir os objetivos previstos no REUNI. Primeiramente, a dificuldade de se contratar professores com os níveis de qualificação previstos em edital, por escassez no mercado, ou pela falta de interesse pelo cargo. Outro elemento que inviabilizou a consecução de seus objetivos dentro do prazo foi a problemática da contratação de empresas prestadoras de serviços de obras civis, que muitas

vezes atrasam as entregas das obras por fatores diversos. A dificuldade para ofertar cursos nos períodos noturnos, que garantiriam vagas àqueles estudantes que trabalhavam durante o dia e, por isso, a sua importância, também foi um dos principais problemas no REUNI e, por último, a readequação dos projetos institucionais (BRASIL, 2007a).

Dentre as diversas ações desse programa, as que mais se destacaram foram o aumento de vagas nos cursos de graduação, principalmente noturnos, as inovações pedagógicas, como os bacharelados interdisciplinares, e o combate à evasão por meio de políticas assistenciais que garantissem a permanência dos estudantes mais vulneráveis. De acordo com o Decreto 6.096/2007, sua missão era elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e chegar à relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de 1/18 ao final de cinco anos.

De acordo com o Decreto 6.096 de 2007, a adesão aos Programas de Expansão era voluntária, portanto, cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) tinha autonomia para decidir se o momento era adequado para a sua expansão, dessa forma a IFES que optasse por aderir precisaria elaborar um plano as ações onde deveria estar previsto como seria realizado o cumprimento das metas previamente estabelecidas, recebendo como contrapartida os recursos adicionais atrelados a essas metas. Ressalta-se que esses recursos adicionais eram fracionados e distribuídos gradativamente ao longo de cinco anos, limitados a 20% do orçamento de custeio e pessoal a cada ano, contando ainda com recursos de capital adicionais para aquisição de equipamentos, mobiliários, reformas construções de novos prédios. (BRASIL, 2007a).

Um problema apontado por Amaral (2005) é que como o orçamento de parâmetro tinha sido o do ano de 2007 e não foram levados em consideração os déficits acumulados nos orçamentos de custeio e pessoal dos anos anteriores, a expansão exigida de no mínimo 20% das vagas tornou-se uma meta muito difícil, pois de 1995 até 2003, os recursos de custeio haviam se reduzido para 64,54% do valor real registrado em 1995 e que não foram repostos no período posterior.

A meta global estipulada no documento de Diretrizes Gerais do REUNI (2007) era a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e, ainda, que a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor seja de dezoito para um ao final de cinco anos. Para o cumprimento dessas metas, as principais diretrizes seriam: a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implementação de regimes

curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação até 2012.

A forma de financiamento para a expansão e reestruturação das IFES na proposta do REUNI foi bastante polêmica, tanto no aspecto quantitativo do montante a ser distribuído entre as universidades, como na forma que esses recursos seriam distribuídos. Lima (2009) denomina a forma de financiamento das universidades como um contrato de gestão, pois, a liberação de recursos estaria sempre condicionada ao cumprimento rígido das metas de desempenho por parte das universidades.

As metas do REUNI são bastante criticadas por Lima (2009), que julga a adesão das universidades federais ao REUNI como um fator determinante para precarização da educação em duas formas. Primeiro, a formação profissional do estudante, que ocorre por meio do elevado número de alunos por turma e a criação de cursos de curta duração, como nos casos dos ciclos básicos (BIs) e cursos profissionalizantes, dando pouco tempo para a realização de pesquisas. O segundo ponto é o trabalho docente que ficaria comprometido pela elevada carga horária de aulas, ficando em segundo plano a pesquisa universitária, além disso, a contratação de professores estaria ligada diretamente ao cumprimento das metas do REUNI, obedecendo ao banco de professores equivalentes.

De acordo com Cislighi (2010), grande parte das diretrizes políticas de educação superior teve como base as orientações do Banco Mundial, por isso, a expansão proposta pelo REUNI estava diretamente relacionada a uma reestruturação da universidade para os padrões capitalistas, em que as políticas educacionais na Educação superior atribuem concepções neoliberais. Dessa forma, as universidades passaram a se tornar mais competitivas e buscaram atender um número maior de estudantes, através da diversificação da forma de oferta do ensino, e preparação do profissional para o mercado de trabalho.

De acordo com o que tem sido observado na literatura, o REUNI ocorreu de forma bastante intensa em um curto período de tempo com a abertura de um grande número de cursos logo no início do programa. No entanto, a liberação de vagas de professores, técnico-administrativos, e de recursos de investimentos para infraestrutura aconteceram de forma gradativa ao longo do programa, por isso, a ampliação do espaço físico (construção de salas de aula, bibliotecas e laboratórios), bem como a contratação de servidores em decorrência da nova demanda não acompanhou o mesmo ritmo da ampliação das novas vagas.

A Tabela 17 informa a quantidade de vagas de docentes e servidores pactuadas pela UNIFAL-MG para os programas Expansão Fase I, que viabilizou o campus avançado de Varginha, e o REUNI, que viabilizou os campi de Poços de Caldas e a Unidade Educacional Santa Clara. Como estava previsto nessas pactuações a liberação das vagas de servidores ocorreu de forma gradativa. Sendo assim, são demonstradas as efetivas contratações de servidores com base na diferença do ano anterior e, por fim, o saldo final por ano entre o que havia sido pactuado e o que foi efetivamente contratado.

Tabela 17 - Relação de vagas de servidores pactuadas e efetivadas pela UNIFAL-MG

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Docentes						
A - Expansão Fase I	25	21	0	0	0	46
B - REUNI	6	31	33	36	37	143
Total Pactuado (A+B)	31	52	33	36	37	189
C - Contratações Efetivadas	29	129	18	20	19	215
Diferença (A+B-C)	-2	+77	-15	-16	-18	+26
Técnico-Administrativos						
A - Expansão Fase I	15	15	0	0	0	30
B - REUNI	10	16	7	19	42	94
Total Pactuado (A+B)	25	31	7	19	42	124
C - Contratações Efetivadas	27	42	15	7	23	114
Diferença (A+B-C)	+2	+11	+8	-12	-19	-10

Fonte: Adaptado de PROPLAN (2015).

2.4 OS RESULTADOS DAS EXPANSÕES OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2014

De acordo com o IBGE (2014), a parcela da população com idade entre 18 e 24 matriculados no ensino superior passou de 10,4% em 2004 para 16,3% em 2013. Esses resultados evidenciam os efeitos positivos da expansão educacional, no entanto ressalta-se que ainda há um grande trabalho para atingir-se a meta estipulada pelo governo federal, a proporção obtida no ano de 2013 terá que dobrar para atingir a Meta 12⁵ do novo PNE de 2014-2024 aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

⁵ Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Ainda, segundo o IBGE (2014), em 2004, dos estudantes de 18 a 24 anos que estavam matriculados em algum nível de ensino, somente 32,9% cursavam o nível superior, já em 2013 a proporção aumentou para 55,0%. Vale ressaltar que apesar dos avanços obtidos com os programas de expansão que buscavam diminuir as históricas desigualdades sociais, ainda existe uma desigualdade muito grande quando se compara a cor ou raça dos estudantes, pois do total de estudantes brancos de 18 a 24 anos 69,4% cursavam o ensino superior, já a proporção dos estudantes pretos ou pardos que frequentavam nível superior é de apenas 40,7%.

Da mesma forma, ao se fragmentar os alunos do ensino superior classificando-os de acordo com os quintos de rendimento mensal familiar per capita no Brasil, ou seja, separando a população em cinco parcelas de tamanhos iguais, agrupando os 20% mais pobres, mais três parcelas intermediárias igualmente proporcionais e a última parcela, a dos 20% mais ricos, verifica-se um avanço na inserção das três camadas de rendas mais baixas nos últimos 10 anos e a redução da parcela dos 20% mais ricos. No entanto, percebe-se que ainda existe grande desigualdade, conforme demonstrado no Gráfico 5:

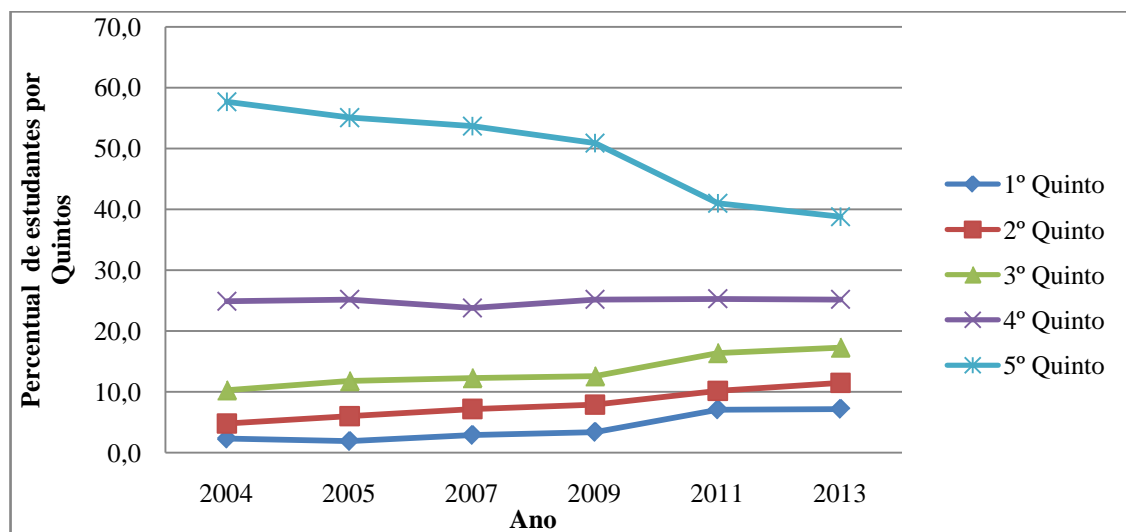


Gráfico 5 - Evolução da proporção dos estudantes no Ensino Público Superior por Quintos

Fonte: Adaptado de IBGE (2014).

Nota: Considera-se o 1º Quinto a parcela mais pobre da população e o 5º Quinto a parcela mais rica da população

Verifica-se que quase 60% das vagas do ensino público superior no Brasil era ocupada por estudantes oriundos da parcela dos 20% mais ricos. Essa proporção caiu para abaixo de 40% em 2013. O Gráfico 6 a seguir representa a distribuição nos anos de 2004 e 2013, contrastando a evolução de cada uma das parcelas:

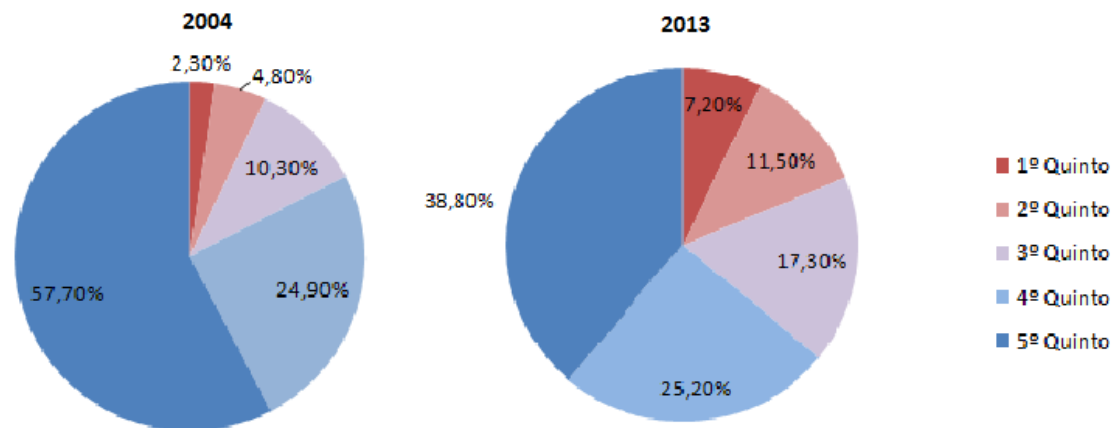


Gráfico 6 - Distribuição dos estudantes de ensino superior público de acordo com os quintos de rendimento familiar per capita

Fonte: Adaptado de IBGE (2014) - Síntese dos indicadores sociais de 2003, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.

Ao se comparar o Brasil com os demais países membros e parceiros da OCDE⁶, verificou-se que ele possui a menor proporção de pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior completo. Ainda assim, os programas de expansão contribuíram bastante para que houvesse um significativo aumento nessa proporção nos últimos nove anos, passando de 8,1% em 2004, para 15,2% em 2013.

⁶ A Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) é um fórum em que os governos podem trabalhar juntos para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas e entender o que impulsiona as mudanças econômicas, sociais e ambientais.

3 REFLEXÕES TEÓRICAS DO INVESTIMENTO PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo buscou-se apresentar um referencial teórico que norteou o presente trabalho. Primeiramente, foi introduzida a proposta Keynesiana sobre o Multiplicador econômico e a sua aplicação no cálculo do impacto de uma universidade sobre a região em que está inserida. A seguir foram apresentados os principais métodos de análises regionais e locais e os impactos regionais provocados entre os diversos setores da economia de uma região, os impactos regionais causados pelos investimentos públicos, enfatizando os impactos econômicos de uma Universidade no município no qual se insere e, por fim, os principais modelos e estudos relacionados aos impactos econômicos provocados pelas universidades.

3.1 O MULTIPLICADOR E A SUA APLICAÇÃO NO CÁLCULO DO IMPACTO DE UMA UNIVERSIDADE SOBRE A REGIÃO EM QUE ESTÁ INSERIDA

Em um modelo simplificado, Keynes propõe que a renda e o produto são determinados pela despesa total de um país que será dividido em C_A que é o consumo autônomo, ou seja, é o mínimo necessário para manutenção da vida em padrões socialmente aceitáveis, e que não depende da renda; cY que representa a parcela variável do consumo privado que depende da propensão marginal a consumir c , ou seja, se a renda aumentar de um real o consumo vai causar um aumento de c reais no consumo; I o investimento e G representa o gasto público, formando, portanto, a equação:

$$Y = C_A + cY + I + G \quad (1)$$

Resolvendo a equação acima para Y encontra-se:

$$Y = \frac{C_A + I + G}{1 - c} \quad (2)$$

Conclui-se, portanto, que de acordo com esse modelo, quanto maior for a propensão marginal a consumir, maior será a renda de equilíbrio. Um aumento nos gastos públicos, ou em qualquer componente dos gastos autônomos, causará um aumento mais que proporcional na renda de equilíbrio, resultando, portanto, no efeito multiplicador keynesiano.

De acordo com o modelo proposto por Keynes, quando a demanda efetiva for baixa, as firmas produzirão uma quantidade menor. Nesse caso, o governo poderia aumentar seus gastos para criar uma nova demanda e fazer com que as firmas elevassem sua produção e, com isso, as firmas precisariam contratar novos trabalhadores. Os trabalhadores passariam a receber um salário que seria gasto com bens e serviços. As firmas aumentariam a produção desses bens e serviços demandados pelos novos trabalhadores empregados, assim essas firmas contratariam novos trabalhadores, configurando, dessa forma, um ciclo virtuoso de crescimento econômico causado graças ao efeito multiplicador dos gastos.

Rolim e Kureski (2009) realizaram um trabalho em que foi analisado o impacto de curto prazo das universidades federal na economia brasileira. Nesse trabalho os autores consideraram o impacto das universidades sobre a economia em nível de renda e emprego utilizando técnicas de insumo-produto. De acordo com esses autores, o aumento de renda em decorrência dos pagamentos realizados pelas universidades implica três tipos de efeitos: os efeitos diretos, que são os gastos dos professores, funcionários e alunos; os efeitos indiretos que consistem nos gastos com investimentos e, por fim, os efeitos induzidos que são os gastos em consumo, de forma que o efeito multiplicador (k) será o quanto o efeito direto induziu a ocorrência dos efeitos indiretos e induzidos, conforme a fórmula a seguir:

$$k = \frac{\text{Efeito (Direto + Indireto + Induzido)}}{\text{Efeito Direto}} \quad (3)$$

De acordo com Rolim e Kureski (2007), para que o impacto econômico direto de uma universidade possa ser mensurado, quatro grandes grupos vinculados deverão ser mensurados: gastos com bens de consumo corrente e de investimento realizados pela instituição; gastos em consumo dos seus servidores (professores e técnico-administrativos); gastos em consumo dos alunos provenientes de outras regiões; e, gastos em consumo dos visitantes residentes fora do município.

Ainda de acordo com Rolim e Kureski (2007), parte do efeito multiplicador dos gastos realizados em uma região é dissipada através da parcela dos gastos feitos fora da região. Dessa forma, quanto menor for a região delimitada para o estudo maior será essa perda, pois maior será a probabilidade de serem realizados gastos fora dessa região, tendo em vista o pressuposto de que quanto menor for a região, menos diversificada ela será e, por isso, maior será a necessidade de se buscar bens e serviços de outras regiões.

Dentro do estudo do impacto de curto prazo de uma universidade em uma localidade,

os alunos que já eram residentes daquela localidade não são contabilizados, por não representarem uma demanda adicional recebida naquela região. No caso das universidades públicas, onde o ingresso é feito por meio de concursos públicos, os docentes e os técnico administrativos, são considerados uma demanda adicional, pois o mesmo o candidato aprovado, que já residia na cidade, poderia estar trabalhando em outra região. Após identificar os impactos diretos, deverá ser identificada a ocorrência dos impactos indiretos e induzidos na economia ocasionados por esses gastos.

3.2 OS PRINCIPAIS MÉTODOS DE ANÁLISES REGIONAIS E LOCAIS E OS IMPACTOS REGIONAIS PROVOCADOS ENTRE OS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA DE UMA REGIÃO

Simões (2005) propôs identificar os principais métodos de análise regional e local utilizados nos últimos 50 anos. Para isso o autor separa esses métodos em três conjuntos, de acordo com as principais aplicações e propriedades, enfatizando os limites e as potencialidades de cada um deles. O primeiro conjunto de métodos foi composto por aqueles cujas técnicas de análise regional e urbana são mais tradicionais, mas trazendo também seus desdobramentos atuais; em segundo, os métodos multivariados; e, por fim, os desenvolvimentos recentes.

No primeiro bloco, foram agrupados os trabalhos que utilizaram três tipos de métodos. Primeiramente, aqueles que utilizaram medidas descritivas e de natureza exploratória, chamadas de Medidas de Localização e Especialização, geralmente utilizados para identificar padrões regionais de distribuição espacial de atividade econômica, utilizados em diagnósticos introdutórios para políticas de descentralização industrial e, principalmente, caracterizações de padrões regionais da distribuição espacial de atividade econômica, onde destacam-se o método do Quociente Locacional (QL_{ij}) e o Coeficiente de Associação Geográfica(CA_{ik}) que compara distribuições entre os setores *i* e *k* para duas regiões distintas, sendo que esses setores estarão mais associados quanto mais o valor de CA_{ik} tender a zero.

Ainda nesse mesmo grupo, Simões (2005) também coloca o método *Shift-share* (Diferencial-Estrutural) que identifica o crescimento econômico de uma região baseado na sua estrutura produtiva. Esse método desagrega os principais componentes chamados de setores

dinâmicos, ou seja, aqueles setores que crescem acima da média de tal forma que a diferença nos ritmos de crescimento da região deverá estar relacionada ou pela predominância desses setores dinâmicos na composição produtiva da região, ou pela efetiva participação na distribuição regional de variável básica. Esse método é bastante utilizado para a identificação de fontes de crescimento, desempenho e indicadores de modernização agrícola e agropecuária.

Por fim, ainda nesse primeiro bloco, foram inseridos os modelos de insumo-produto, que proporcionam meios para identificar conexões intersetoriais dos diversos setores econômicos de determinada localidade. Para a utilização desse método é necessário ter disponível o Balanço de Pagamentos do local de estudo, assim torna-se possível verificar, por meio das interações, quais são os setores-chave de determinada economia mais eficientes na geração de demandas encadeadas, sendo, portanto, esses setores-chave aqueles onde os investimentos e incentivos deverão ser mais estimulados.

O segundo bloco de trabalhos é bem diversificado internamente e pode ser caracterizado por aqueles que realizam análises espaciais *ex-ante* ou *ex-post*. No caso da *ex-ante*, as delimitações das regiões são definidas previamente e, a partir daí, são identificadas as ligações intersetoriais que formariam as cadeias produtivas. Já no *ex-post*, primeiro se identificam quais são as ligações intersetoriais e as cadeias produtivas para depois inferirem qual é a composição geográfica desses agrupamentos. Os modelos desse grupo utilizam métodos de análises multivariadas.

Já no terceiro e último grupo não há justaposições *ex-ante* ou *ex-post*, ou seja, o espaço é considerado dentro do mesmo status analítico e teórico da dimensão das relações técnicas. Esse grupo é caracterizado por priorizar a dimensão espacial na identificação de complexos industriais. Dentre os modelos associados a esse grupos encontram-se o modelo de EGC (Equilíbrio Geral Computável), Modelo de Econometria e Associação Espacial e o Modelo de Fuzzy Cluster.

Os modelos de Equilíbrio Geral Computável (EGC) são modelos que integram toda a economia e também utilizam como base os dados das matrizes de Contas Nacionais e Insumo-Produto. Com esses modelos é possível determinar os resultados ótimos de preços e quantidades de produção na região de estudo. Vale ressaltar que são capazes de apresentar resultados bastante detalhados dos efeitos de políticas sobre a economia em análise.

Os Modelos de Econometria e Associação Espacial são modelos capazes de identificar se um fenômeno em uma região irá contribuir positivamente ou negativamente para a

ocorrência do mesmo fenômeno nas áreas circunvizinhas. No caso positivo, significa que a formação de *clusters* é uma opção viável e que irá contribuir para o desenvolvimento das duas regiões.

Por fim o modelo Fuzzy Cluster, que consiste em uma matriz de acessibilidade espacial onde torna-se possível verificar a combinação dos seus coeficientes de compra e venda intermediárias com um vetor de localização industrial e, dessa forma, é possível avaliar os possíveis impactos para uma região em circunstância da ausência ou da má localização de um setor econômico.

De acordo com o estudo realizado por Sesso Filho e Guilhoto (2009) utilizando a matriz de insumo-produto no estado do Pará, o setor de Educação Pública, juntamente com Administração Pública, Seguridade Social, Outros serviços e Educação Mercantil, ficou entre os setores em que apresentam os maiores valores do multiplicador de valor adicionado. Os autores afirmam que o investimento em educação pública responde com um alto retorno em geração de emprego e valor adicionado. Tanto no estado do Pará, quanto no resto do Brasil, o aumento do investimento em Educação Pública e aumento da produção no setor Administração Pública e Seguridade Social possuem um expressivo impacto sobre o efeito multiplicador de valor adicionado.

Os mesmos autores ainda ressaltam que os setores de serviços apresentam maiores valores do multiplicador de valor adicionado pelo fato de que esses setores estão diretamente ligados ao consumidor final e, por isso, sofrem um impacto mais forte do aumento do gasto da renda adicional, conhecido como efeito renda ou induzido.

Os resultados desse estudo apontaram que aumento do investimento em Educação Pública tem sido um importante fator de geração de empregos no estado do Pará. Nesse estudo, os setores que apresentaram maior capacidade de geração de emprego no Pará foram: agricultura, silvicultura e exploração florestal, pecuária e pesca, Artigos do vestuário e acessórios, serviços de alojamento e alimentação, outros serviços e educação pública e apresentaram um efeito de transbordamento⁷ inferior a 30%, concluindo que é possível estimular esses setores sem deixar de ganhar com a geração de empregos por efeitos indireto e induzido.

⁷ Efeito transbordamento (*spillover*) ou de interdependência, de acordo com Sesso Filho e Guilhoto (2009), pode ser definido como o impacto ocorrido em função de um aumento na produção de algum setor sobre outras atividades econômicas que estejam fora de sua região de origem, que graças ao efeito multiplicador impulsionam o nível de emprego, renda e produção de outras regiões circunvizinhas (sejam países, estados ou mesmo municípios). E um alto efeito de transbordamento nos valores do multiplicador de valor adicionado dos setores, faz com que o efeito induzido permaneça em maior parte na região de origem do setor analisado determinando impacto relativamente pequeno no local estudado.

Uma localidade que possui um menor desenvolvimento da indústria em sua região gera um alto efeito de transbordamento na geração de valor agregado, pois cria-se a necessidade de envio de bens intermediários para outras regiões para processamento, retornando como bens finais para a mesma localidade de origem, ficando a região externa com a maior parte do valor adicionado. Portanto, o desenvolvimento de cadeias produtivas dentro de uma localidade tem o poder de alterar o padrão de comércio, fazendo com que aquela localidade seja capaz de realizar a transformação da matéria prima em produtos finais à população local e agregando valor aos bens comercializados para outras regiões.

Ainda, no estudo de Sesso Filho e Guilhoto (2009), a análise dos multiplicadores de produção aponta que o setor de alimentos e bebidas aparece como importante fator de ligações intersetoriais, ou seja, é um condutor para estimular a economia local. Alguns setores se destacam mais na alta capacidade de geração de emprego, como o agronegócio, turismo e educação. O agronegócio apresenta uma alta participação do efeito direto, gerando empregos na região de origem. Já a educação pública e os serviços de alojamento e alimentação, por sua vez, provocam um maior efeito indireto e induzido sobre o emprego, o que quer dizer que há um maior impacto sobre outros setores da economia.

Vale destacar que a importância de cada setor vai variar de região para região. Por exemplo, em um estudo em que foi utilizada a matriz de insumo-produto realizado por Brene *et al.* (2011), no município de São Bento do Sul no Estado de Santa Catarina, conhecido por ser um polo moveleiro, concluiu-se que o setor de madeira e móveis era importante na produção e na geração emprego globais, no entanto, não aparecia entre os maiores geradores de um efeito multiplicador. Isso não significa que em outra região esse setor não tenha um bom efeito multiplicador.

Os investimentos realizados em educação pública geram um alto índice de retorno tanto na geração de emprego quanto na renda. Sesso Filho e Guilhoto (2009), concluíram que os setores-chave que são eficientes na capacidade de geração de emprego, podem não ser eficientes na geração de um efeito multiplicador de valor adicionado de produção. Porém, o estudo concluiu que o setor educação pública é importante tanto para a geração de emprego quanto para a renda (valor adicionado), comprovando a extrema importância da realização de investimentos públicos em educação para o desenvolvimento.

3.3 OS IMPACTOS REGIONAIS CAUSADOS PELOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

De acordo com Reis (2008), existem quatro mecanismos de indução do investimento privado que merecem destaque: primeiramente, do lado da demanda, o investimento público ocasiona o investimento privado induzido, devido ao efeito multiplicador e também através da expansão e integrações físicas do mercado interno. Já do lado da oferta, quando a administração pública realiza serviços de investimentos, isso faz com que os custos de produção do investimento privado se reduzam e a produtividade total dos fatores aumente. E, por fim, com a política de compras das empresas estatais (demandas autônomas), que faz com que a produção de setores que até então estariam atuando de forma ociosa passam a ser estimuladas. Portanto, o volume e a composição dos investimentos públicos são cruciais para a taxa do investimento, para a distribuição setorial e para a produtividade do conjunto da economia.

Os gastos realizados pelo governo dão início a um processo de fluxos de renda que tem efeitos adicionais sobre o PIB, a renda das famílias e a desigualdade. Cabe aos governos, portanto, decidirem os setores estratégicos onde deverão ser investidos que causarão o maior impacto positivo sobre a o PIB, a renda das famílias e a desigualdade. Tomando-se como exemplo, se o governo optar por aumentar os investimentos na educação em 1% do PIB, isso fará com que o próprio PIB cresça 1,85% e com que a renda das famílias aumente 1,67% (IPEA, 2010).

Os gastos realizados com educação têm o maior efeito multiplicador entre todos os outros tipos de gasto sobre o crescimento do PIB e sobre a renda das famílias. Isso ocorre porque esse tipo de atividade emprega muitos trabalhadores com salários moderados e, dessa forma, a renda passa a ser distribuída de forma mais abrangente, sendo que boa parte da renda desses trabalhadores é destinada ao consumo, sobrando pouco para poupar e, como consequência disso, esse consumo estimula outros setores dentro dessa economia. De forma análoga, investimentos nas atividades de setores que despendem de muito capital (terra, máquinas, equipamentos, prédios) e poucos trabalhadores, como por exemplo, a pecuária intensiva, fazem com que a maior parcela da renda seja destinada ao proprietário na forma de lucros. Portanto, essas atividades possuem um multiplicador mais baixo, produzindo reduzido efeito sobre o PIB e a renda das famílias, pois a elevada parcela de lucro gerada nesses se concentram nas famílias de alta renda que consomem pouco, proporcionalmente à elevada renda que possuem. Assim, o multiplicador sempre será maior na medida em que a as transferências são direcionadas para as famílias de menor renda, isso ocorre porque essas

famílias destinam quase integralmente a sua renda com consumo, pois praticamente não sobra renda para que se possa ser poupado (IPEA, 2010).

Dessa forma, Schneider (2002) vê a universidade como um importante atrativo para o estabelecimento de novos investimentos no município, pois através dessa instituição de ensino recursos são injetados, ou através dos salários dos professores e funcionários, ou através dos gastos dos alunos com aluguel, moradia, alimentação, transporte, lazer etc., sendo assim, estes recursos atuam no mercado como um multiplicador, desencadeando efeitos para a economia do município.

3.4 OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE UMA UNIVERSIDADE NO MUNICÍPIO NO QUAL SE INSERE E O SEU PAPEL COMO FATOR CHAVE NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL REGIONAL

De acordo com Bovo, Silva e Guzzi (1996) os impactos econômicos de uma universidade no local ao qual se insere acontecem em decorrência dos efeitos dinâmicos do multiplicador sobre as atividades econômicas locais graças a movimentação financeira realizada pelos servidores e funcionários da universidade, os gastos diretos de universidade com custeio investimento e, por fim, os gastos dos alunos que vieram de outras cidades para ingressar na universidade. Esses efeitos podem ser analisados sob diferentes focos, desde uma análise estritamente econômica, como no caso da utilização de técnicas de insumo-produto, como também por meio de uma análise mais desenvolvimentista, no ponto de vista de analisar a produção de conhecimento e a sua disseminação.

Além disso, para Barros, Henriques e Mendonça (2002) grande parte da desigualdade de renda no país está diretamente relacionada às disparidades na escolaridade da população, dessa forma, as instituições de ensino superior, em sentido amplo, fomentam o desenvolvimento econômico local, e as universidades através de suas ações podem alcançar o desenvolvimento social local.

As universidades precisam atuar na região em que estão inseridas como meios indutores do progresso, contribuindo assim para que a sua localidade seja transformada, por meio de atividades sociais, em centros de empreendedorismo social, promovendo o

desenvolvimento social local dando assistência às atividades já existentes e estimulando novas atividades.

Pires (2009) afirma que a principal contribuição que pode ser realizada por uma instituição de ensino público superior é a formação e o melhoramento do capital humano que se qualifica para o mercado de trabalho, promovendo aumento na produção, elevando o nível de renda e emprego.

O processo de desenvolvimento regional vai depender do tipo de instituição de ensino superior a ser instalada em determinada localidade, podendo essa ser pública ou privada quanto a sua natureza e também dependendo da organização acadêmica, podendo ser uma universidade, um centro universitário ou uma faculdade.

Ranieri (2000) ressalta a importância do diferencial de uma universidade em detrimento a um centro universitário ou uma faculdade, pois somente o primeiro contempla a pesquisa e a extensão universitária. Dessa forma, por mais que os dois primeiros possam garantir uma elevação do nível de escolaridade da população regional e, possivelmente elevar a média de salários na região, no longo prazo, ausência da pesquisa, como produção de conhecimento, e da extensão comprometerão a interação com a comunidade local podendo gerar estagnação no desenvolvimento social da região.

No que se refere à natureza da instituição, nos casos das privadas, essas não precisam incorrer aos processos licitatórios em que as públicas estão obrigadas. A instituição privada poderá fazer a opção de adquirir ou não insumos diretamente na localidade em que estão instaladas, diferentemente da pública que deverá adquirir seus insumos sempre das empresas licitantes vencedoras, sejam elas próximas ou distantes da localidade onde estão instaladas. Por outro lado, uma vantagem da instituição pública é que ela não depende de lucro para o seu funcionamento, dessa forma, há uma decisão política para se determinar quais cursos poderão ser criados na instituição, independentemente de um curso ser mais oneroso ou menos rentável em detrimento a outros.

Com relação à estrutura acadêmica, uma universidade, por possuir uma estrutura mais complexa com uma ampla variedade de cursos e que propicia maiores condições de pesquisa, atrai um elevado número de estudantes. Esses cursos por ocorrerem em grande parte em período integral fazem com que os estudantes de localidades mais longínquas passem a residir no município onde ela está instalada. Muitas vezes até alunos de cidades vizinhas optam por residirem na cidade a fim de evitar o deslocamento diário e, por consequência, ao longo do curso o município passa a receber visitas dos familiares dos estudantes. O resultado disso tudo

é que o estudante passa a ser um consumidor diário nas atividades comerciais do município e os seus familiares podem se tornar consumidores esporádicos. Por fim, ao se considerar a quantidade total de alunos matriculados na universidade, multiplica-se a dimensão do movimento gerado na economia do município.

Rolim e Kureski (2009) apontam a importância do engajamento regional de uma universidade para a consolidação de uma agenda de desenvolvimento regional. Os autores consideram esse engajamento como o terceiro papel da universidade, considerando que o primeiro é o conjunto do ensino mais a pesquisa, e o segundo a extensão universitária. De acordo com o autor, havendo esse engajamento da universidade com a região, cada vez mais ela poderá ser considerada uma universidade “da” região e não uma universidade “na” região. Os autores ainda fazem uma crítica às universidades brasileiras, afirmando que elas ainda estão muito longe da relação existente entre a maioria das universidades estrangeiras e a sua preocupação direta em buscar medidas concretas ao desenvolvimento da região em que estão inseridas.

Segundo Barros e Mendonça (1997), o efeito educação, além de melhorar a condição de vida dos indivíduos que se educam, tende a gerar uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam, devido à convergência ao aumento da produtividade da mão de obra e, por conseguinte, da sua remuneração, da expectativa de vida, possibilidade da redução do tamanho da família e do grau de pobreza futuro.

3.5 MODELOS E ESTUDOS RELACIONADOS AOS IMPACTOS ECONÔMICOS PROVOCADOS PELAS UNIVERSIDADES

Dentre os principais estudos já realizados sobre o impacto de universidades sobre geração de renda e emprego em uma região, destaca-se o estudo de McNicoll (1995) apud Rolim e Kureski (2007) realizado na Escócia em 1993/1994 englobando 22 instituições de ensino superior escocesas. Nesse trabalho foi utilizada uma matriz de insumo-produto com 28 setores econômicos, 17 faixas de renda familiar e 10 tipos de emprego. A receita total das instituições escocesas era de £1,41 bilhão, ou seja, o equivalente a 2% do PIB da Escócia. O número total de empregados direto era de 30.500 e os indiretos 37.700 o que resultou num multiplicador de emprego de 2,24, significando que cada emprego gerado na instituição

ocasiona em mais 1,24 empregos na economia escocesa. Com relação ao nível de renda, a soma das despesas correntes, mais os investimentos, mais os gastos realizados pelos estudantes foi de £1.197,31 milhões resultando um impacto indireto de £940,26 milhões e um multiplicador de 1,79, que representa um aumento adicional na renda escocesa de £ 0,79 para cada £ 1,00 gerada nas instituições de educação.

Outro importante estudo citado por Rolim e Kureski (2007) com a mesma metodologia realizado em 1992 e 1993 foi o de Robson *et al.* (1995) sobre as quatro universidades da Manchester: Manchester, Manchester Metropolitan, Salford e UMIST. De acordo com os resultados obtidos, o somatório dos gastos das quatro universidades nos dois anos foi de £ 450 milhões e empregaram 12.500 pessoas. A análise dos impactos foi dividida em três áreas: a cidade de Manchester com Multiplicador de produção de 1,182, multiplicador de renda de 1,321 e 2.000 empregos adicionais; a região metropolitana de Manchester com Multiplicador de produção de 1,306, multiplicador de renda de 1,283 e 3.2000 empregos adicionais e a região Noroeste da Inglaterra com Multiplicador de produção de 1,495, multiplicador de renda de 1,404 e 4.800 empregos adicionais (ROLIM E KURESKI, 2007).

Segundo Allen e Taylor (2002) foi realizado um estudo por Harris (1997) para a Universidade de Portsmouth, que também utilizou uma matriz de insumo-produto e obteve os seguintes resultados: multiplicador de renda de 1,66 e multiplicador de emprego de 1,8. Para o estudo foram atribuídos os impactos diretos, indiretos e induzidos e, além disso, foram realizadas pesquisas locais para identificar os gastos na região, bem como as importações e os vazamentos de renda e foi concluído que cerca de dois terços dos gastos da universidade são feitos na própria região

Allen e Taylor (2002) também realizaram um estudo no Sudoeste da Inglaterra utilizando a matriz de insumo-produto onde foram consideradas 12 instituições de ensino superior. Os autores fazem distinção entre o impacto causado exclusivamente nos municípios onde as universidades estão instaladas e o impacto no sudoeste da Inglaterra, sendo a primeira o impacto econômico local e o segundo o impacto regional. O diferencial desse estudo foi que os gastos com alimentação dos professores, funcionários e alunos que utilizavam os alojamentos eram subtraídos da fórmula dos impactos econômicos diretos (salários dos professores e funcionários, gastos de consumo e investimento das universidades e os gastos dos alunos). O valor do multiplicador keynesiano para o impacto local não foi calculado, mas sim pré-estabelecido em 1,20, isso porque foram levadas em consideração pesquisas realizadas em outras literaturas onde esse multiplicador ficava entre 1,24 e 1,73. De forma

análoga, para estabelecer o impacto regional, geralmente calculado por meio da matriz insumo-produto, foi estipulado um multiplicador de 1,5, já que em outras literaturas esse valor variava entre 1,56 e 1,91.

O estudo realizado por Rolim e Kureski (2004) para calcular o impacto econômico de curto prazo das Instituições de Ensino superior do Estado do Paraná sobre a economia daquele estado obteve um multiplicador do tipo II de renda de 2,34 e de emprego de 2,53, isso significa que para cada unidade de renda gerada em decorrência do fato das instituições existirem, outras 1,34 unidades de renda são geradas naquele estado. Da mesma forma, o multiplicador de emprego significa que para cada emprego existente em razão dos gastos decorrentes da existência da instituição de ensino, são gerados mais 1,53 empregos na economia do estado.

Siegfried, Sandereson e McHenry (2007) realizaram um levantamento de revisão bibliográfica contendo 138 estudos de impactos econômicos de curto prazo ocasionados por universidades e faculdades de diversos autores e encontraram uma variação para o multiplicador de emprego entre 1.03 a 8.44. Para o multiplicador de renda houve uma variação entre 1.84 a 26.

Bovo, Silva e Guzzi (1996) realizou um estudo entre 1993 e 1995 cujo objetivo era identificar os impactos econômicos e financeiros realizados pelas faculdades e institutos da UNESP de Araraquara ocorridos nesse município. Nesse estudo foi utilizada uma metodologia em que foi comparado o repasse do governo do estado de São Paulo, por meio do ICMS, mais as receitas diretamente arrecadadas pela UNESP, por meio da prestação de serviços e taxas cobradas pela instituição, com algumas categorias da receita do município como o ICMS, outras receitas tributárias e as transferências intergovernamentais. Além dessas comparações o autor ainda compara as receitas da UNESP com o valor adicionado das principais empresas instaladas em Araraquara.

Dessa forma, foi constatado por Bovo, Silva e Guzzi (1996) que o valor do ICMS repassado para a UNESP equivale a 67% do valor do ICMS recolhido por todas as empresas de Araraquara. Ressalta-se que a quota-parte de Araraquara (parcela de todo o ICMS arrecadado pelo município que fica para administração municipal) era de apenas 40%. Em outras palavras, a UNESP foi responsável pelo retorno de R\$ 91 milhões do ICMS arrecadado pelo próprio município que foram para o Estado de São Paulo e retornaram para Araraquara.

Nesse sentido foi possível demonstrar a importância da UNESP em termos financeiros para o município de Araraquara, pois o valor do repasse do ICMS para a UNESP é maior do

que o próprio repasse feito para o município via quota-parte. Outro comparativo feito por Bovo, Silva e Guzzi (1996) foi que os recursos movimentados pela UNESP representaram 14,2% do valor adicionado gerado pelas cinco maiores empresas de Araraquara.

Para calcular o montante financeiro injetado na economia de Araraquara no curto prazo devido à existência da UNESP, Bovo, Silva e Guzzi (1996) utilizou como base o ano de 1995. O autor incorporou ao modelo os gastos realizados pelos alunos nesse ano, além disso, considerou uma parcela de 80% dos recursos totais da UNESP, justificado pelo fato de que os docentes e técnico-administrativos não gastam os seus vencimentos integralmente no município de Araraquara e que as empresas fornecedoras de serviços e de produtos poderiam estar localizadas em outras cidades. Como resultado, verificou-se que a UNESP e seus alunos foram responsáveis pela circulação de R\$ 40.000.000,00 pelos setores da economia de Araraquara, ou seja, 85% de todo o ICMS arrecadado no município.

O mesmo autor refez esse estudo utilizando a mesma metodologia para o ano de 2001. Nesse último trabalho, Bovo (2003) realizou o estudo em cada municípios do Estado de São Paulo que possuísse um campus da UNESP. O autor afirma que foi possível identificar um impacto muito mais significativo em 2001 que em 1996. Além disso, foi possível comprovar que nas cidades menores onde a UNESP é mais representativa para a economia local, o impacto econômico e financeiro tende a ser muito maior.

Triches, Fedrizzi e Caldart (2004) realizaram um estudo onde foram verificados os impactos econômicos causados pelos gastos acadêmicos efetuados pelos estudantes da Universidade de Caxias do Sul (UCS) no período de 1990 a 2002 na região do município de Caxias do Sul-RS.

Ressalta-se que nesse estudo só foram levados em consideração os efeitos referentes à participação dos gastos dos alunos, não levando em consideração os gastos dos professores e funcionários, nem as despesas e investimentos realizados pela universidade. Sendo assim, a metodologia proposta foi contabilizar os gastos com mensalidades, inscrições e taxas, descontadas das bolsas de estudos e outros auxílios e comparar o quanto esse valor representa para o PIB local no período em análise.

O estudo de Triches, Fedrizzi e Caldart (2004) foi realizado com três áreas de abrangência, sendo uma área o próprio município; a outra área seria considerada somente os municípios onde existem algum campus ou núcleo educacional da UCS instalado e, por último, uma região com um total de 70 municípios onde o autor considerou a área de abrangência da UCS. Nesse estudo foram utilizados o método de estimação de mínimos quadrados ordinários,

do consumo e da tributação e também foram realizados testes t , onde foi possível confirmar a relação positiva entre renda e pagamento de tributos e entre o consumo em geral e o consumo por educação.

Sendo assim, foram calculados os multiplicadores de impactos diretos e indiretos para a três regiões de abrangência. Foram considerados impactos diretos as participações percentuais dos gastos dos estudantes na UCS, transformados em receita acadêmica para Instituição, sendo deduzidos dessa receita os valores de bolsas de estudos e outros auxílios. Já os impactos indiretos foram calculados por meio de uma identidade contábil regional de demanda. Os resultados desse estudo evidenciaram uma crescente participação da Universidade no período. No entanto, o crescimento nos municípios onde estão localizados os Campi e Núcleos Universitários foram muito mais significativos que nos demais municípios da região de abrangência.

Brooks (2002) dividiu os trabalhos realizados nos EUA que tratam sobre os multiplicadores econômicos ocasionados por meio de instituições e ensino superior em cinco grupos distintos: primeiramente, aqueles cujo enfoque está nos modelos utilizados para avaliar os impactos econômicos de uma IES; em segundo lugar, os trabalhos que analisam os impactos econômicos gerados por uma faculdade ou universidade específica; em terceiro lugar, os trabalhos voltados a mensurar os impactos econômicos gerados por um sistema de IES; em quarto lugar os trabalhos que determinam somente os impactos econômicos proveniente de estudantes de outras localidades; e, por fim, aqueles onde o foco é o impacto econômico ocorrido em decorrência de pesquisas realizadas por IES. De acordo com o objetivo do presente trabalho, este se enquadra no segundo grupo proposto por Brooks (2002).

Com relação à metodologia aplicada para determinar o impacto econômico de uma IES em uma determinada localidade, Brooks (2002) separa os trabalhos já realizados nos EUA em seis categorias:

- a) modelo determinístico – que avalia o balanço dos impactos econômicos regionais positivos e negativos;
- b) modelo de base econômica – que avalia os gastos locais dos envolvidos (a universidade, seus funcionários, seus estudantes e os visitantes) por meio de questionários;
- c) modelo de custo-benefício – que busca avaliar se o custo de uma universidade (estadual) é suprida pelos gastos de moradia dos não-residentes e os gastos dos

visitantes ligados a eles;

- d) análise de insumo-produto - para avaliar com boa precisão os impactos diretos e indiretos nos setores industriais dentro de uma região;
- e) análise econométrica – que avalia os impactos por meio de amostras estatísticas – por exemplo o gasto dos estudantes residentes e não residentes a partir de um gasto base por estudante;
- f) modelo de impactos líquidos de investimentos - avalia a base de exportação de estudantes não residentes do estado onde a universidade está localizada, ou seja, avalia as receitas geradas em uma região por meio de taxas, impostos, mensalidades, despesas de moradia e alimentação desses estudantes a partir de fontes fora de estado.

O Quadro 2 elaborado por Pires (2009) sintetiza os principais métodos estudos realizados sobre o impacto das Instituições de Ensino superior em uma região:

Quadro 2 - Síntese dos Principais Estudos sobre o impacto de uma Instituição de Ensino superior sobre uma região

VISÃO	MÉTODO	REFERÊNCIA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	CONSIDERAÇÕES	
Para Trás (Montante ou Estática)	Medidas de Localização e Especialização	SIMÕES (2005), ISARD(1998)	Método genérico, na averiguação de impactos e influências locais e regionais de atividades econômicas diversas.	--	Não foram encontrados na literatura, estudos de impacto de Instituições de ensino, com este método	
	Diferencial Estrutural	SIMÕES (2005), ISARD(1998)	Descrição de estrutura produtiva por meio de seus componentes.	--		
	Insumo - Produto	(ROLIM, 2004)	Análise utilizando-se de matriz de contabilidade social, e a utilização de multiplicadores Keynesianos como indicação de impacto sobre emprego e renda.	Universidades Estaduais do Paraná	Necessita de Matriz de contabilidade social da região a ser estudada. Os estudos existentes utilizaram uma adaptação da matriz do Brasil como um todo, residindo aí sua complexidade.	
		(TRICHES, 2004)		Universidade de Caxias do Sul		
		(MCNICOLL, 2002)		Universidades da Escócia		Estudos utilizaram adaptações específicas para cálculo dos multiplicadores Keynesianos.
		(ALLEN, 2002)		Universidade de Portsmouth e do Sudoeste da Inglaterra		
	Multivariados	SIMÕES (2005), ISARD(1998)	Utilização de múltiplas medidas estatísticas de forma a explicar suas características.	--	Não foram encontrados na literatura, estudos de impacto de Instituições de ensino, com este método	
	EGC	SIMÕES (2005), ISARD(1998)	A partir de matrizes de contas nacionais e insumo produto, utiliza de sofisticados modelos computacionais para análise de influências.	-		
	Econometria	SIMÕES (2005), ISARD(1998)	Associação e autocorrelação econômica entre regiões.	--		
Comparativo Arrecadação Local x Despêndio Institucional	(BOVO, 1999)	Comparação relativa entre as arrecadações dos municípios sede da unidade da UNESP sob estudo e o montante de recursos despendidos pela Instituição pública.	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Método criado especificamente para as necessidades do estudo, se baseando em comparação relativa de recursos gastos x arrecadação.		
Para Frente (Jusante ou dinâmica)	--	--	--	--	--	

Fonte: Pires (2009, p. 78).

Nota: A Visão para trás montante considerável de recursos financeiros injetados nas economias locais e para frente refere-se ao resultado da formação aprimoramento do capital humano que ingressa no mercado de trabalho.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O escopo deste trabalho é estudar o impacto de curto prazo exercido pela UNIFAL-MG sobre a demanda agregada dos diversos setores das atividades econômicas de Alfenas e o impacto causado pelas expansões da UNIFAL-MG na década de 2000 de forma a mensurar quais foram as atividades econômicas que sofreram maior impacto desse aumento na demanda agregada.

De acordo com Rolim e Kureski (2007), a utilização da matriz de insumo-produto ou de contabilidade social garante resultados qualitativamente superiores para esse tipo de estudo. No entanto, devido à complexidade de se realizar um paralelo entre Alfenas e o resto do Brasil, optou-se por fazer uma análise de acordo com a metodologia proposta por Bovo, Silva e Guzzi (1996). Seguindo essa proposta, o objetivo foi dimensionar os totais de gastos financeiros movimentados pela UNIFAL-MG no curto prazo e identificar quais atividades econômicas tiveram maior relação entre o aumento no nível de renda da UNIFAL-MG os seus respectivos níveis de renda e empregos.

De acordo com Rolim e Serra (2009), a análise de curto prazo do impacto econômico de uma determinada atividade significa avaliar o impacto sobre a renda e o emprego que essa atividade tem sobre a demanda agregada dessa região.

Para se atingir esse objetivo, a primeira etapa foi identificar todos os grupos relacionados à universidade que estivessem introduzindo renda de fora do município de Alfenas na economia local e que fossem possíveis de ser mensurados. Pois a renda exógena é a responsável pelos impactos diretos, indiretos e induzidos sobre a economia local, elevando os níveis de renda e o emprego em uma proporção maior que o impacto inicial.

De acordo com Rolim e Kureski (2004), para que o impacto econômico direto de uma universidade possa ser mensurado, quatro grandes grupos vinculados deverão ser mensurados: a) gastos com bens de consumo corrente e de investimento realizados pela instituição; b) gastos em consumo dos seus servidores (professores e técnico-administrativos); c) gastos em consumo dos alunos provenientes de outras regiões; e, d) gastos em consumo dos visitantes residentes fora do município

Assim, este trabalho considerou os gastos correntes e de investimento do governo federal com a UNIFAL-MG em Alfenas, os gastos dos alunos oriundos de outros

municípios, e dos docentes e dos técnico-administrativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas.

4.1 CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os dois primeiros itens, que correspondem aos gastos com despesas correntes (energia elétrica, água e esgoto, materiais de laboratório, locação de mão de obra, etc.) e os investimentos (gastos com obras, instalações, equipamentos e materiais permanentes), foram obtidos por meio da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional da UNIFAL-MG que disponibilizou as informações referentes às despesas correntes e de investimento realizadas na UNIFAL-MG. A partir dessas informações, foi feito um levantamento sobre as despesas realizadas no município de Alfenas separadas das despesas realizadas pela UNIFAL-MG nos campi de Poços de Caldas e Varginha.

O segundo fator impactante, gastos com pessoal ativo, foi obtido por meio dos microdados da RAIS de 2002 a 2013, de forma que foram realizados os seguintes filtros nas bases de dados para serem obtidos apenas os servidores da UNIFAL-MG lotados em Alfenas:

Quadro 3 - Parâmetros para os microdados da RAIS

Nome	Descrição da Variável	Categoria	Valor na Fonte
MUNICIPIO	Município de localização do estabelecimento	Alfenas-MG	310160
VINCULO ATIVO	Vínculo Ativo em 31/12	SIM	1
NAT. JURIDICA	Natureza Jurídica	Autarquia Federal	1104
TP VINCULO	Tipo de vínculo empregatício	Estatutário/ Contrato por tempo determinado	30/ 95
CNAE 2.0 CLASSE	Classe de Atividade Econômica, segundo classificação CNAE - versão 2.0	Educação Superior - Graduação	8531700

Fonte: Elaboração do autor.

Nota: Valor na fonte refere-se ao valor utilizado como critério em cada parâmetro descrito.

Ressalta-se que esse procedimento foi utilizado porque a soma dos vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e outras despesas variáveis dos servidores efetivos da

UNIFAL-MG resultaria no total de servidores lotados em todos os campi e o objeto do presente estudo é o município de Alfenas, os servidores lotados nos campi de Poços de Caldas e Varginha não poderiam ser contabilizados no estudo.

Os gastos dos alunos de graduação de outros estados foram obtidos em Mina, Ramos e Rezende (2012), que, por meio de aplicação de questionário por amostragem, identificou a média de gastos dos discentes da UNIFAL-MG (divididos por curso) em cada uma das categorias de despesa: aluguel, manutenção, alimentação, transporte, cursos, material didático, lazer e outros.

4.2 ANÁLISES ESTATÍSTICAS DA RELAÇÃO DA EXPANSÃO DA UNIFAL-MG COM AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG

Para identificar quais atividades econômicas⁸ do município de Alfenas-MG foram mais impulsionadas pela expansão da UNIFAL-MG, ocorrida principalmente a partir de 2008, ano em que foi implantado o programa REUNI, foram realizados três métodos estatísticos distintos que foram divididos em três etapas: O teste *t*, as regressões lineares simples e o Critério de Informação de Akaike corrigido para pequenas amostras (AICc).

A primeira etapa consistiu em aplicar o Teste *t*, que é um teste paramétrico usado para verificar se a média de uma variável (renda mensal e número de empregados) difere entre dois grupos independentes de sujeitos (de 2002 até 2007 e de 2008 até 2013). A decisão de separar a série histórica em duas partes foi tomada com base na identificação de drásticas mudanças em todos os aspectos (contratação de servidores, despesas correntes e investimentos e acréscimo de 14 novos cursos) a partir de 2008, o que alterou significativamente o somatório dos rendimentos dos servidores ativos da UNIFAL-MG. De acordo com Gujarati (2006), as seguintes pressuposições devem ser observadas neste teste: a) amostras randômicas de cada população investigada; b) as variâncias devem ser homogêneas; c) as variáveis das populações de onde as amostras foram selecionadas devem apresentar distribuição aproximadamente normal

Após identificadas pelo teste *t* quais atividades econômicas tiveram comportamento similar ao Rendimento Mensal dos servidores da UNIFAL-MG, ou seja, quais atividades

⁸ A base de dados da renda mensal e número de empregados por Atividade Econômica no Município de Alfenas podem ser consultadas nos Anexos D e E respectivamente.

em que a renda mensal e o número de empregados diferiu positivamente nos períodos antes e após a Expansão, essas atividades passaram para a segunda etapa de verificação.

Na segunda etapa da verificação as atividades foram avaliadas através de Regressões Lineares Simples, para identificar se respondiam a uma situação de causa e efeito entre o aumento da renda mensal dos servidores da UNIFAL-MG e o próprio crescimento no nível de renda e emprego dessas atividades econômicas em análise.

Por fim, a terceira e última etapa foi verificar se realmente o efeito do Rendimento Mensal da UNIFAL-MG foi realmente o principal responsável pelo o crescimento das atividades econômicas de Alfenas-MG que também cresceram no mesmo período. Para isso foram selecionadas outras três atividades econômicas (Agricultura, Indústria e Administração Pública) que seriam as variáveis independentes, enquanto todas as outras atividades econômicas seriam as variáveis dependentes. Sendo assim, foram comparados quatro modelos (Rendimento dos Servidores da UNIFAL-MG, Agricultura, Indústria e Administração Pública) pelo Critério de Informação de Akaike corrigido (AICc) para pequenas amostras a fim de identificar quais desses quatro modelos melhor explicaria o efeito dos aumentos das rendas e dos níveis de emprego em cada atividade econômica. Ressalta-se que as três atividades citadas foram escolhidas por serem três dos quatro componentes do PIB, sendo o quarto Serviços, que abrange o setor de Educação onde a UNIFAL-MG está contida.

O AICc utiliza a informação de Kullback-Leibler para seleção de modelos (distância entre um modelo de aproximação e o modelo real) e é baseado na máxima verossimilhança e no conceito de entropia. Quando utilizamos esse critério ele determina qual entre os modelos concorrentes é mais explicativo. Segundo esse critério, o melhor modelo, ou mais explicativo, são aqueles cujo valor de $\Delta AICc$ (diferença entre o valor de AICc do modelo e o menor valor de AICc) é menor que 2 (GUJARATI, 2006).

Todas as análises foram realizadas no software R (R: The R Project for Statistical Computing). Ressalta-se que o teste AICc foi realizado utilizando o pacote *bbmle* de Becker, Chambers e Wilks (1988).

4.3 ANÁLISE DE CURTO PRAZO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA UNIFAL-MG PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG

Para determinar a movimentação financeira de curto prazo da UNIFAL-MG no município de Alfenas, foi utilizado o ano de 2014 como base de cálculo, sendo assim foram levados em consideração os gastos realizados pelos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas, os gastos dos estudantes vindo de outros municípios realizados em Alfenas-MG e as despesas de custeio e de investimentos realizadas pela própria UNIFAL-MG.

4.3.1 Movimentação financeira realizada pelos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas

Para calcular a movimentação financeira dos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas no município de Alfenas, foram utilizados dados primários obtidos pela aplicação de questionários identificando onde esses servidores realizam seus gastos.

Foram aplicados questionários⁹ a toda população que preenchia os pré-requisitos de interesse, ou seja, servidores ativos lotados em Alfenas. A listagem dos servidores foi obtida mediante solicitação junto ao reitor da UNIFAL-MG, a listagem dos servidores ativos e inativos, constava: nome, categoria (docente ou técnico-administrativo), lotação e a cidade onde o servidor residia¹⁰.

Os questionários foram aplicados aos servidores da UNIFAL-MG nos meses de abril e março de 2015. Da lista de servidores fornecida em agosto, alguns já haviam aposentados e outros novos servidores haviam tomado posse até a da aplicação dos questionários. Os novos servidores encontrados foram incluídos na relação e os que aposentaram foram desconsiderados. Além disso, foi informado pela PROGEPE na data de 14 de abril de 2015 que haviam 31 docentes e 5 técnico-administrativos totalmente afastados por diversos motivos como: licença maternidade, licença gestante, licença adotante, afastamento para mestrado ou doutorado e motivos de saúde.

⁹ A aplicação dos questionários passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFAL-MG e teve seu parecer aprovado e o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é 97085514.1.000.5142.

¹⁰ O ANEXO F destaca o quantitativo de servidores aptos a responderem o questionário registrados em 19/08/2014, data da informação passada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) da UNIFAL-MG, perfazendo um total de 585 servidores, sendo 334 docentes e 251 técnico-administrativos.

Portanto, considerando a listagem inicial de 585 servidores, 36 estavam afastados (6,15%), 317 servidores responderam ao questionário (54,19%) e 231 não quiseram responder ou não foram encontrados no momento da entrega e, ou, recolhimento do questionário (39,66%).

A comparação entre os resultados da aplicação dos questionários e a evolução de cada setor das atividades econômicas de Alfenas-MG foi feita com base na agregação das questões (ANEXO D) relacionadas a cada setor econômico, dessa forma, foram somados os valores médios das faixas de gastos vezes o número de servidores que marcou cada alternativa.

Utilizando esse procedimento, foi possível identificar a parcela de gastos realizada em cada setor e comparar se realmente os setores que mais cresceram em função expansão da UNIFAL-MG foram aqueles onde houve maior parcela de gastos por parte dos servidores. Ressalta-se que o questionário não abrangeu todos os setores econômicos de Alfenas-MG, uma vez que priorizou-se as atividades mais significativas de acordo com sua representatividade econômica no município.

4.3.2 Movimentação financeira realizada pelos estudantes da UNIFAL-MG

Para o cálculo da movimentação financeira realizada pelos estudantes da UNIFAL-MG vindos de outros municípios foram utilizados os resultados de um trabalho realizado em 2011 por Mina, Ramos e Rezende (2012). Para encontrar o valor estimado anual dos gastos realizados pelos alunos em 2014, foi utilizado o valor médio de gastos mensal por estudante de acordo com o resultado da pesquisa realizada em 2011. Esse valor foi deflacionado para dezembro de 2014 e multiplicado por 9 (número de meses letivos por ano) e multiplicado pelo número de alunos matriculados em 2014 na UNIFAL-MG. Ressalta-se que foi utilizada a mesma proporção de alunos oriundos de outras regiões sobre o total de alunos verificados naquele trabalho que foi 70%.

4.3.3 Movimentação financeira ocasionada pelos gastos de custeio e investimentos da UNIFAL-MG

Para o cálculo da movimentação financeira realizada pela UNIFAL-MG com as despesas correntes e as despesas de capital foi utilizado como referência todas as despesas dessas naturezas realizadas na sede e na Unidade Educacional Santa Clara, no ano de 2014. No entanto, sabe-se que a prestação de serviços e fornecimento de insumos e equipamentos para órgãos públicos acontece por meio de licitação, por isso deve-se considerar que grande parte desse recurso vai para empresas não localizadas no município de Alfenas-MG. Portanto para estimar as despesas de custeio foi feito um levantamento no Setor de Contratos da UNIFAL-MG a fim de identificar quais eram as despesas mais relevantes cujas empresas ou pessoas físicas prestadoras de serviços são do próprio município. Sendo assim, optou-se por considerar o total de gastos realizados por meio de contratos de terceirização de mão de obra em Alfenas, pois considera-se que os seus respectivos funcionários são em sua totalidade residentes de Alfenas e que realizam seus gastos nesse município; os contratos de prestação de serviços com valores mais relevantes realizados em Alfenas como: manutenção de veículos, manutenção de elevadores, restaurante universitário, correios, e pessoal contratado para prestação de serviços técnicos especializados; os únicos materiais de consumo contabilizados no cálculo foram os combustíveis. Para as despesas de capital foram contabilizadas apenas as despesas com obras, por considerar que a empresa contratada realiza despesas no município com a compra de materiais, além da moradia e alimentação de seus funcionários.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os principais resultados obtidos na pesquisa como a relação do rendimento mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG e o nível de renda e o nível de emprego dos setores econômicos de Alfenas-MG. Também são apresentados os resultados da aplicação dos questionários aos servidores da UNIFAL-MG e análise dos principais setores das atividades econômicas de Alfenas-MG, além do resultado geral do impacto de curto prazo da UNIFAL-MG para o município de Alfenas em 2014. Por fim foi realizada uma breve discussão sobre o resultado obtido em cada atividade econômica no município.

5.1 RESULTADOS DO RENDIMENTO MENSAL DOS SERVIDORES ATIVOS DA UNIFAL-MG E RENDA MENSAL DOS SETORES ECONÔMICOS

Para verificar se o aumento do Rendimento dos Servidores ativos da UNIFAL-MG no período em análise teve efeito sobre o aumento no nível de renda das diversas atividades econômicas no município de Alfenas-MG foram realizados dois testes estatísticos separados em duas etapas cujos resultados estão sintetizados na Tabela 18.

De acordo com a primeira etapa de verificação¹¹, por meio do Teste t com um nível de confiança de 95%, constatou-se que o Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG foi maior a partir de 2008, assim como a renda mensal dos setores econômicos Agropecuária, Construção Civil, Comércio Atacadista e Varejista, Serviços de Transporte e Correios, Serviços de Alimentação e Hospitalidade, Serviços Financeiros e Seguros, Atividades Imobiliárias, Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos e Educação, Atividades administrativas, Serviços Sociais e Saúde e Administração Pública. Por outro lado, os setores econômicos Serviços de Saneamento Básico, Serviços de Informação e Comunicação, Serviços de Arte, Entretenimento e Recreação e Serviços Domésticos não apresentaram diferença estatística na renda mensal até 2007 e a partir de

¹¹ A Diferença na renda mensal dos setores econômicos de Alfenas até 2007 e a partir de 2008 podem ser consultadas no APÊNDICE B.

2008, pois apresentaram o *p-valor* acima de 0,05, dessa forma essas atividades não passaram para a próxima etapa de avaliação.

Na segunda etapa de verificação¹², a regressão linear simples, procurou-se verificar se o Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG afetou todos os setores econômicos de Alfenas cuja renda mensal aumentou a partir de 2008, exceto os Serviços Sociais e de Saúde e a Administração Pública. Em outras palavras, o Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG tem um efeito positivo sobre a renda mensal dos Serviços de Transporte e Correios, Serviços de Alimentação e Hospitalidade, Serviços Financeiros e Seguros, Construção Civil, Serviços de Educação, Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos e Comércio Atacadista e Varejista, Atividades Imobiliárias e Atividades administrativas.

Tabela 18 - Resultados do teste *t* e da regressão linear simples para o nível de renda das atividades econômicas de Alfenas-MG

(continua)

Atividade Econômica	1ª Etapa – Teste <i>t</i> (<i>p</i> < 0,05)		2ª Etapa – Regressão Linear (<i>p</i> < 0,05)	
	<i>t</i>	<i>p-valor</i>	<i>R</i> ²	<i>p-valor</i>
UNIFAL-MG	-5,69	0,0023	-	-
Agropecuária	-4,12	0,0021	83,83	0,0001
Construção Civil	-5,36	0,0003	86,92	<0,0001
Indústria/Indústria Extrativista	-4,88	0,0006	83,52	<0,0001
Comércio Atacadista e Varejista	-4,67	0,0009	92,39	<0,0001
Serviços de Transporte e Correios	-3,58	0,0158	87,53	<0,0001
Serviços de Alimentação e Hospitalidade	-6,09	0,0001	98,20	<0,0001
Serviços Financeiros e Seguros	-6,11	0,0001	96,21	<0,0001
Atividades Imobiliárias	-3,01	0,0296	74,91	0,0003
Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos	-6,65	<0,0001	91,23	<0,0001
Educação	-4,61	0,0010	96,11	<0,0001
Serviços de Atividades administrativas	-4,13	0,0200	83,20	<0,0001
Serviços Sociais e Saúde	2,78	0,0193	36,93	0,0204

¹² A relação do efeito do rendimento mensal dos servidores da UNIFAL-MG sobre a renda mensal dos setores econômicos cuja renda mensal aumentou a partir de 2008 pode ser consultada no APÊNDICE C.

Tabela 18 - Resultados do teste *t* e da regressão linear simples para o nível de renda das atividades econômicas de Alfenas-MG

Atividade Econômica	(conclusão)			
	1ª Etapa – Teste <i>t</i> ($p < 0,05$)		2ª Etapa – Regressão Linear ($p < 0,05$)	
	<i>t</i>	<i>p</i> -valor	<i>R</i> ²	<i>p</i> -valor
Administração Pública	-3,07	0,0117	38,45	0,0179
Serviços de Informação e Comunicação	-1,65	0,1302	-	-
Serviços de Saneamento Básico	-0,05	0,5001	-	-
Serviços de Arte, Entretenimento e Recreação	-2,14	0,0853	-	-
Serviços Domésticos	0,0132	0,9897	-	-
Outros Serviços	-1,82	0,0994	-	-

Fonte: Do autor.

Notas: Apesar da UNIFAL-MG não ser uma atividade econômica, ela foi inserida na tabela por ser o parâmetro comparativo de todas as atividades econômicas.

Nos dois testes apenas as atividades econômicas que tiverem o *p*-valor $< 0,05$ foram significativas para o que se pretende comprovar.

As atividades econômicas Indústria, Agropecuária e Administração Pública foram testadas apenas a título de ilustração, pois serão tratadas como variáveis independentes no teste *AICc*.

Na Tabela 19 são apresentados os resultados da terceira etapa de verificação por meio do Critério de Informação de Akaike corrigido para pequenas Amostras (*AICc*). Apesar do Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG afetar positivamente quase todos os setores que foram significativos pela regressão linear simples, quando comparado ao rendimento mensal Agropecuária, Indústria e Administração Pública pelo teste *AICc* (a fim de identificar qual dessas atividades apontou maior efeito direto sobre o aumento da renda mensal das demais atividades), somente os Serviços de Transporte e Correios, Alimentação e Hospitalidade, Serviços Financeiros e Seguros, Construção Civil e Educação tiveram a UNIFAL-MG como a única atividade diretamente relacionada ao seus respectivos crescimentos. A renda mensal dos Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos foi igualmente afetada pelo Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG e a renda mensal dos trabalhadores do setor industrial. O Comércio Atacadista e Varejista e os Serviços de Atividades Administrativas foram mais afetados pela renda mensal da Indústria. Por fim, o setor Imobiliário foi igualmente afetado pela UNIFAL-MG e o setor Agropecuário.

Tabela 19 - Resultado do teste AICc no nível de renda das atividades econômicas

Setor Econômico	Modelo	Estimativa	<i>p</i> -valor	$\Delta AICc$	<i>W</i>
Transporte e Correios	Unifal	0,193	0,0001	0,0	0,86
Alimentação e Hospitalidade	Unifal	0,126	0,0001	0,0	1,00
Financeiros e Seguros	Unifal	0,096	0,0001	0,0	0,99
Construção Civil	Unifal	0,175	0,0001	0,0	0,96
Educação	Unifal	1,673	0,0001	0,0	0,99
Profissionais, Técnicos e Científicos	Indústria	0,260	0,0001	0,0	0,66
	Unifal	0,094	0,0001	1,4	0,33
Comércio Atacadista e Varejista	Indústria	2,078	0,0001	0,0	0,81
	Agropecuária	0,041	0,0001	0,0	0,49
Atividades Imobiliárias	Unifal	0,007	0,0001	0,1	0,47
Serviços de Atividades administrativas	Indústria	0,149	0,0001	0,0	0,73

Fonte: Do autor

Notas: Os modelos que tem $\Delta AICc > 2$ não foram incluídos.

$\Delta AICc$: Diferença entre AICc do modelo e o menor valor de AICc. *W*: peso do modelo.

A Figura 2 ilustra a síntese desses resultados dos testes de *AICc* demonstrando quais foram as atividades econômicas que apresentaram maior relação entre o aumento dos seus respectivos níveis de renda com a variação dos rendimentos da UNIFAL-MG, da Indústria, da Agropecuária e da Administração Pública.

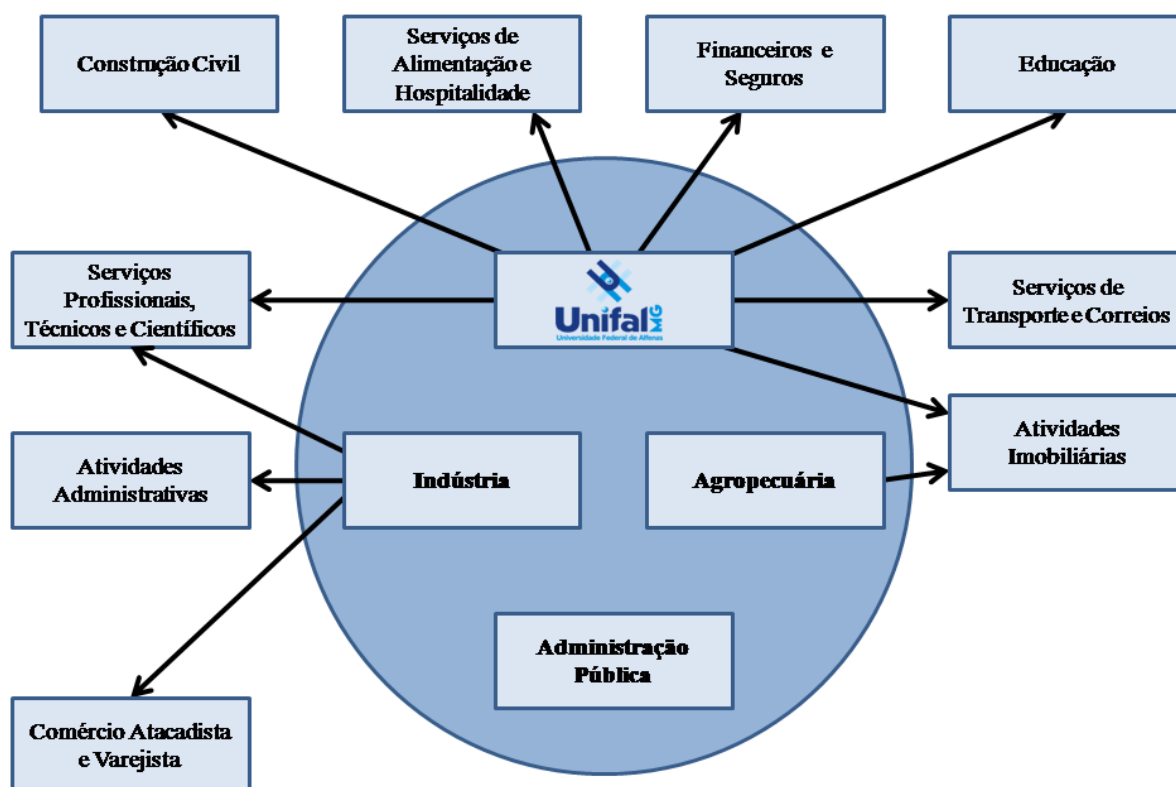


Figura 2 - Resultado do teste AICc para o nível de renda nas atividades econômicas de Alfenas
Fonte: Do autor.

5.2 RESULTADOS DO RENDIMENTO MENSAL DOS SERVIDORES ATIVOS DA UNIFAL-MG E O NÍVEL DE EMPREGO DOS SETORES ECONÔMICOS

Para verificar se o aumento do Rendimento dos Servidores ativos da UNIFAL-MG no período em análise surtiu efeito sobre o aumento no nível de emprego das atividades econômicas no município de Alfenas-MG, adotou-se o mesmo procedimento utilizado para o nível de renda das atividades econômicas, ou seja, foram realizados dois testes estatísticos separados em duas etapas. A Tabela 20 sintetiza os resultados obtidos nos dois testes.

De acordo com a primeira etapa de verificação¹³, constatou-se que a partir de 2008 o nível de emprego foi maior nos setores econômicos Construção Civil, Comércio

¹³ A Diferença na renda mensal dos setores econômicos de Alfenas até 2007 e a partir de 2008 podem ser consultadas no APÊNDICE D.

Atacadista e Varejista, Transporte e Correios, Alimentação e Hospitalidade, Serviços Financeiros e Seguros, Indústria, Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos e Atividades administrativas. Por outro lado, os setores econômicos Serviços Sociais e Saúde, Administração Pública, Agropecuária, Atividades Imobiliárias, Serviços de Arte, Entretenimento e Recreação, Saneamento Básico, Informação e Comunicação, Serviços Domésticos e Outros Serviços não apresentaram diferença estatística no nível de emprego até 2007 e a partir de 2008, pois apresentaram o *p-valor* acima de 0,05. Dessa forma essas atividades não foram testadas na análise de regressão linear simples.

Na segunda etapa de verificação¹⁴, a análise de regressão linear simples, foi comprovado que o Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG afetou todos os setores econômicos de Alfenas cujo nível de emprego aumentou no período a partir de 2008. Em outras palavras, o Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG tem um efeito positivo sobre o nível de emprego dos Serviços de Transporte e Correios, Serviços de Alimentação e Hospitalidade, Serviços Financeiros e Seguros, Construção Civil, Serviços de Educação, Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos e Comércio Atacadista e Varejista e Atividades Imobiliárias.

Tabela 19 - Resultados do teste *t* e da regressão linear simples para o nível de emprego das atividades econômicas de Alfenas-MG

(continua)

Atividade Econômica	1ª Etapa – Teste <i>t</i> (<i>p</i> < 0,05)		2ª Etapa – Regressão Linear (<i>p</i> < 0,05)	
	<i>t</i>	<i>p-valor</i>	<i>R</i> ²	<i>p-valor</i>
Construção Civil	-5,24	0,0004	78,43	0,0002
Comércio Atacadista e Varejista	-5,06	0,0005	87,21	0,0001
Serviços de Transporte e Correio	-2,87	0,0035	77,33	0,0002
Serviços de Alimentação e Hospitalidade	6,62	<0,0001	97,50	<0,0001
Serviços Financeiros e Seguros	-5,96	0,0001	86,78	<0,0001
Indústria/ Indústria Extrativista	-5,02	0,0005	79,08	0,0002
Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos	-5,61	0,0001	85,14	<0,0001
Serviços de Atividades administrativas	-4,72	0,0005	78,91	0,0002

¹⁴ A relação do efeito do rendimento mensal dos servidores da UNIFAL-MG sobre a renda mensal dos setores econômicos cuja renda mensal aumentou a partir de 2008 podem ser consultadas no APÊNDICE E.

Tabela 20 - Resultados do teste *t* e da regressão linear simples para o nível de emprego das atividades econômicas de Alfenas-MG

Atividade Econômica	(conclusão)			
	1ª Etapa – Teste <i>t</i> ($p < 0,05$)		2ª Etapa – Regressão Linear ($p < 0,05$)	
	<i>t</i>	<i>p-valor</i>	R^2	<i>p-valor</i>
Serviços Sociais e Saúde	0,83	0,42	-	-
Administração Pública	-0,74	0,4729	-	-
Agropecuária	-0,03	0,9721	-	-
Atividades Imobiliárias	-0,76	0,4636	-	-
Educação	-1,91	0,0795	-	-
Serviços de Arte, Entretenimento e Recreação	-1,36	0,1994	-	-
Serviços de Saneamento Básico	0,58	0,57	-	-
Serviços de Informação e Comunicação	-0,91	0,38	-	-
Serviços Domésticos	-0,38	0,71	-	-
Outros Serviços	-1,94	0,0765	-	-

Fonte: Do autor.

Notas: Nos dois testes apenas as atividades econômicas que tiverem o *p-valor* < 0,05 foram significativas para o que se pretende comprovar.

As atividades econômicas Indústria, Agropecuária e Administração Pública foram testadas apenas a título de ilustração, pois serão tratadas como variáveis independentes no teste *AICc*.

Conforme pode ser verificado na Tabela 21, apesar de afetar positivamente todos esses setores, o Rendimento Mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG tem maior efeito quando comparado ao rendimento mensal Agropecuária, Indústria e Administração Pública - sobre o aumento do número de empregos de Serviços de Alimentação e Hospitalidade e Construção Civil. O número de empregos dos Serviços de Transporte e Correios é igualmente afetado pelo Rendimento Mensal da UNIFAL-MG e a renda mensal da Agropecuária. Já o número de empregos do setor de Comércio Atacadista e Varejista, Serviços Financeiros, Seguros, Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos e Atividades administrativas é mais afetado pela renda mensal da Indústria.

Tabela 21 - Resultado do teste *AICc* no nível de emprego das atividades econômicas

Setor Econômico	Modelo	Estimativa	<i>p</i> -valor	$\Delta AICc$	<i>W</i>
Transporte e Correios	Agropecuária	0,001	0,0001	0,0	0,691
	Unifal	0,001	0,0036	1,7	0,297
Alimentação e Hospitalidade	Unifal	0,001	0,0001	0,0	1,00
Financeiros e Seguros	Indústria	0,001	0,0001	0,0	0,99
Comércio Atacadista e Varejista	Indústria	0,001	0,0001	0,0	1,00
Construção Civil	Unifal	0,001	0,0001	0,0	0,84
Profissionais, Técnicos e Científicos	Indústria	0,001	0,0001	0,0	0,69
Serviços de Atividades administrativas	Indústria	0,001	0,0001	0,0	0,98

Fonte: Do autor.

Notas: Os modelos que tem $\Delta AICc > 2$ não foram incluídos.

$\Delta AICc$: Diferença entre *AICc* do modelo e o menor valor de *AICc*. *W*: peso do modelo.

A Figura 3 ilustra a síntese desses resultados dos testes de *AICc* demonstrando quais foram as atividades econômicas que apresentaram maior relação entre o aumento dos seus respectivos níveis de renda com a variação dos rendimentos da UNIFAL-MG, da Indústria, da Agropecuária e da Administração Pública.

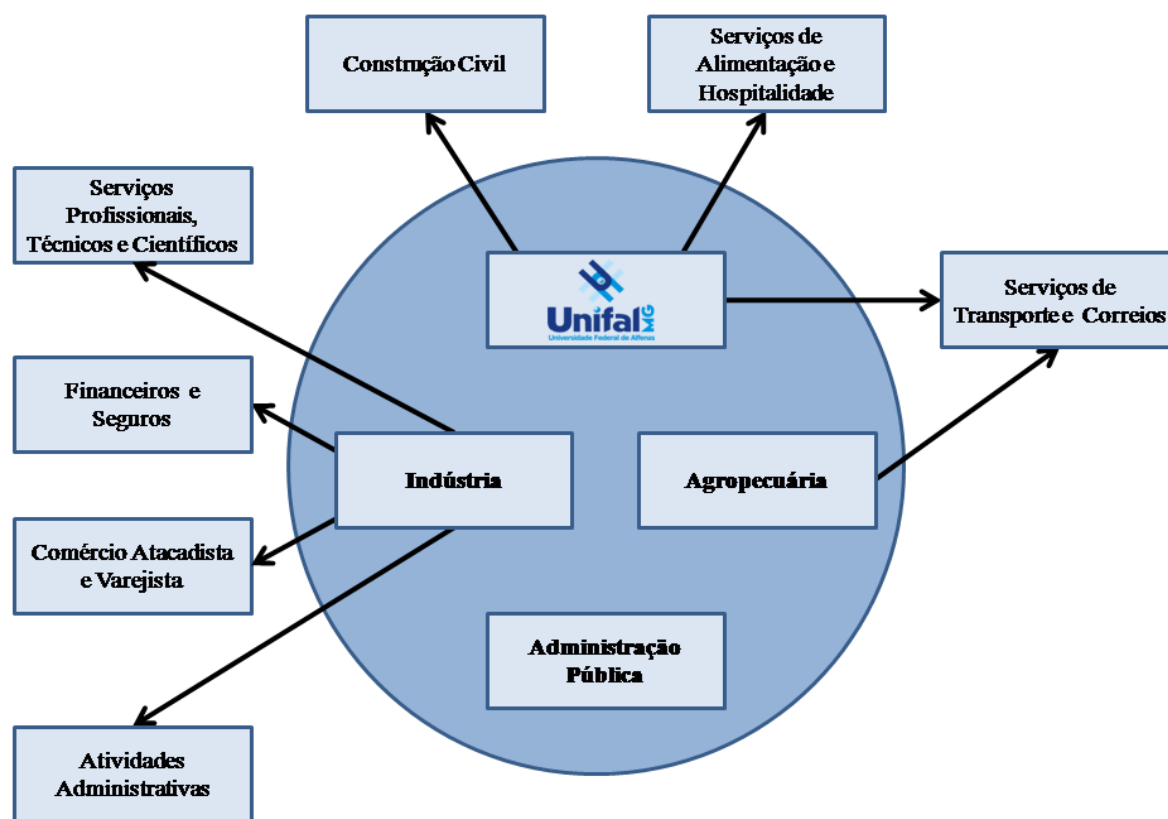


Figura 3 - Resultado do teste AICc para o nível de emprego nas atividades econômicas de Alfenas
Fonte: Do autor.

5.3 RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS SETORES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE ALFENAS

A aplicação dos questionários (APÊNDICE A) permitiu identificar onde os recursos recebidos pelos servidores da UNIFAL-MG lotados em Alfenas-MG são gastos.

Primeiramente, foram apresentados os resultados gerais dos questionários e em seguida a verificação da existência de relações entre os setores econômicos que mais cresceram em Alfenas e os setores onde houve maior incidência de gastos.

A Tabela 22 mostra a quantidade de servidores que responderam os questionários, separados por classe e por departamento e a quantidade total de servidores existentes:

Tabela 20 - Relação de servidores que responderam ao questionário

Departamento	Docentes		Técnico-Administrativos		Total
	Total	Respondidos (%)	Total	Respondidos (%)	Proporção (%)
Escola de Enfermagem	48	60,42%	12	58,33%	60,00%
Faculdade de Ciências Farmacêuticas	35	34,29%	31	41,94%	37,88%
Faculdade de Nutrição	17	58,82%	3	66,67%	60,00%
Faculdade de Odontologia	33	27,27%	20	15,00%	22,64%
Instituto de Ciências Biomédicas	40	70,00%	17	58,82%	66,67%
Instituto de Ciências da Natureza	27	51,85%	6	100,00%	60,61%
Instituto de Ciências Exatas	47	42,55%	8	62,50%	45,45%
Instituto de Ciências Humanas e Letras	62	37,10%	1	100,00%	38,10%
Instituto de Química	24	29,17%	6	100,00%	43,33%
Outros (Pró-Reitorias, Reitoria, etc)	0	-	150	73,33%	73,33%
Não marcaram nenhuma alternativa	0	-	0	-	-
TOTAL	333	45,95%	254	64,57%	54,00%

Fonte: Do autor.

Dos 317 servidores que responderam ao questionário, 291 residem em Alfenas-MG (91,80%) e 26 não residem (8,20%).

A Tabela 23 informa a faixa de rendimentos líquidos dos servidores ativos verificada com a aplicação dos questionários. Observa-se que 70,59% dos docentes possuem remuneração entre R\$ 7.000,00 e 11.999,99. A média da remuneração dos técnico-administrativos, por sua vez, é menor, pois conforme verificado, 87,80% dos TAEs possuem remunerações líquidas entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.999,00.

Tabela 21 - Faixa de rendimentos líquidos dos servidores

Faixa de rendimentos líquidos (R\$)	Docentes		Técnico-Administrativos		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
0,00 — 1.999,99	1	0,65%	2	1,22%	3	0,95%
2.000,00 — 2.999,99	5	3,27%	30	18,29%	35	11,04%
3.000,00 — 3.999,99	3	1,96%	42	25,61%	45	14,20%
4.000,00 — 4.999,99	4	2,61%	43	26,22%	47	14,83%
5.000,00 — 5.999,99	13	8,50%	29	17,68%	42	13,25%
6.000,00 — 6.999,99	12	7,84%	7	4,27%	19	5,99%
7.000,00 — 7.999,99	33	21,57%	4	2,44%	37	11,67%
8.000,00 — 8.999,99	36	23,53%	5	3,05%	41	12,93%
9.000,00 — 9.999,99	11	7,19%	1	0,61%	12	3,79%
10.000,00 — 11.999,99	28	18,30%	1	0,61%	29	9,15%
12.000,00 — 13.999,99	5	3,27%	0	0,00%	5	1,58%
14.000,00 — 15.999,99	1	0,65%	0	0,00%	1	0,32%
16.000,00 — 18.999,99	1	0,65%	0	0,00%	1	0,32%
TOTAL	153	100,00%	164	100,00%	317	100,00%

Fonte: Do autor.

A Tabela 24 a seguir demonstra a parcela dos rendimentos dos servidores lotados em Alfenas-MG que são gastos no próprio município. Ressalta-se que foram verificadas diferenças substanciais nas respostas informadas pelos servidores que residem no município e os que não residem, por isso foram separados para melhor visualização dessa informação.

Verifica-se que não houve diferença substancial nas respostas informadas pelos docentes e TAEs residentes de Alfenas-MG, sendo assim, 60,48% dos servidores responderam que gastam de 70% a 100% dos seus rendimentos no município, enquanto 61,54% dos que não residem em Alfenas-MG informaram que gastam somente até 10% dos seus respectivos rendimentos em Alfenas-MG e 30,77% gastam até 29,99%, ou seja, 92,31% desses servidores gastam de 0 a 29,99%.

Em seguida, a Tabela 25 a sintetiza o resultado das questões referentes aos gastos por atividade, destacando a frequência absoluta dos servidores que marcaram cada alternativa e a frequência relativa para verificar quais das faixas de gastos foram as alternativas mais representativas em cada questão.

Tabela 22 - Parcela do total dos rendimentos gastos em Alfenas-MG

Faixa da parcela	Residem em Alfenas						Não Residem		Todos					
	docentes		técnico-administrativos		ambos		ambos		docentes		técnico-administrativos		ambos	
0 — 10%	1	0,67%	1	0,70%	2	0,69%	16	61,54%	4	2,61%	14	8,54%	18	5,68%
10% — 29,99%	10	6,71%	10	7,04%	20	6,87%	8	30,77%	11	7,19%	17	10,37%	28	8,83%
30% — 49,99%	25	16,78%	13	9,15%	38	13,06%	1	3,85%	25	16,34%	14	8,54%	39	12,30%
50% — 69,99%	26	17,45%	26	18,31%	52	17,87%	0	0,00%	26	16,99%	26	15,85%	52	16,40%
70% — 89,99%	58	38,93%	52	36,62%	110	37,80%	1	3,85%	58	37,91%	53	32,32%	111	35,02%
90% — 100,00%	27	18,12%	39	27,46%	66	22,68%	0	0,00%	27	17,65%	39	23,78%	66	20,82%
Não responderam	2	1,34%	1	0,70%	3	1,03%	0	0,00%	2	1,31%	1	0,61%	3	0,95%
TOTAL	149	100,00%	142	100,00%	291	100,00%	26	100,00%	153	100,00%	164	100,00%	317	100,00%

Fonte: Do autor.

Tabela 23 - Síntese do resultado das questões referentes às despesas por atividade econômica

Nº da Questão - Tipo de despesa	Não tem despesas		0 —— 299,99		300,00 —— 599,99		600,00 —— 999,99		11.000,00 —— 1.500,00		acima de 1.500,00		Não Responderam	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%
7. Água, energia elétrica, gás, e telefone, IPTU, condomínio	26	8,2%	66	20,8%	99	31,2%	63	19,9%	34	10,7%	28	8,8%	1	0,3%
8. Imobiliária: Aluguel	207	65,3%	6	1,9%	23	7,3%	46	14,5%	29	9,1%	6	1,9%	0	0,0%
9. Alimentação: supermercados, empórios, padarias, quitandas, açougues, etc.:	9	2,8%	48	15,1%	71	22,4%	86	27,1%	59	18,6%	43	13,6%	1	0,3%
10. Alimentação fora de Domicílio: Restaurantes	42	13,2%	155	48,9%	93	29,3%	23	7,3%	4	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
11. Artigos Farmacêuticos: cosméticos e medicamentos:	42	13,2%	224	70,7%	36	11,4%	9	2,8%	5	1,6%	0	0,0%	1	0,3%
12. Artigos de Vestuário: calçados, roupas, acessórios:	35	11,0%	178	56,2%	72	22,7%	27	8,5%	4	1,3%	0	0,0%	1	0,3%
13. Veículo particular: manutenção de veículos, combustíveis	34	10,7%	114	36,0%	119	37,5%	37	11,7%	10	3,2%	1	0,3%	2	0,6%
14. Mensalidade escolar, material didático, cursos de línguas e informática	154	48,6%	45	14,2%	48	15,1%	33	10,4%	20	6,3%	15	4,7%	2	0,6%
15. Hospitais, planos de saúde, exames laboratoriais e profissionais da saúde: médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros.	40	12,6%	96	30,3%	104	32,8%	48	15,1%	24	7,6%	4	1,3%	1	0,3%
16. Serviços de terceiros: empregados domésticos, faxineiros, jardineiros, etc.	131	41,3%	72	22,7%	38	12,0%	34	10,7%	30	9,5%	10	3,2%	2	0,6%
17. Habitação em imóvel próprio: prestação da casa própria, material de construção civil, pedreiros.	210	66,2%	22	6,9%	10	3,2%	15	4,7%	22	6,9%	36	11,4%	2	0,6%
18. Serviços de arquitetura, engenharia, contabilidade, veterinário, publicidade, etc.	210	66,2%	85	26,8%	13	4,1%	2	0,6%	2	0,6%	2	0,6%	3	0,9%
19. Teatro, cinemas, clubes sociais e esportivos, etc.	106	33,4%	182	57,4%	24	7,6%	3	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,6%
20. Outras Despesas: Utensílios para casa, eletrodomésticos, informática e papelaria, etc.	55	17,4%	197	62,1%	51	16,1%	10	3,2%	2	0,6%	1	0,3%	1	0,3%

Fonte: Do autor.

Ao estratificar os servidores que não residem em Alfenas-MG é possível perceber com clareza que esses servidores possuem gastos bastante distintos daqueles que residem no município (Tabela 24). A parcela de servidores que não residem em Alfenas-MG realizam gastos na sua maior parte em Alimentação: supermercados, empórios, padarias, quitandas, açougues, etc (76,92%); Alimentação fora de Domicílio: Restaurantes (80,77%) que pode ser justificado pelo fato desses servidores almoçarem no município no intervalo entre o expediente da manhã e da tarde; Veículo particular: manutenção de veículos, combustíveis (65,38%) por demandarem combustíveis para o traslado entre Alfenas-MG e a cidade de origem; e Hospitais, planos de saúde, exames laboratoriais e profissionais da saúde: médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros (65,38%) pelo fato de que todos os servidores da UNIFAL-MG receberem subsídio a planos de saúde corporativos e, além disso, o município de Alfenas-MG é referência na área de saúde na região.

Tabela 24 - Relação das despesas dos servidores que não residem em Alfenas-MG

Nº da Questão - Tipo de despesa	(continua)					
	Não tem despesas		0 —— 299,99		Acima de 300,00	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
7. Água, energia elétrica, gás, e telefone, IPTU, condomínio	21	80,77%	2	7,69%	2	7,69%
8. Imobiliária: Aluguel	22	84,62%	1	3,85%	3	11,54%
9. Alimentação: supermercados, empórios, padarias, quitandas, açougues, etc.:	6	23,08%	15	57,69%	5	19,23%
10. Alimentação fora de Domicílio: Restaurantes	5	19,23%	19	73,08%	2	7,69%
11. Artigos Farmacêuticos: cosméticos e medicamentos:	12	46,15%	14	53,85%	0	0,00%
12. Artigos de Vestuário: calçados, roupas, acessórios:	13	50,00%	12	46,15%	1	3,85%
13. Veículo particular: manutenção de veículos, combustíveis	9	34,62%	10	38,46%	7	26,92%
14. Mensalidade escolar, material didático, cursos de línguas e informática	23	88,46%	3	11,54%	0	0,00%
15. Hospitais, planos de saúde, exames laboratoriais e profissionais da saúde: médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros.	9	34,62%	11	42,31%	6	23,08%
16. Serviços de terceiros: empregados domésticos, faxineiros, jardineiros, etc.	23	88,46%	2	7,69%	1	3,85%
17. Habitação em imóvel próprio: prestação da casa própria, material de construção civil, pedreiros.	23	88,46%	1	3,85%	2	7,69%
18. Serviços de arquitetura, engenharia, contabilidade, veterinário, publicidade, etc.	24	92,31%	2	7,69%	0	0,00%

Tabela 26 - Relação das despesas dos servidores que não residem em Alfenas-MG

(conclusão)

Nº da Questão - Tipo de despesa	Não tem despesas		0 —— 299,99		Acima de 300,00	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
19. Teatro, cinemas, clubes sociais e esportivos, etc.	22	84,62%	4	15,38%	0	0,00%
20. Outras Despesas: Utensílios para casa, eletrodomésticos, informática e papelaria, etc.	18	69,23%	7	26,92%	1	3,85%

Fonte: Do autor.

5.3.1 Estimativa da movimentação financeira realizada pelos servidores ativos da UNIFAL-MG

Com base nas informações respondidas nos questionários foi possível calcular a estimativa da movimentação financeira realizada pelos servidores ativos da UNIFAL-MG de duas formas: 1) Utilizando as faixas de rendimentos líquidos multiplicada pela parcela de gastos informada em cada questionário; 2) Somando todos os gastos informados de todos os questionários em cada questão específica de gastos em determinado setor.

A primeira forma foi calculada com base em duas informações combinadas em cada questionário respondido: a faixa de remuneração líquida e a parcela informada dessa remuneração gasta em Alfenas-MG. Dessa forma, foi construída uma tabela com a frequência de cada faixa de remuneração entre os docentes e técnico-administrativos e, a partir de cada faixa, foram fragmentadas as diferentes parcelas das remunerações despendidas no município. Optou-se por considerar em cada faixa o valor central entre o valor mínimo e o valor máximo da faixa.

A partir desse método foram obtidos os resultados separados entre docentes (APÊNDICE A) e técnico-administrativos (APÊNDICE B) que responderam aos questionários. No entanto, sabe-se que a parcela que não respondeu aos questionários também realiza gastos no município de Alfenas-MG. De acordo com os resultados obtidos, percebe-se que a os gastos dos docentes é superior a dos técnico-administrativos. Sendo assim, buscou-se estimar os gastos da parcela que não respondeu aos questionários nas mesmas proporções que os servidores da sua respectiva categoria informaram nos questionários. O Quadro 4 informa a

estimativa da movimentação financeira realizada pelos servidores ativos da UNIFAL-MG que, de acordo com essa forma de cálculo foi de R\$ 2.512.768,69 mensais.

Quadro 4 - Movimentação Financeira dos servidores da UNIFAL-MG no município de Alfenas-MG em 2012

Docentes					
Parcela que respondeu ao questionário	Parcela que não respondeu ao questionário	Total	Resultado calculado com base nos questionários (APÊNDICE A)	Parcela calculada por estimativa	Total
45,81%	54,19%	100,00%	822.325,00	972.815,85	1.795.140,85
Técnico-Administrativos					
Parcela que respondeu ao questionário	Parcela que não respondeu ao questionário	Total	Resultado calculado com base nos questionários (APÊNDICE B)	Parcela calculada por estimativa	Total
64,57%	35,43%	100,00%	463.350,00	254.277,44	717.627,44
Estimativa da movimentação financeira total mensal pelos servidores da UNIFAL-MG lotados em Alfenas-MG no município					2.512.768,69

Fonte: Do autor.

A segunda forma de estimar a movimentação financeira dos servidores ativos da UNIFAL-MG em Alfenas foi por meio da soma dos gastos informados pelos respondentes em cada atividade econômica. Para esse cálculo foram determinados os valores centrais sobre cada faixa de valor, ressaltando que para as despesas informadas acima de R\$ 1.500,00, optou-se por manter esse valor constante em R\$ 1.500,00.

A partir desses valores estimados foi somado o valor de cada questão separadamente dividindo as despesas informadas pelos docentes e os técnico-administrativos. De acordo com essa forma de cálculo, o resultado do movimento financeiro total mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG foi de R\$ 2.799.529,02.

O resultado obtido por atividade econômica encontra-se na Tabela 27:

Tabela 27 - Estimativa de gastos dos servidores da UNIFAL-MG por grupo de despesa de acordo com a aplicação dos questionários

Classe do servidor	Forma de Cálculo	Parcela	nº 7	nº 8	nº 9	nº 10	nº 11	nº 12	nº 13
Docente	Questionário	45,81%	107.500,00	62.500,00	134.300,00	50.750,00	35.850,00	46.600,00	62.750,00
	Estimado	54,19%	127.173,20	73.937,91	158.877,78	60.037,58	42.410,78	55.128,10	74.233,66
	Total	100,00%	234.673,20	136.437,91	293.177,78	110.787,58	78.260,78	101.728,10	136.983,66
TAE	Questionário	64,57%	81.850,00	30.800,00	111.900,00	37.750,00	27.400,00	39.100,00	51.500,00
	Estimado	35,43%	44.917,68	16.902,44	61.408,54	20.716,46	15.036,59	21.457,32	28.262,20
	Total	100,00%	126.767,68	47.702,44	173.308,54	58.466,46	42.436,59	60.557,32	79.762,20
Total Geral			361.440,89	184.140,35	466.486,31	169.254,05	120.697,37	162.285,42	216.745,86
Classe do servidor	Forma de Cálculo	Parcela	nº 14	nº 15	nº 16	nº 17	nº 18	nº 19	nº 20
Docente	Questionário	45,81%	65.950,00	73.700,00	80.250,00	58.800,00	15.400,00	25.050,00	34.250,00
	Estimado	54,19%	78.019,28	87.187,58	94.936,27	69.560,78	18.218,30	29.634,31	40.517,97
	Total	100,00%	143.969,28	160.887,58	175.186,27	128.360,78	33.618,30	54.684,31	74.767,97
TAE	Questionário	64,57%	36.300,00	61.900,00	27.350,00	42.500,00	10.300,00	15.450,00	30.250,00
	Estimado	35,43%	19.920,73	33.969,51	15.009,15	23.323,17	5.652,44	8.478,66	16.600,61
	Total	100,00%	56.220,73	95.869,51	42.359,15	65.823,17	15.952,44	23.928,66	46.850,61
Total Geral			200.190,01	256.757,09	217.545,42	194.183,96	49.570,74	78.612,97	121.618,58

Fonte: Do Autor.

Nota: nº 7. Água, energia elétrica, gás, e telefone, IPTU, condomínio; nº 8. Imobiliária: Aluguel; nº 9. Alimentação: supermercados, empórios, padarias, quitandas, açougues, etc.; nº 10. Alimentação fora de Domicílio: Restaurantes; nº 11. Artigos Farmacêuticos: cosméticos e medicamentos; nº 12. Artigos de Vestuário: calçados, roupas, acessórios; nº 13. Veículo particular: manutenção de veículos, combustíveis; nº 14. Mensalidade escolar, material didático, cursos de línguas e informática; nº 15. Hospitais, planos de saúde, exames laboratoriais e profissionais da saúde: médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros; nº 16. Serviços de terceiros: empregados domésticos, faxineiros, jardineiros, etc.; nº 17. Habitação em imóvel próprio: prestação da casa própria, material de construção civil, pedreiros; nº 18. Serviços de arquitetura, engenharia, contabilidade, veterinário, publicidade, etc.; nº 19. Teatro, cinemas, clubes sociais e esportivos, etc.; nº 20. Outras Despesas: Utensílios para casa, eletrodomésticos, informática e papelaria, etc.

5.4 RESULTADO DO IMPACTO DE CURTO PRAZO DA UNIFAL-MG PARA O MUNICÍPIO DE ALFENAS EM 2014

O resultado da movimentação financeira de curto prazo da UNIFAL-MG no município de Alfenas no ano de 2014 foi obtido pelo somatório dos quatro componentes a seguir:

5.4.1 Gastos realizados pelos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas

A estimativa da movimentação financeira mensal pelas faixas de rendimentos líquidos vezes a parcela de gastos foi de R\$ 2.512.768,69, enquanto a estimativa da movimentação financeira mensal pelo somatório dos gastos específicos por atividade econômica R\$ 2.799.529,02, portanto, optou-se por considerar a média desses dois valores (R\$ 2.656.148,86), que multiplicado por 12 meses resultou em **R\$ 31.873.786,26**.

5.4.2 Gastos dos estudantes vindo de outros municípios realizados em Alfenas-MG

O gasto médio mensal nominal por aluno em 2011 de acordo com Mina, Ramos e Rezende (2012) foi de R\$ 645,68. Esse valor foi corrigido de acordo com o IPCA para cada mês de 2014, ressaltando que os meses de janeiro, julho e dezembro foram considerados apenas 28,34% do valor (parcela despendida com moradia de acordo com o estudo) por ser um período de férias em que o estudante volta para sua cidade de origem e que mesmo assim continua tendo as despesas de moradia, sendo assim o total anual calculado foi de R\$ 7.586,03.

A quantidade de alunos de graduação matriculados na UNIFAL-MG em dezembro de 2014 era de 3.657. No entanto, para o estudo somente os alunos oriundos de outros municípios devem ser considerados, por isso, utilizou-se a mesma proporção do trabalho de Mina, Ramos e Rezende (2012), considerando que 70% desses alunos são de outras cidades, sendo assim, o número estimado de alunos vindo de outros municípios é de 2.560.

Portanto o valor estimado dos gastos realizados pelos alunos oriundos de outros municípios é de **R\$ 19.420.241,98**.

5.4.3 Despesas de custeio realizadas na UNIFAL-MG em Alfenas

As despesas totais com custeio realizadas na UNIFAL-MG em Alfenas em 2014 foram de R\$ 31.315.960,00, no entanto, grande parte desse valor vai para empresas de outros municípios. Sendo assim, optou por considerar apenas os valores mais relevantes levantados no setor de Contratos da UNIFAL-MG dos serviços prestados e materiais fornecidos por empresas de Alfenas (restaurante universitário, manutenção de veículos, manutenção de elevadores, correios, combustíveis e pessoal contratado) que somados chegam a um valor próximo de R\$ 2.000.000,00. Além disso, foram considerados na integralidade toda a despesa com terceirização de mão de obra na sede e na Unidade Educacional Santa Clara, que totalizaram em R\$ 9.601.602,01, pois considera-se que praticamente todos os funcionários terceirizados residam em Alfenas e realizem suas despesas no município. Sendo assim, o montante gasto estimado para esse tipo de despesa em Alfenas foi de **R\$ 11.601.602,01**.

5.4.4 Despesas de investimentos realizadas na UNIFAL-MG em Alfenas

As despesas com investimentos podem ser por meio de aquisição de livros, equipamentos, softwares, obras e reformas. Da mesma forma como ocorre nas despesas de custeio, a maioria das prestações de serviços e de materiais fornecidos é realizada por empresas de outros municípios, sendo assim optou-se por considerar apenas as despesas com obras realizadas na UNIFAL-MG em Alfenas em 2014 que foi R\$ 5.809.669,20. No entanto sabe-se que parte desse valor é atribuído ao lucro. De acordo com Tisaka (2009), o lucro atribuído ao BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) é de aproximadamente 10%, com uma margem de variação de 5% para mais ou para menos. Portanto, de acordo com um levantamento realizado na Coordenadoria de Projetos e Obras, o valor do BDI praticado nas

obras da UNIFAL_MG, é de 23,38%, sendo assim, o lucro da empresa seria 2,38% do valor total da obra, portanto estima-se valor total gasto em obras: **R\$ 5.673.839,13**.

Ressalta-se que da mesma forma que parte dos equipamentos não contabilizados podem ser fornecidos por empresas de Alfenas, parte do material comprado pela empresa contratada para a construção de um prédio ou laboratório pode não ser comprada em Alfenas. Sendo assim, ao considerar esses valores estimativos devido a inviabilidade do cálculo exato, espera-se que esses valores subestimados e superestimados respectivamente sejam contrabalaceados entre si.

A Tabela 28 apresenta a estimativa da movimentação financeira de curto prazo realizada no município de Alfenas em 2014 em decorrência da UNIFAL-MG:

Tabela 25 - Movimentação financeira de curto prazo realizada no município de Alfenas em 2014 em decorrência da UNIFAL-MG

Descrição	Valor (R\$)	%
Gasto realizados pelos servidores ativos	31.873.786,26	46,48%
Gastos realizados pelos alunos	19.420.241,98	28,32%
Despesas de Custeio	11.601.602,01	16,92%
Despesas Investimentos	5.673.839,13	8,27%
TOTAL	68.124.332,53	100,00%

Fonte: Do autor.

A título de comparação, de acordo com o estudo realizado por Rolim e Serra (2009), em que foi utilizado o método da matriz de insumo-produto, verificou-se que a demanda final das universidades em custeio e investimento representava apenas 16,41% na renda gerada para a região, enquanto a renda dos professores e funcionários representou 83,59%. Ressalta-se que nesse tipo de cálculo são considerados os gastos realizados pelas universidades com Pessoal, Custeio e Investimentos. Portanto, os gastos realizados pelos alunos não foram considerados no estudo.

5.5 DISCUSSÃO

De acordo com os dados apresentados, pode-se afirmar que o somatório da renda

mensal dos servidores ativos da UNIFAL-MG já era bastante significativo tanto para o nível de renda quanto para o nível de emprego no município de Alfenas-MG, isso por conta da considerável representatividade da movimentação financeira que a UNIFAL-MG já realizava em outros setores da economia do município de antes mesmo de 2008. No entanto, conforme pode ser observado no Gráfico 7, a partir de 2008, com o expressivo aumento da contratação de servidores, principalmente em 2009 e 2010, verifica-se um descolamento nesse setor com relação aos setores de indústria, agropecuária e administração pública (parâmetros de controle nesse estudo).

A título de comparação, a movimentação financeira estimada causada em decorrência da UNIFAL-MG em Alfenas-MG foi de R\$ 68.124.332,53 em 2014, que se comparada às Receitas Correntes do município em 2013 com valor corrigido para dezembro de 2014 que foi de R\$ 177.383.861,37, resulta que a movimentação financeira da UNIFAL-MG corresponde a 40,87% das receitas do município. Ao se considerar somente as receitas arrecadadas (Tributária, de Contribuição, Patrimonial e de Serviços) não considerando as Transferências Correntes e Outras Receitas, têm se R\$ 31.420.511,97. Sendo assim, a movimentação financeira da UNIFAL-MG corresponde a 216,81% dessas receitas, ou seja, é mais que o dobro dessas receitas diretamente arrecadadas pelo município.

Por fim, considerando o PIB registrado de R\$ 1.640.632.000,00 em 2012 e deflacionando esse valor para dezembro de 2014 (R\$ 1.848.973.085,01), conclui-se que o resultado da movimentação financeira da UNIFAL-MG em 2014 corresponde a 3,68% desse valor.

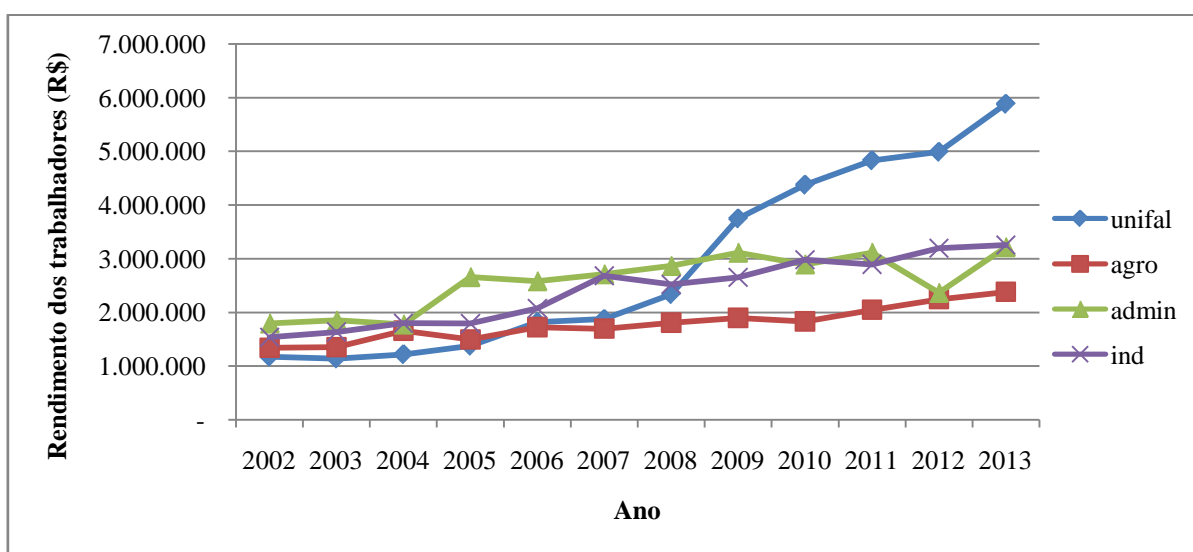


Gráfico 7 - Série histórica dos rendimentos da UNIFAL-MG, Indústria, Agropecuária e Administração Pública
Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

Cabe agora verificar quais atividades econômicas acompanharam esse crescimento, para isso o primeiro passo foi identificar quais foram as atividades apontadas pelo Critério de Informação de Akaike (teste *AICc*) que estiveram mais relacionadas com o crescimento da UNIFAL-MG. Com relação ao aumento no nível de renda os setores identificados pelo critério foram: Construção Civil, Serviços de Alimentação e Hospitalidade, Serviços Financeiros e Seguros, Educação, Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos, Transporte e Correios e Atividades Imobiliárias. Já com relação ao aumento no nível de emprego apenas a Construção Civil, os Serviços de Alimentação e Hospitalidade e os Serviços de Transporte e Correios tiveram estatisticamente a UNIFAL-MG como o principal responsável em uma relação de causa e efeito do crescimento dessas atividades.

5.5.1 Construção Civil

Apesar do crescimento do setor de Construção Civil ter sido significativo em todo o país nos últimos anos, conclui-se que além desse crescimento em termos macroeconômicos ainda houve um aumento diferenciado no município de Alfenas-MG ocasionado pela relação de causa e efeito ocorrida pela contratação de docentes e técnico-administrativos que vieram de outras regiões em caráter definitivo para o município, demandando novos imóveis e aquecendo ainda mais o mercado de Construção Civil.

Acredita-se que tantos os servidores, quanto os estudantes e a própria UNIFAL-MG tenham parcelas de contribuição para o aquecimento desse setor. A partir dos questionários aplicados, foi estimado um valor de R\$ 184.140,35 gastos mensalmente com aluguel pelos servidores, além disso, R\$ 194.183,96 gastos mensalmente com habitação em imóvel próprio (prestação da casa própria, material de construção civil e pedreiros). Ao se multiplicar esses dois valores por 12 meses, conclui-se que somente os servidores movimentam aproximadamente R\$ 4.539.892,00 no setor.

No estudo realizado por Mina, Ramos e Rezende (2012), constatou-se que do valor médio mensal gasto pelos alunos com moradia era de 28,34% do total, sendo assim do montante total calculado R\$ 6.704.318,69 são gastos com moradia. Vale salientar que por mais que o setor imobiliário não faça parte do setor de construção civil, o aumento pela demanda por imóveis estimula o setor de construção civil.

Por fim, os próprios gastos da UNIFAL-MG com obras também tem um impacto direto nesse setor. Ressalta-se que somente em 2014 a UNIFAL-MG gastou R\$ 5.228.702,28 em obras em Alfenas.

Acredita-se que a soma de todos esses gastos seja a causa do setor de construção civil ser um dos únicos setores que apresentaram no teste *AICc* relações diretas com o crescimento tanto no nível de renda quanto no número de empregados.

5.5.2 Serviços de Alimentação e Hospitalidade

Essa foi a outra atividade, além da Construção Civil, que de acordo com o teste *AICc* a UNIFAL-MG foi a principal responsável pelo seu crescimento tanto no nível de renda quanto no nível de emprego.

É natural que os setores vinculados à Alimentação e Hospitalidade aumentem diretamente com aumento do fluxo de pessoas advindas de outras localidades em decorrência da expansão, proporcionando o aumento de restaurantes, bares, hotéis. Além do aumento do número de cursos e vagas na universidade, o aumento no aporte de recursos para estruturar as clínicas de atendimento odontológico e laboratorial também contribuiu para o aumento no fluxo de pessoas de outras regiões. A expansão também possibilitou a UNIFAL-MG se tornar mais conhecida, tornando-se referência em diversos segmentos, atraindo maior número de visitantes e pesquisadores.

Acredita-se também que os servidores, estudantes tenham significativa parcela no crescimento nessa atividade. De acordo com os questionários aplicados, os servidores gastam por volta de R\$ 169.254,05 mensalmente com alimentação fora de domicílio, que multiplicados por 12 meses totalizam em R\$ 2.301.048,60. De acordo com Mina, Ramos e Rezende (2012) os estudantes gastam 51,18% do total de suas despesas em alimentação. Ressalta-se que o naquele estudo não foi feita distinção entre despesas fora de domicílio e despesas com alimentação adquirida no comércio varejista e, sabe-se ainda que no período de férias a maioria dos estudantes que residem em outras cidades volta para sua cidade de origem não realizando esse tipo de despesa no município. Em uma hipótese de que pelo menos metade dos estudantes faça refeições em restaurantes durante nove meses no ano, o gasto estimado será de R\$ 9.081.788,36.

A UNIFAL-MG por meio do programa de assistência estudantil faz o repasse do auxílio-alimentação para que os alunos de maior vulnerabilidade possam fazer suas refeições no restaurante universitário fazendo pagamento para a empresa que fornece as refeições (restaurante) com base no número de alunos que lá almoçam. No entanto, para evitar duplicidade no cálculo, optou por considerar apenas o valor gasto pelos estudantes já contabilizados anteriormente.

Vale ressaltar a existência das despesas também com hospitalidade em decorrência da UNIFAL-MG em casos de visitas familiares ou de âmbito acadêmico, porém, em virtude da inviabilidade de mensuração ela não pôde ser considerada.

Portanto, a movimentação financeira nos Serviços de Alimentação e Hospitalidade estimada foi de R\$ 11.382.836,96 anuais.

5.5.3 Serviços Financeiros e Seguros

A atividade de Serviços Financeiros e Seguros apresentou divergência na relação de crescimento de nível de renda e nível de emprego, sendo apontado pelo teste *AICc* a UNIFAL-MG como a mais relacionada no nível de renda e a Indústria no nível de emprego.

A única questão relacionada a financiamento foi a questão sobre habitação em imóvel próprio onde contemplava a prestação da casa própria, no entanto como havia outros gastos envolvidos na mesma questão como materiais de construção e pedreiros, torna-se inconclusa qualquer afirmação a respeito de financiamento e seguros com base nos questionários.

Ressalta-se que, pelo pequeno número de amostras da série, esse tipo de análise está sujeito a falhas nos setores onde a representatividade é menor, ou seja, a variação de um pequeno número de trabalhadores ao longo da série modifica substancialmente o resultado do teste.

5.5.4 Educação

Primeiramente, é prudente afirmar que como o rendimento dos servidores da

UNIFAL-MG faz parte do próprio o setor de Educação, esse setor obviamente será mais afetado que os demais.

Com base na aplicação dos questionários, os gastos com mensalidade escolar, material didático, cursos de línguas e informática informados pelos servidores da UNIFAL-MG foi de R\$ 200.190,01 mensais, que multiplicados por 12 meses chega a um total de R\$ 2.402.280,12 anuais.

Por fim, apesar da relação já explicitada, ainda existe a hipótese de que haja a atração dentro do próprio setor, como por exemplo, a transformação da EFOA/CEUFE em UNIFAL-MG pode ter estimulado o aumento de cursinhos pré-vestibulares no município, assim como o fortalecimento do ensino médio que, por vezes, também atraem estudantes de outras localidades.

5.5.5 Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos

Já no setor de Profissionais, Técnicos e Científicos, onde se enquadram os serviços de contabilidade, advocacia, consultoria administrativa, dentre outros, apresentou para o nível de renda tanto a UNIFAL-MG quanto o setor industrial como as atividades mais relacionadas com o seu crescimento. Já o aumento no nível de emprego apenas a Indústria estava relacionada de acordo com o teste *AICc*.

No questionário aplicado aos servidores a questão relacionada aos serviços Profissionais, Técnicos e Científicos foi a que menos houve gastos, pois 66,2% dos servidores afirmaram não possuir nenhum tipo de gasto o que resultou num total de apenas R\$ 49.570,74 mensais.

5.5.6 Transporte e Correio

A atividade de Transporte e Correio teve a UNIFAL-MG como a principal relacionada no aumento no nível de renda. Já no nível de emprego tanto a UNIFAL-MG como a Agropecuária tiveram relações diretas na sua variação.

Com base no questionário aplicado aos servidores não é possível fazer qualquer afirmação sobre a influência dos gastos desses servidores por não haver nenhuma questão sobre essa atividade.

Com relação ao setor agropecuário, a hipótese é que a parte de transporte e armazenamento está fortemente relacionada à produção agrícola da região.

5.5.7 Atividades Imobiliárias

A Atividade Imobiliária apresentou relacionada tanto pelo crescimento da UNIFAL-MG quanto pelo setor agropecuário.

Mina, Ramos e Rezende (2012), obtiveram com resultado da pesquisa aplicada aos estudantes da UNIFAL-MG que aproximadamente 28,34% do total das despesas realizadas eram com moradia, dessa forma, o crescente aumento no número de estudantes da UNIFAL-MG faz com que essa atividade também cresça. O montante total calculado com gastos com moradia foi de R\$ 6.704.318,69.

Além disso, no questionário aplicado aos servidores foi constatado que 34,7% tinham gastos com aluguel entre todos os valores disponíveis. O montante movimentado foi de R\$ 184.140,35 que multiplicado por 12 sugere um gasto de aproximadamente R\$ 2.209.684,20.

A soma das estimativas dos gastos dos alunos com os servidores foi de R\$ 8.914.002,89, o que justifica a UNIFAL-MG ter significativa relação com o crescimento desse setor.

5.5.8 Atividades Administrativas

São classificados como Atividades administrativas os serviços de escritórios, condomínios prediais, serviços de apoio às empresas, atividades de cobrança dentre outros. Embora essa atividade tenha sido relacionada ao crescimento da UNIFAL-MG pelo teste de

regressão linear simples, pelo teste *AICc* ela ficou mais relacionada à indústria tanto no nível de renda quanto no nível de emprego.

Com relação à aplicação dos questionários aos servidores, nada pode ser afirmado para essa atividade, pois não houve questão relacionada a esse tipo de despesa. O que se pode afirmar é que a UNIFAL-MG contrata os serviços da FACEPE – Fundação de Apoio da Universidade Federal de Alfenas classificada como Atividades Associativas dentro da Atividade Econômica - Outros serviços, portanto, atualmente a UNIFAL-MG não tem relação direta com Atividades Administrativas.

5.5.9 Comércio Atacadista e Varejista

O Comércio Atacadista e Varejista é a atividade econômica que mais emprega no município de Alfenas-MG, registrando 4.807 empregados ao final de em 2013. De acordo com os resultados do *AICc* a Indústria foi a atividade mais relacionada tanto no nível de renda quanto no nível de emprego desse setor.

Para justificar esse resultado, observa-se de acordo com o Gráfico 8 que o crescimento no nível de renda do Comércio Atacadista e Varejista se assemelha muito mais ao crescimento do setor industrial, que fica ligeiramente abaixo e ainda abaixo das atividades comerciais ao final da série, enquanto a UNIFAL-MG tem ficado abaixo até 2008 e a partir de 2009 dispara à frente desse setor e somente é ultrapassado em 2012.

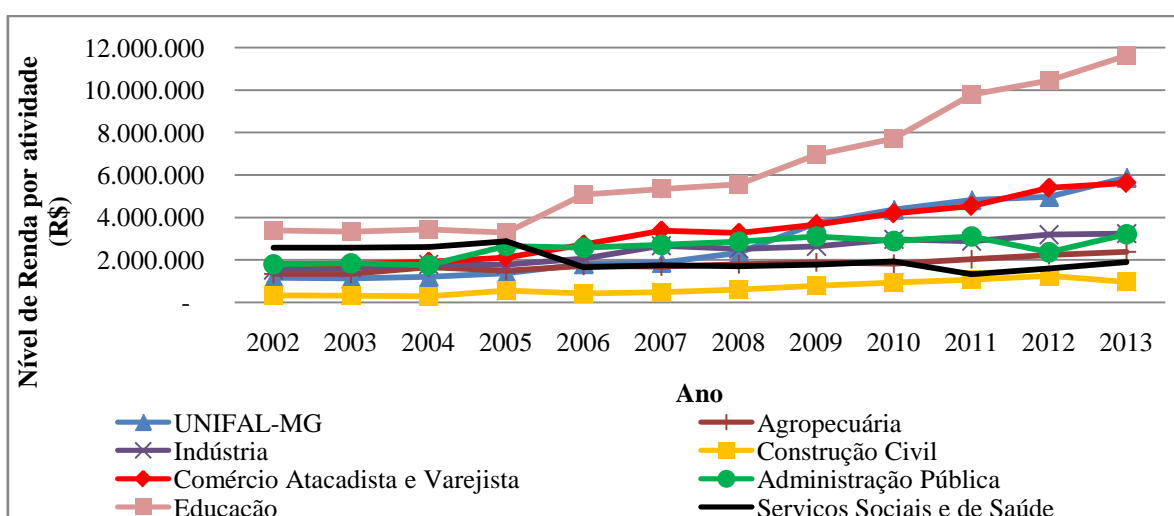


Gráfico 8 - Evolução das principais atividades econômica de Alfenas
Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

Sugere-se aqui a hipótese da propensão marginal a consumir, o que significa que somente parte dos aumentos nos rendimentos dos servidores da UNIFAL-MG será consumida, sendo parte da remuneração poupada à medida que as necessidades de consumo forem sendo supridas.

Além disso, o setor comercial está vinculado ao consumo de praticamente todos os habitantes do município e seria pouco provável o crescimento peculiar da UNIFAL-MG com seus 585 servidores ter sido mais relevante que a média de todo o município.

De acordo com o questionário aplicado aos servidores, as questões relacionadas ao Comércio Atacado e Varejista e as respectivas despesas mensais e anuais estimadas foram as seguintes:

Tabela 26 - Despesas dos servidores com Comércio Atacadista e Varejista

Classe de Atividade	Gasto Mensal (R\$)	Gasto Anual (R\$)
Alimentação: Supermercados, empórios, padarias, quitandas, açougues, etc.	466.486,31	5.597.835,72
Artigos farmacêuticos: cosméticos e medicamentos.	120.697,37	1.448.368,44
Artigos de vestuário: calçados, roupas e acessórios.	162.285,42	1.947.425,04
Veículo particular: manutenção de veículos e combustíveis.	216.745,86	2.600.950,32
Outras despesas: utensílios para casa, eletrodomésticos, informática e papelaria.	121.618,58	1.459.422,96
TOTAL	1.087.833,54	13.054.002,48

Fonte: Do autor.

5.5.10 Atividades que apresentaram crescimento, mas não tiveram relação com o crescimento da UNIFAL-MG

As atividades de Serviços Sociais e Saúde e Administração Pública de acordo com o teste t apresentaram crescimentos no período analisado, no entanto, por meio da aplicação das regressões lineares simples foi constatado que nenhuma dessas duas atividades tiveram relação direta com o crescimento da UNIFAL-MG.

Aqui cabe comentar que assim como a UNIFAL-MG, a Administração Pública (órgãos públicos municipais) e os Serviços Sociais e Saúde são atividades que dependem em

grande parte de recursos públicos de esferas e Ministérios distintos. Por exemplo, uma ampliação ou corte na área da saúde afetaria somente as atividades relacionadas à saúde, portanto pode-se afirmar que todas essas atividades, pelo menos do ponto de vista orçamentário, não estão relacionadas.

Vale ainda ressaltar que de acordo com o questionário aplicado aos servidores, foi estimado um gasto de R\$ 256.757,09 mensais com saúde que, multiplicado pelos 12 meses, resulta em R\$ 3.081.085,08 que diante dos R\$ 48.244.183,10 referentes ao repasse do SUS para a prefeitura municipal, representa 6,39% desse valor.

5.5.11 Atividades econômicas que não apresentaram crescimento no período de estudo

Por fim os Serviços de Informação e Comunicação, Serviços de Saneamento Básico, Serviços de Arte, Entretenimento e Recreação, Serviços Domésticos e Outros Serviços não apresentaram sequer aumentos registrados no período em análise.

No questionário aplicado aos servidores as atividades de Serviços de Arte Entretenimento e Recreação foram estimadas com base nos os gastos com teatro, clubes sociais e esportivos que atingiram a marca de R\$ 78.612,97 mensais. Já os serviços de terceiros, onde foram englobados os gastos com empregados domésticos, faxineiros, jardineiros, etc. foi estimada uma despesa mensal de R\$ 207.545,42 o que movimentaria pelo menos R\$ 2.490.545,04 anuais.

Uma ressalva importante a observar foi que ao serem analisadas as atividades domésticas verificou-se que os números de empregados domésticos registrados na base de dados da RAIS durante todos os anos foram extremamente baixos (ANEXO E) não tendo sido identificado o motivo de tal fato.

5.5.12 Análise geral dos resultados e perspectivas futuras

Em vista dos resultados apresentados, sobre a perspectiva dos impactos econômicos e financeiros da expansão da UNIFAL-MG para o município de Alfenas-MG, foi possível

encontrar indícios significativos de aumentos no nível de renda e emprego refletidos em alguns setores econômicos do município, principalmente os setores de Alimentação e Hospitalidade e Construção Civil, fato que está diretamente relacionado à expansão da UNIFAL-MG bem como a sua representatividade em um município de pequeno/médio porte.

De forma geral, há a expectativa de que enquanto houver investimentos exógenos vindos do governo federal, o município e, em especial, os setores destacados apresentem também taxas de crescimento significativas, sendo assim o reflexo desses investimentos que acabam por gerar empregos e renda indiretos e induzidos em decorrência do multiplicador keynesiano.

A respeito disso, se houvesse alguma garantia de que os investimentos seriam constantes no tempo, não haveria com o que se preocupar, pois a economia do município continuaria atuando em taxas crescentes. No entanto, em decorrência da atual conjuntura econômica do país, pressupõe-se a possibilidade de dois cenários distintos,. Primeiramente a situação que já tem sido realidade desde o início de 2015, que é o contingenciamento dos gastos da UNIFAL-MG que tem sido de aproximadamente um terço das despesas de custeio e capital.

Nessa primeira hipótese, um corte nas despesas de custeio poderia implicar uma redução na contratação de funcionários terceirizados, bem como um corte nos gastos com assistência estudantil o que inviabilizaria a permanência de uma parcela mais vulnerável de estudantes vindos de outros municípios que acabaria por ter que abandonar os estudos. Já um corte nos gastos de investimentos reduziria parcialmente as despesas com obras na UNIFAL-MG.

O reflexo disso para o município de Alfenas seria uma redução do consumo de bens e serviços no município naqueles setores onde os alunos mais realizam seus gastos, como alimentação e moradia. Com a redução de funcionários terceirizados a situação se agravaria no ponto em que a renda dessas pessoas deixaria de circular de forma direta no município e, também, comprometeria a renda gerada de forma indireta em decorrência do multiplicador econômico keynesiano.

O segundo cenário, bem mais grave, seria o caso de além do contingenciamento, a educação superior pública deixasse de ser prioridade para o governo federal, assim como aconteceu em meados de 1990. Nessa situação a falta de reajustes salariais, ou reajustes a níveis menores que as taxas de inflação, provocaria uma perda do poder de consumo dos servidores, o que reduziria o consumo no município, principalmente daqueles servidores cujas

rendas são menores e tendem a consumir toda ou grande parte da sua remuneração no município. Ressalta-se que os setores que forneçam bens e serviços de primeira necessidade como alimentação e saúde sofreriam menos que outros setores, como o imobiliário e a construção civil.

Ainda nesse cenário, cortes mais severos nos gastos da UNIFAL-MG poderia ainda provocar o sucateamento de laboratórios que deixariam de se modernizar o que prejudicaria tanto o ensino quanto a pesquisa universitária.

As três fases dos programas de expansão da educação superior do governo federal estavam previstas somente para até o final de 2014. Isso não quer dizer que não haverá mais investimento nesse setor, no entanto, como não há nenhuma previsão de expansão na educação superior a partir de 2015 e o cenário econômico atual aponta para um período de alta na inflação e crescimento econômico reduzido ou até nulo.

Dessa forma, a hipótese é que a partir de 2015 a injeção de recursos nas proporções experimentadas nos últimos anos seja pouco provável. Portanto, a gestão do município de Alfenas-MG, assim como de outros municípios que se enquadrarem nesse mesmo perfil precisam, a partir de agora, a elaborar estratégias dinamizadoras para garantir a continuidade do desenvolvimento municipal independentemente do ingresso de recursos externos, organizando as entidades locais para promoverem atividades coletivas, para que assim possa, entre outras alternativas, iniciar, por exemplo, a criação de um Sistema Regional de Inovação que venha a garantir um crescimento endógeno no município.

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral dessa pesquisa foi verificar a importância de uma universidade federal como fonte propulsora do desenvolvimento econômico no município em que está inserida, identificado por meio de aumentos do nível da renda e do emprego. Perante esses aspectos, a UNIFAL-MG inserida no município de Alfenas foi o objeto de estudo, sendo analisada no período de 2002 a 2014, período em que por meio de programas de expansão de educação superior da rede federal as universidades federais passaram por um forte crescimento.

Os programas de expansão da educação superior no Brasil foram muito importantes para esse crescimento, em especial o REUNI. Como efeito desses programas, atualmente, a UNIFAL-MG conta com 30 cursos de graduação presenciais, 3 cursos de graduação a distância e 2 cursos de especialização distribuídos em 21 polos, 16 programas de mestrado e 3 de doutorado. Bovo, Silva e Guzzi (1996) coloca como principal função da universidade a formação de recursos humanos, no entanto estabelece que ela ainda possua outros dois compromissos com a sociedade, o atendimento dos problemas da comunidade na qual ela está inserida e a pesquisa básica, isso quer dizer que a qualidade desses serviços prestados para a comunidade está diretamente ligada à própria qualidade da atividade-fim da universidade.

Após a expansão houve um considerável crescimento no número e na diversificação de projetos de extensão que tenham envolvido a população, além de um substancial aumento no número de atendimento tanto das clínicas odontológicas, quanto do Laboratório Central de Análises Clínicas, estreitando a proximidade com a sociedade. Os serviços prestados à sociedade também ocorrem em outras áreas, como enfermagem nos PSFs, ciências humanas por meio de práticas pedagógicas à comunidade, estágios dos alunos de licenciatura, educação ambiental por meio de projetos de extensão das ciências da natureza, dentre outros.

Além disso, o município deparou-se com uma alteração em sua rotina, sendo cada vez mais impactado pelo surgimento de novos consumidores oriundos de outras regiões e com preferências bastante distintas. Esse processo criou uma maior dinamização na economia do município, influenciando o fluxo de capital, o mercado imobiliário e comercial, o sistema de transportes e, principalmente a geração de novos empregos diretos e indiretos e a elevação no nível de renda, além do aumento da interação entre a comunidade a universidade por meio no aumento das atividades da extensão.

Apesar do aumento fluxo migratório de estudantes oriundos de outras cidades em decorrência da expansão terem gerado diversas externalidades positivas, dinamizando a economia do município, o estudo realizado por Almeida e Alves (2012) aponta esse fluxo como fator determinante no aumento da especulação imobiliária, principalmente nas áreas mais centrais próximas à sede da UNIFAL-MG. O estudo apontou que essa especulação imobiliária acabou gerando uma reestruturação no município de tal forma que as camadas sociais com maior poder aquisitivo passaram a ocupar em maior intensidade a região central, enquanto as classes menos favorecidas acabaram se mudando para áreas mais afastadas do centro, tornando o espaço geográfico do município, no ponto de vista econômico, totalmente desigual. Além disso, de acordo com o estudo, em consequência do fluxo migratório dos estudantes contribuiu para o aumento da violência no município, referente aos furtos ocorridos graças à vulnerabilidade das residências dos estudantes enquanto estes se encontram fora de domicílio.

Nesse sentido, verifica-se que a UNIFAL-MG tem provocado mudanças substanciais para a sociedade alfenense e região. A dinâmica da sazonalidade econômica em decorrência do período das férias universitárias deve ser levada em consideração por maior parte das atividades econômicas do município de Alfenas. Dessa forma, assim como ocorrido no ano de 2012, uma eventual ocorrência de greve pelos seus servidores provocaria a interrupção do calendário acadêmico por tempo indeterminado, o que fatalmente provocaria prejuízos ao comércio e outras atividades do município, pois os comerciantes e prestadores de serviços não estariam preparados para o abrupto esvaziamento do município ocorrido pela volta dos estudantes para suas respectivas cidades de origem até que o calendário acadêmico fosse restabelecido.

Diante desse contexto, para identificar quais atividades econômicas foram mais afetadas pela expansão da UNIFAL-MG, buscou-se verificar a variação do nível de renda e de emprego por atividade econômica antes e depois adesão da universidade ao programa REUNI, sendo assim foram utilizados os dados secundários obtidos pela RAIS de 2002 a 2013. Esses dados foram separados em duas partes de seis anos cada uma (2002 a 2007 e 2008 a 2013), a fim de identificar se os seis primeiros anos foram estatisticamente diferentes dos seis últimos.

Esses resultados foram analisados e comparados com os resultados dos questionários aplicados aos servidores ativos da UNIFAL-MG lotados em Alfenas, os gastos dos estudantes estimado por Mina, Ramos e Rezende (2012) e os gastos de custeio e investimento realizados pela própria UNIFAL-MG, identificando se onde houve maior ocorrência de gastos no

município de Alfenas foram realmente os setores que mais cresceram.

Analisando esse cenário, foi possível identificar os setores que mais cresceram no período analisado em decorrência da UNIFAL-MG foram os setores de Alimentação e Hospitalidade, Construção Civil que tiveram forte relação tanto no nível de renda quanto no nível de emprego. Os setores de Serviços Financeiros e Seguros, Transporte e Correios, Profissionais, Técnico e Científicos, as Atividades Imobiliárias e a Educação tiveram relações de causa e efeito somente no nível de renda.

Portanto foi possível conhecer melhor a nova dinâmica econômica do município de Alfenas-MG e constatar que a cidade possui uma grande vantagem em relação à grande maioria dos municípios com própria existência da UNIFAL-MG, pois além de contribuir para o desenvolvimento econômico de diversas atividades do município, é um fator condicionante para a promoção do desenvolvimento endógeno, sendo a universidade o ator que irá contribuir com a parte de desenvolvimento de pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALLEN, G; TAYLOR, P. **The economic impact of higher education in the South West Region**. Exeter: Herda-SW, 2002.

ALMEIDA, C. R. G.; ALVES, F. D. Migração e Especulação Imobiliária: A Dinâmica da População de Alfenas e a Organização do Espaço Urbano. 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS - ENG 17, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

ALMEIDA, S. C. **O avanço da privatização na educação brasileira: O ProUni como uma nova estratégia para transferência de recursos públicos para o setor privado**. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2006.

AMARAL, N. C. A reforma da Educação Superior do governo Lula: Autonomia relativa e financiamento. **Rev. Inter-Ação: Revista Faculdade de Educação**, Goiás, v. 30, n. 1, p. 11-35, jan./jun. 2005.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, 525).

BECKER, R. A., CHAMBERS, J. M., WILKS, A. R.. **The New S Language**. Wadsworth & Brooks/Cole, 1988.

BOVO, J. A.; SILVA, R. T.; GUZZI, V. S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços à comunidade. **Rev. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 19, p. 71-85, 1996.

BOVO, J. M. **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios**. Editora UNESP, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n. 8.389**, de 07 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8389.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Decreto n. 8.434**, de 24 de abril de 2015. Dispõe sobre o empenho de despesas pelos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo federal até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.412, de 26 de fevereiro de 2015, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8434.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Decreto n. 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. **Lei n. 1.254**, de 04 de dezembro de 1950, Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm >. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. **Lei n. 11.154**, de 29 de julho de 2005, que dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11154.htm >. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. **Lei n. 12.871**, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 09 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm >. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20954&Itemid=1329>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica - Mais Formação e Oportunidade para os brasileiros**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/apresentacao_expansao_educacao_superior14.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 que Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. **Programação orçamentária está alinhada com meta de ajuste fiscal**. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/noticias/portugues/noticias/2015/programacao-orcamentaria-esta-alinhada-com-meta-de-ajuste-fiscal>>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**. Brasília, DF, 2015c. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BRENE, P. R. A.; et al. Estimativa da matriz de insumo-produto do município de São Bento do Sul no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, p. 1-16, 2011.

BROOKS, R. **The Impact of out-of-state Students and Federal Research Grants in Higher Education on the Tennessee Economy**. Middle Tennessee State University. May, 2002.

CATANI, A. M; OLIVEIRA, J. F. A educação superior. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. p 77-88.

CEPÊDA, V.A; MARQUES, A.C.H. Um Perfil sobre a Expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Rev. Perspectiva**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul/dez. 2012.

CISLAGHI, J. F. **Análise do REUNI**: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira. 2010. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COLOSSI, N.; COSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista da FAE**, v. 4, n. 1, p. 49-58, Curitiba, 2001.

CUNHA, L. A. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **A universidade crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007a.

_____. **A universidade reformanda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007b.

DATAVIVA (2015). **DataViva**. Disponível em: <<http://pt.dataviva.info/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FROYEN, R. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Agregados - SIDRA**. Brasília: IBGE, 2015a. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. **Cidades**. Brasília: IBGE, 2015b. Disponível em:
<<http://cod.ibge.gov.br/235MX>>. Acesso em: 03 de mar. de 2015.

_____. **Síntese dos indicadores sociais 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2015.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Brasília: IBGE, 2015c. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 03: de mar. de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2010. 145p.

IPANEMA COFFEES. **Unidades de negócio – fazenda Conquista**. Alfenas: 2015. Disponível em: < <http://www.ipanemacoffees.com/pt/idades-de-negocio/ipanema-agricola/fazenda-conquista>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Atlas, 1982.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Universidades federais e o Reuni: alterações nas funções da universidade pública brasileira. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 20-27, 2009.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, mar. 2000.

MCNICOLL, I. H. **The impact of the scottish higher education sector on the economy of Scotland**. [S. l.]: Committee of Scottish Higher Education Principals, 1995.

MELO, L. V. S. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal**. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

MEU MUNICÍPIO. **Indicadores gerenciais**. Disponível em:
<<http://www.meumunicipio.org.br>> Acesso em: 03 mar. 2015.

MINA, R. V.; RAMOS, P. S.; REZENDE, M. L. Estudo dos impactos econômicos da expansão da Universidade Federal de Alfenas no Município de Alfenas, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15., 2012, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2012.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da educação superior no governo Lula: Debate sobre ampliação e democratização do acesso**. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PIRES, C. E. **Modelo de medição de impacto sócio-econômico de uma faculdade de tecnologia para o município no qual se insere**. 2009. 111f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, São Paulo, 2009.

RAMAL, A. C. A LDB e o processo de renovação pedagógica jesuíta. **Revista de Educação CEAP**, ano 5, n. 17, p. 05–21. 1997.

RANIERI, N. B. **Educação Superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

REIS, C. F. B. **O investimento público no Brasil entre 1950 e 2006 e o desenvolvimento econômico**. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e Tecnologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROLIM, C.; KURESKI, R. Impacto econômico de curto prazo das universidades federais na economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.117, p. 29-51, jul./dez. 2009.

ROLIM, C.; KURESKI, R. Impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses – 2004. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 112, p. 111-130, jan./jun. 2007.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)**. Santa Maria:UNIFRA, 2002.

SESSO FILHO, U. A.; GUILHOTO, J. J. M. Estrutura produtiva do Pará: Uma análise de insumo-produto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 7., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.

SIEGFRIED, J. J.; SANDERSON, A. R.; MCHENRY, P. The economic impact of colleges and universities. **Rev. Economics of Education Review**, v. 26, n. 5, p. 546-558, 2007.

SILVA, R. L.; FREITAS, F. C. H. P.; LINS, M. T. G. A implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: um estudo de caso. **Revista Gestão Universitária na America Latina - GUAL**, v. 6, p. 147-170, 2013.

SIMÕES, R. F. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. Curitiba: CEDEPLAR, 2005.

TISAKA, M. **Metodologia de cálculo da taxa do BDI e custos diretos para a elaboração do orçamento na construção civil**. Instituto de Engenharia. São Paulo: Instituto de Engenharia, 2009.

TRICHES, D.; FEDRIZZI G.; CALDART, W. L. Análise dos impactos da Universidade de Caxias do Sul sobre as economias local e regional, decorrente dos gastos acadêmicos dos estudantes: 1990 a 2002. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2, 2004. Porto Alegre: **Anais...** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2004. 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **De EFOA a UNIFAL-MG: Memórias de 100 anos de história**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2014a. Disponível em <http://issuu.com/assessoriacomunicacao/docs/efoa_unifal_livro_centenario_web>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. **Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD**. Disponibiliza informações sobre o CEAD. Alfenas: UNIFAL-MG, 2014b. Disponível em <<http://cead.UNIFAL-MG.edu.br>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Despesas Liquidadas da UNIFAL-MG 2015. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. **Despesas liquidadas. xlsx**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2015b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2011-2015**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2013. Disponível em <<http://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/pdi%202011-2015>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Plano de Metas 2015**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2015a. Disponível em <<http://www.UNIFAL-MG.edu.br/planejamento/plano-de-metas>> Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. Relação dos servidores da UNIFAL-MG. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Relação servidores 19-08-2014. xls**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2014c.

_____. **Relatórios de Gestão de 2002 a 2014**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2015c. Disponível em: <<http://www.UNIFAL-MG.edu.br/auditoria/processodeprestacaodecontas>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

_____. **UNIFAL-MG em Números**. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional. Alfenas: UNIFAL-MG, 2015d. Disponível em <<http://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/unifal-em-numeros>>. Acesso em: 20 maio 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário

1. **Servidor Público Federal:** () Ativo () Inativo

2. **Se ativo, informe o departamento:**

a. () Escola de Enfermagem	f. () Instituto de Ciências da Natureza
b. () Faculdade de Ciências Farmacêuticas	g. () Instituto de Ciências Exatas
c. () Faculdade de Nutrição	h. () Instituto de Ciências Humanas e Letras
d. () Faculdade de Odontologia	i. () Instituto de Química
e. () Instituto de Ciências Biomédicas	j. () Outros (Pró-Reitorias, Gabinete, etc)

3. **Classe:** () Docente () Técnico Administrativo em Educação - TAE

4. **Reside em Alfenas-MG?** () Sim () Não

5. Considerando o total dos seus rendimentos **líquidos** recebidos pela folha de pagamento da UNIFAL-MG, em que faixa salarial líquida você se encontra:

a. () até R\$ 1.999,99	i. () de R\$ 9.000,00 a R\$ 9.999,99
b. () de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,99	j. () de R\$ 10.000,00 a R\$ 11.999,99
c. () de R\$ 3.000,00 a R\$ 3.999,99	k. () de R\$ 12.000,00 a R\$ 13.999,99
d. () de R\$ 4.000,00 a R\$ 4.999,99	l. () de R\$ 14.000,00 a R\$ 15.999,99
e. () de R\$ 5.000,00 a R\$ 5.999,99	m. () de R\$ 16.000,00 a R\$ 18.999,99
f. () de R\$ 6.000,00 a R\$ 6.999,99	n. () de R\$ 19.000,00 a R\$ 21.999,99
g. () de R\$ 7.000,00 a R\$ 7.999,99	o. () de R\$ 22.000,00 a R\$ 24.999,99
h. () de R\$ 8.000,00 a R\$ 8.999,99	p. () acima de 25.000,00

6. Qual a parcela do total dos seus rendimentos líquidos da UNIFAL-MG são gastos, em média, **no município de Alfenas-MG**, considerando, além dos seus gastos, os gastos de seus familiares, desde que esses gastos sejam oriundos de sua folha de pagamento:

a. () 0 a 10%	d. () de 50% a 69,99%
b. () de 10% a 29,99%	e. () de 70% a 89,99%
c. () de 30% a 49,99%	f. () de 90% a 100,00%

- Qual o gasto mensal médio da sua família **no município de Alfenas-MG** com:
 7. Água, energia elétrica, gás, e telefone, IPTU, condomínio:

a. () Não tem despesas	d. () de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
b. () até R\$ 299,99	e. () de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
c. () de R\$ 300,00 a R\$ 599,99	f. () acima de R\$ 1.500,00

 8. Imobiliária: Aluguel

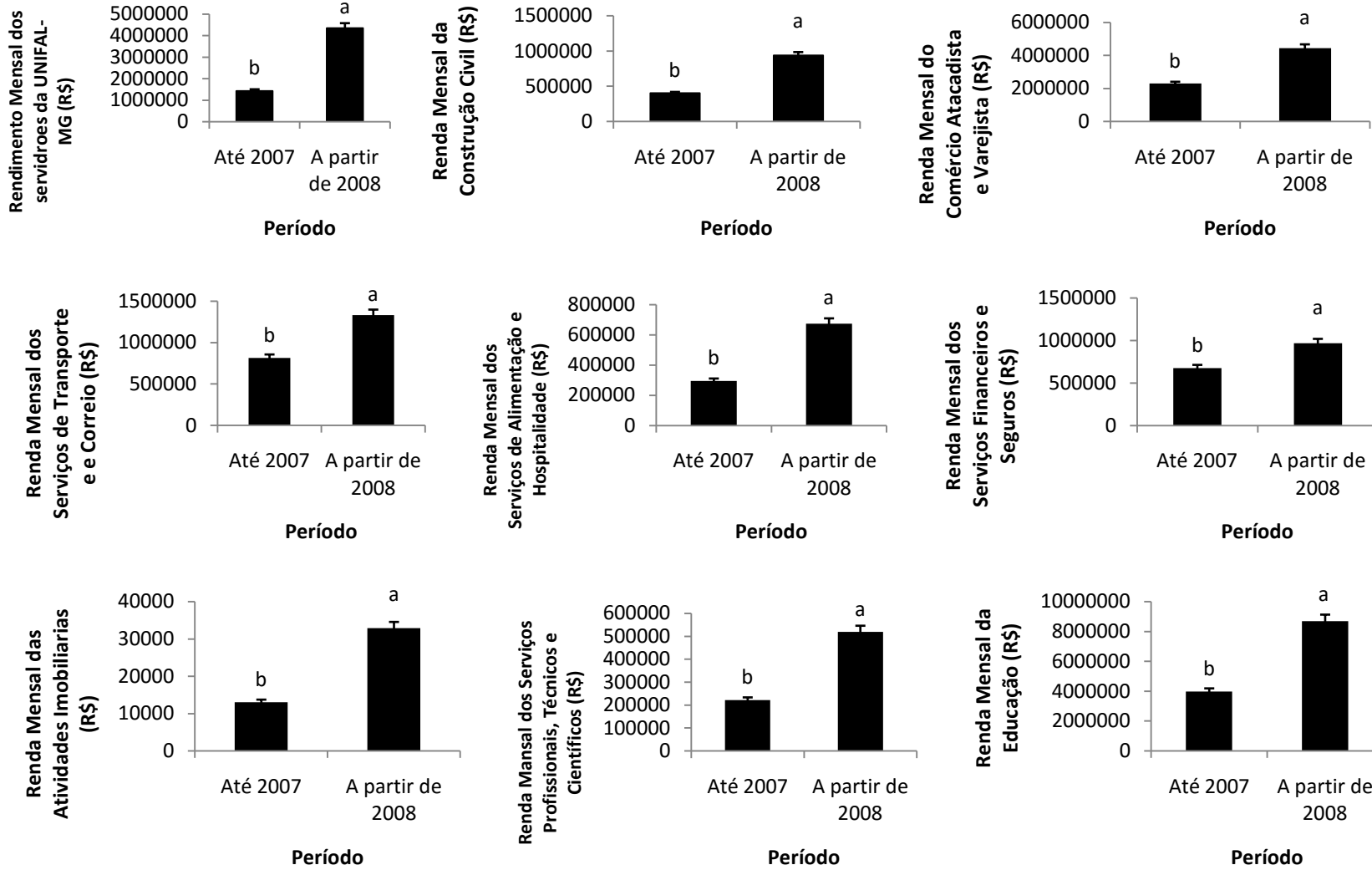
a. () Não tem despesas	d. () de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
b. () até R\$ 299,99	e. () de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
c. () de R\$ 300,00 a R\$ 599,99	f. () acima de R\$ 1.500,00

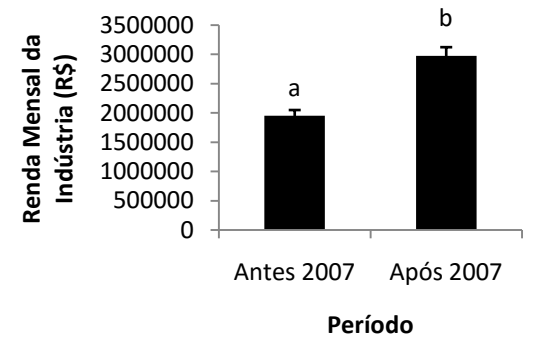
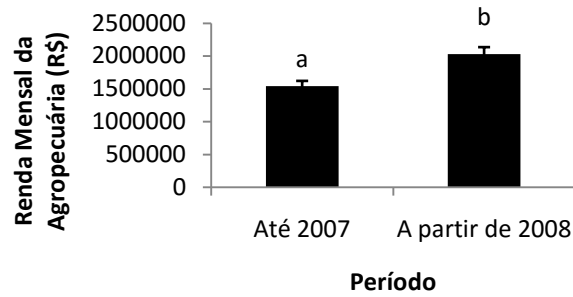
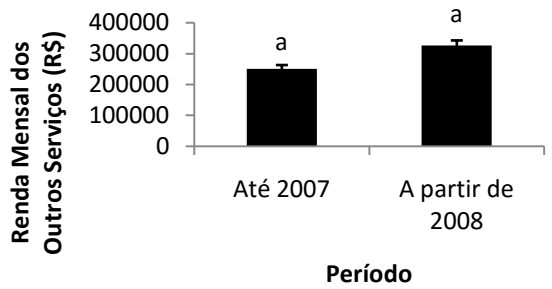
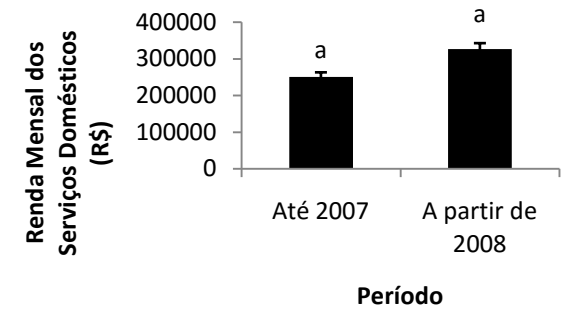
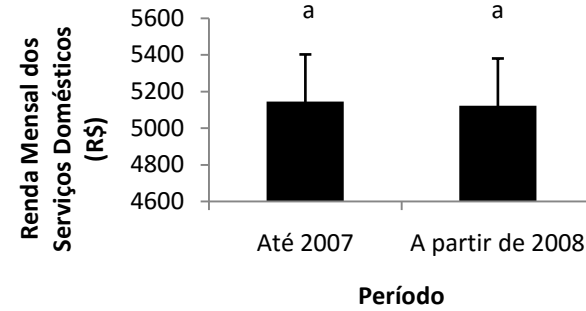
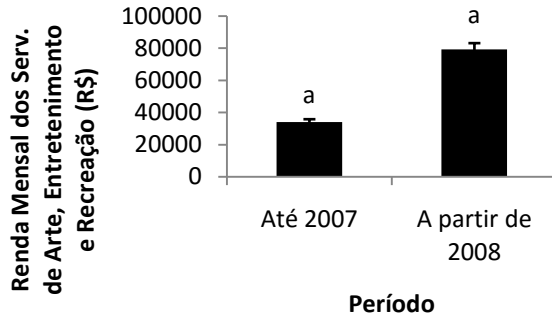
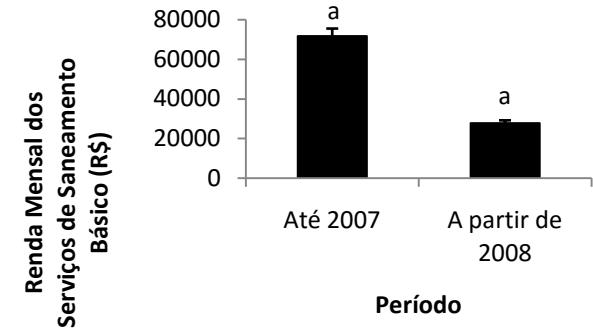
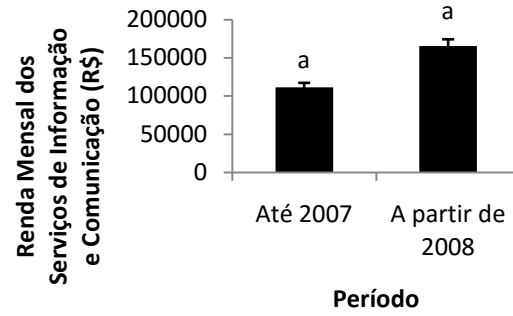
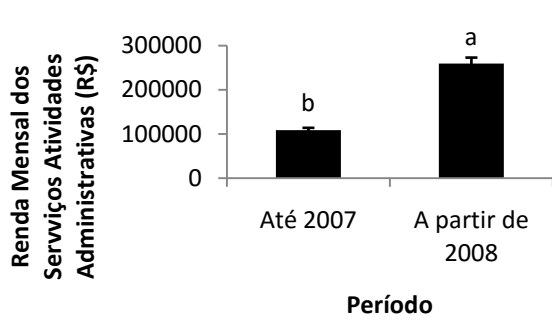
 9. Alimentação: supermercados, empórios, padarias, quitandas, açougues, etc.:

a. () Não tem despesas	d. () de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
b. () até R\$ 299,99	e. () de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
c. () de R\$ 300,00 a R\$ 599,99	f. () acima de R\$ 1.500,00

- 10. Alimentação fora de Domicílio: Restaurantes**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 11. Artigos Farmacêuticos: cosméticos e medicamentos:**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 12. Artigos de Vestuário: calçados, roupas, acessórios:**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 13. Veículo particular: manutenção de veículos, combustíveis**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 14. Mensalidade escolar, material didático, cursos de línguas e informática**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 15. Hospitais, planos de saúde, exames laboratoriais e profissionais da saúde: médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros.**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 16. Serviços de terceiros: empregados domésticos, faxineiros, jardineiros, etc.**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 17. Habitação em imóvel próprio: prestação da casa própria, material de construção civil, pedreiros.**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 18. Serviços de arquitetura, engenharia, contabilidade, veterinário, publicidade, etc.**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 19. Teatro, cinemas, clubes sociais e esportivos, etc.**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00
- 20. Outras Despesas: Utensílios para casa, eletrodomésticos, informática e papelaria, etc.**
- a. Não tem despesas
 - b. até R\$ 299,99
 - c. de R\$ 300,00 a R\$ 599,99
 - d. de R\$ 600,00 a R\$ 999,99
 - e. de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 - f. acima de R\$ 1.500,00

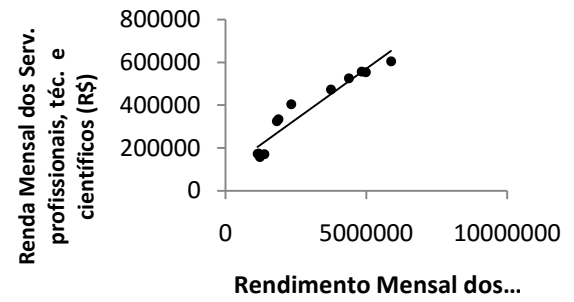
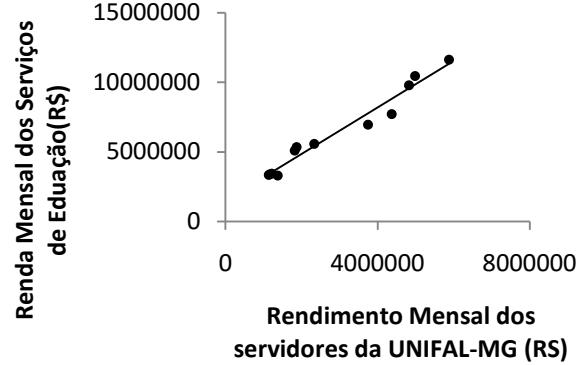
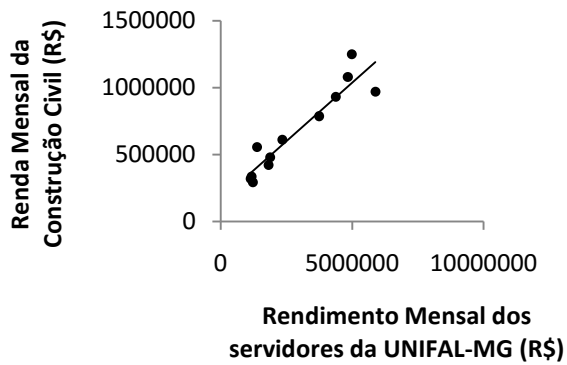
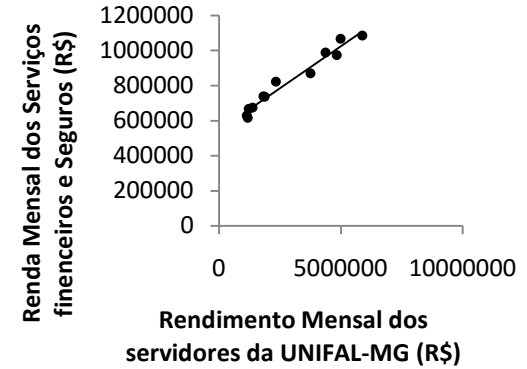
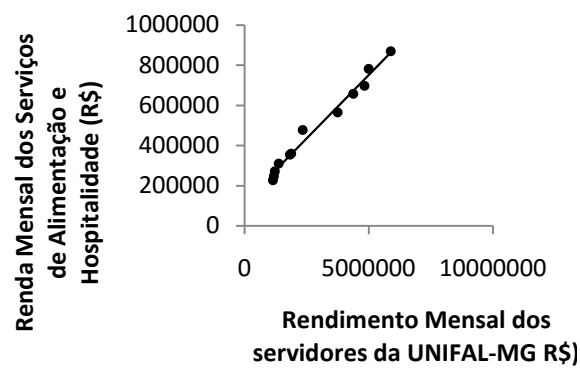
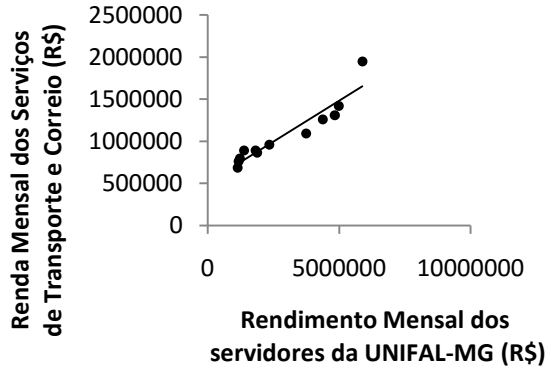
APÊNDICE B – Diferença na renda mensal dos setores econômicos de Alfenas até 2007 e a partir de 2008

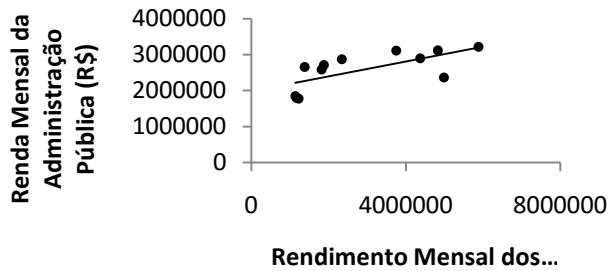
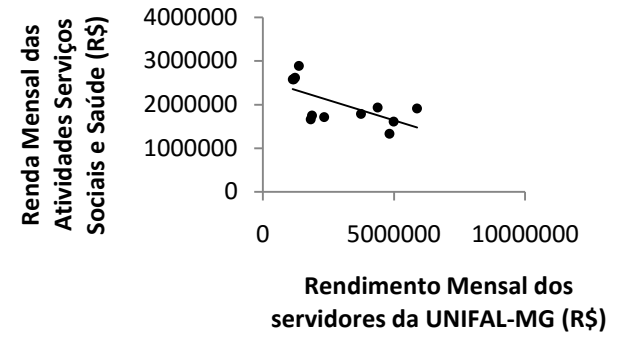
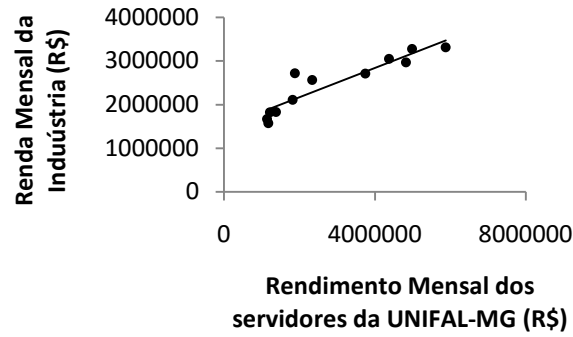
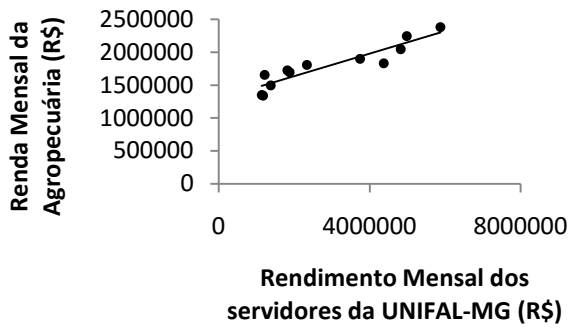
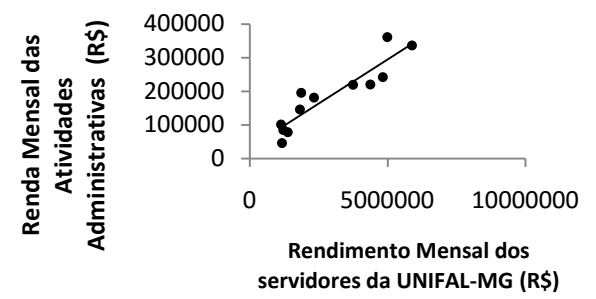
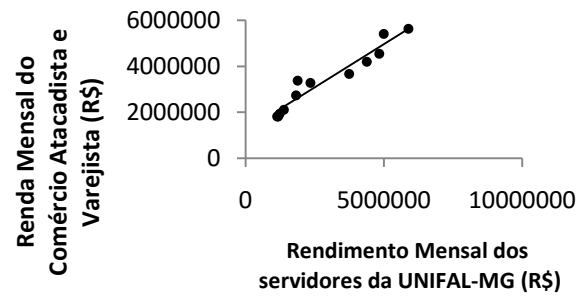
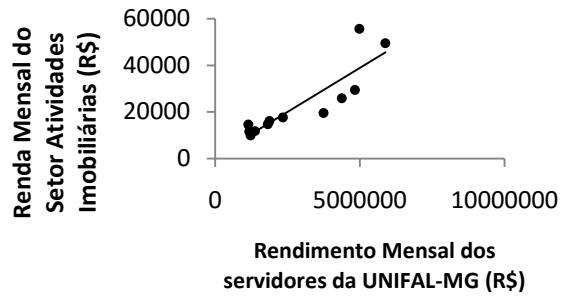




Fonte: Do autor.

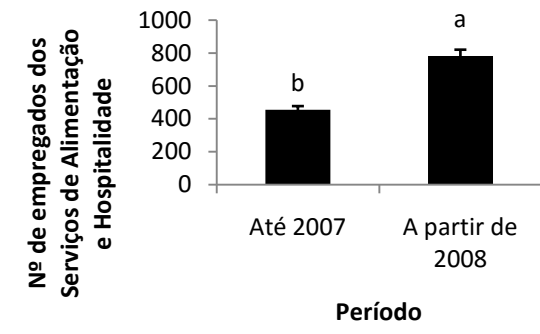
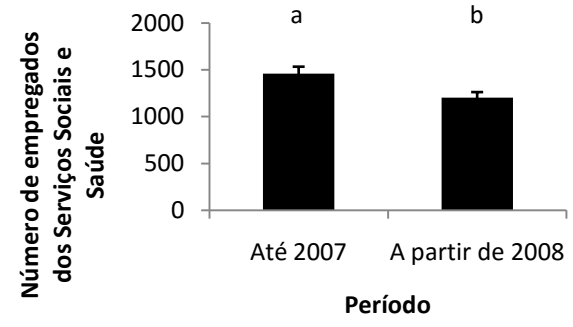
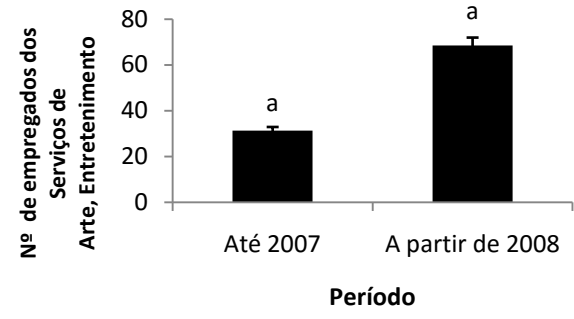
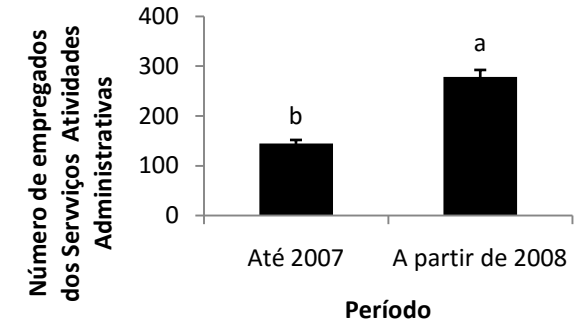
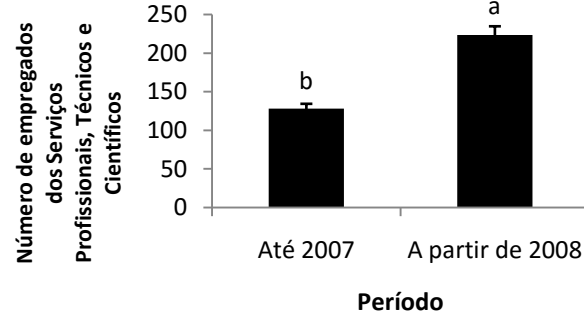
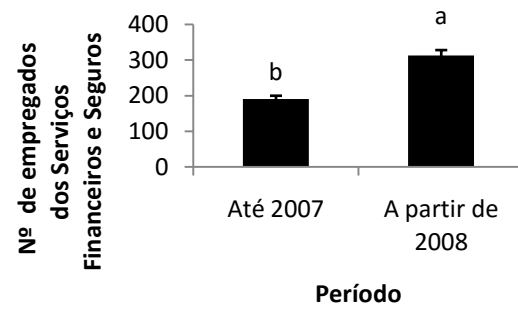
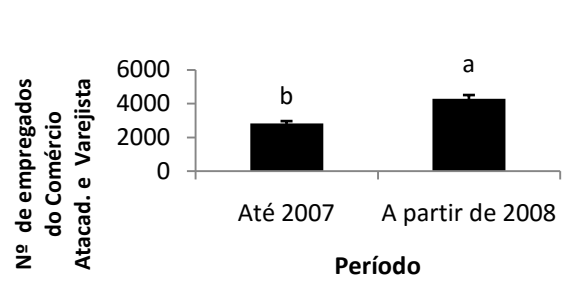
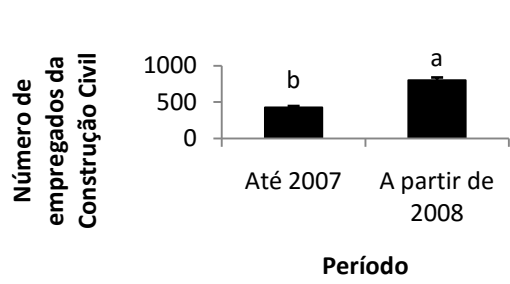
APÊNDICE C – Resultado da Regressão Linear Simples do Rendimento Mensal dos servidores da UNIFAL-MG sobre a renda mensal dos setores econômicos cuja renda mensal aumentou a partir de 2008

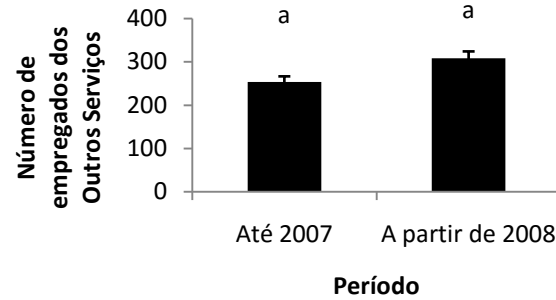
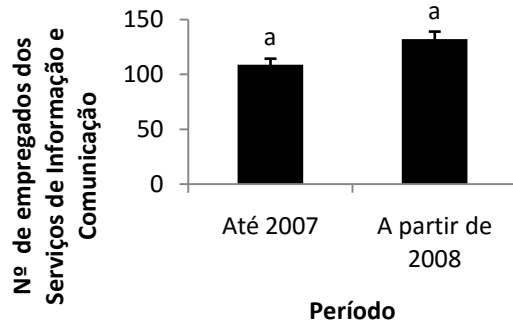
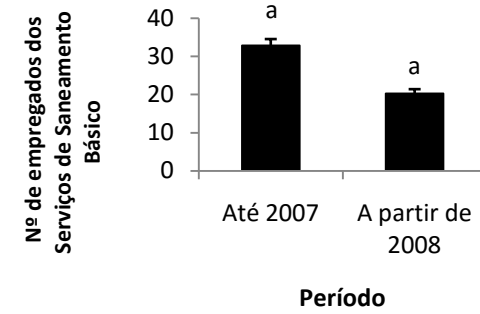
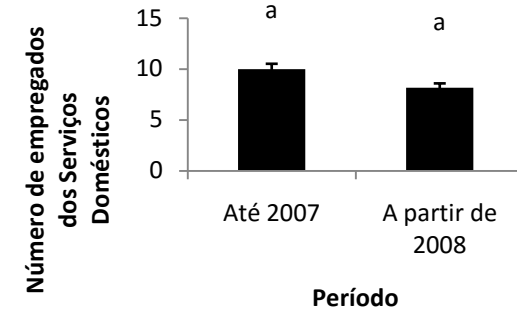
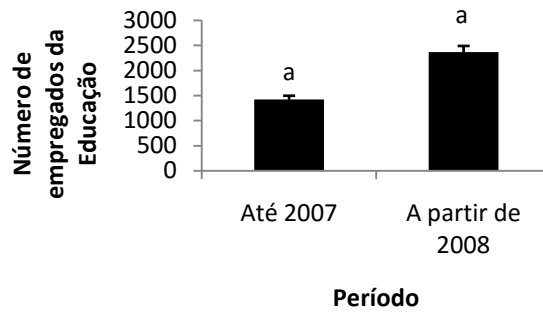
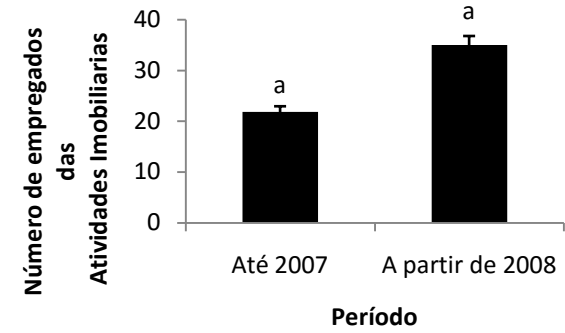
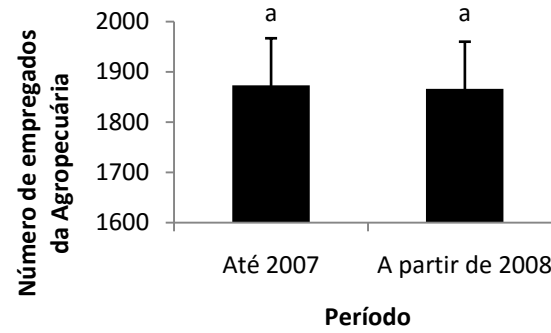
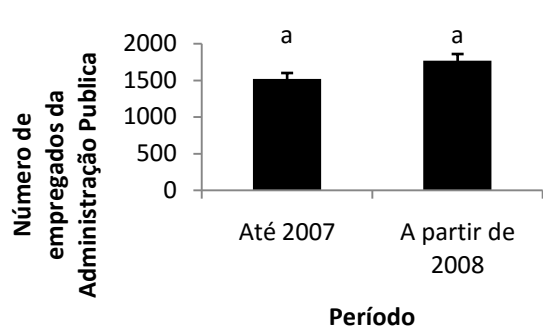




Fonte: Do autor.

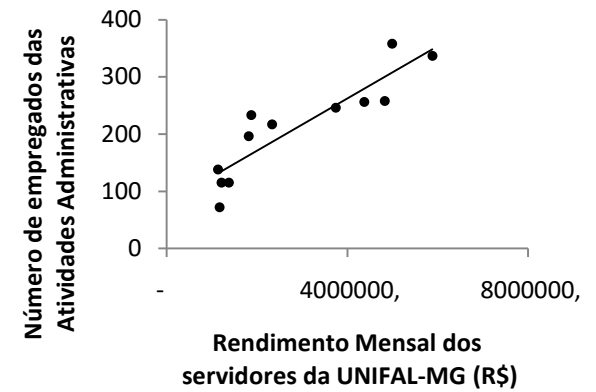
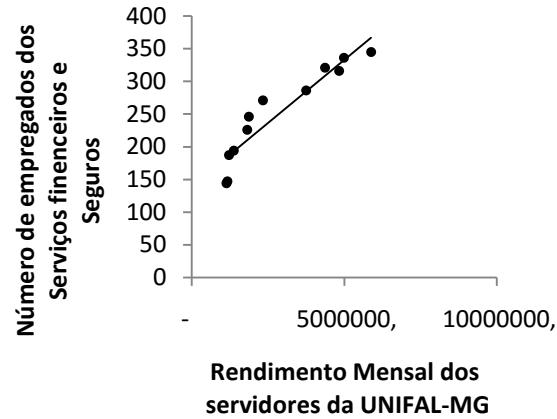
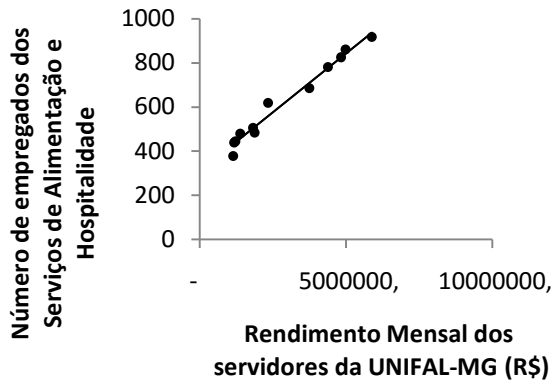
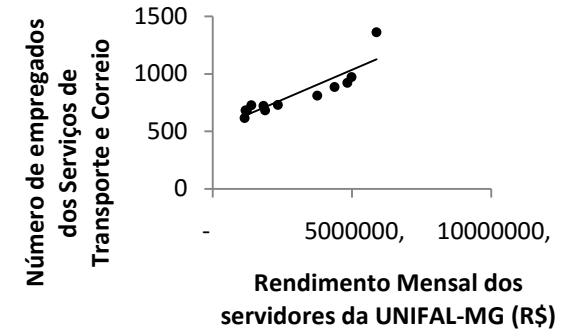
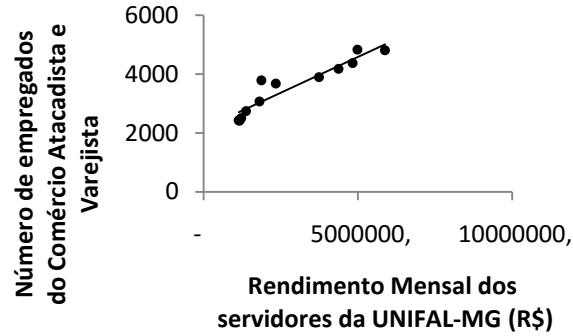
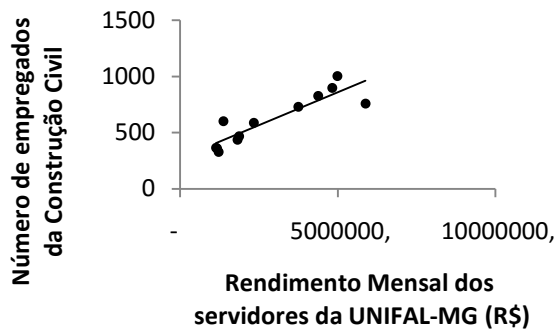
APÊNDICE D – Diferença no número de empregados dos setores econômicos de Alfenas até 2007 e a partir de 2008

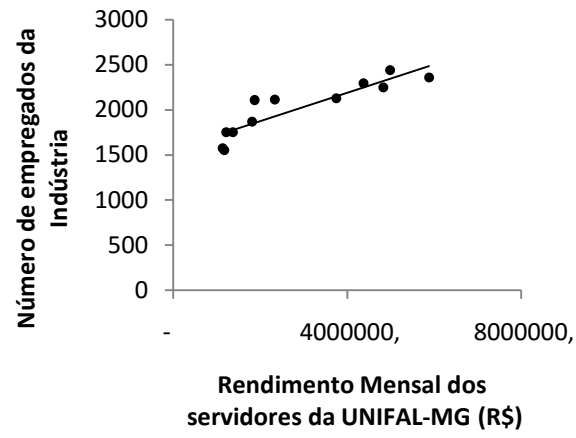
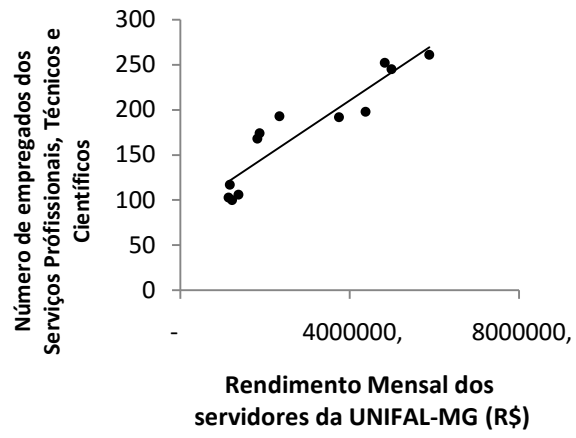




Fonte: Do autor.

APÊNDICE E – Resultado da Regressão Linear Simples da renda mensal dos servidores da UNIFAL-MG sobre o número de empregados dos setores econômicos cuja renda mensal aumentou a partir de 2008





Fonte: Do autor.

ANEXOS

ANEXO A – Série Histórica das despesas com Locação de Mão de Obra na UNIFAL-MG

Elemento de Despesa	Descrição	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
3.3.3.9.0.37.01	Apoio Adm. e Técnico Operacional	621.443	145.213	428.925	506.041	543.612	2.131.953	2.275.056	2.924.601	3.803.697	4.001.691	5.043.433	6.552.693	7.315.068
3.3.3.9.0.37.02	Limpeza e Conservação	445.919	1.015.677	1.067.309	1.004.507	1.053.779	-	-	164.223	444.300	1.566.560	1.813.073	2.360.671	2.521.021
3.3.3.9.0.37.03	Vigilância Ostensiva	-	-	-	-	-	-	64.476	301.620	704.026	1.226.111	1.743.592	2.406.563	2.435.231
3.3.3.9.0.37.04	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	25.208	193.712	459.574	614.427	817.372	765.220
3.3.3.9.0.37.00	Total - Locação de Mão de obra	1.067.363	1.160.889	1.496.234	1.510.548	1.597.392	2.131.953	2.339.533	3.415.651	5.145.735	7.253.936	9.214.525	12.137.299	13.036.541

Fonte: Adaptado de UNIFAL-MG (2015c).

Nota: Valores em Reais (R\$) de dezembro de 2014.

ANEXO B – Séries Históricas Despesas da UNIFAL-MG por Grupo de Despesa

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal e Encargos Sociais	32.241.998	31.769.008	40.557.122	43.976.057	51.093.420	70.775.289	62.385.906	90.063.387	93.506.063	104.782.486	123.194.485
Outras Despesas Correntes	5.786.074	6.562.233	6.885.271	9.797.004	11.362.629	17.136.402	16.987.156	19.338.416	23.103.512	34.043.062	37.849.634
Investimentos	1.704.510	569.283	1.724.794	5.364.162	6.471.437	21.202.532	16.048.097	17.182.299	18.911.275	16.657.607	19.690.025

Fonte: Adaptado de UNIFAL-MG (2015c).

Nota: Valores financeiros em Reais (R\$) de dezembro de 2014.

ANEXO C - Série Histórica dos indicadores da UNIFAL-MG

Nome	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Vencimentos dos servidores ativos UNIFAL-MG lotados em Alfenas (média mensal)	1.171.461	1.137.429	1.217.467	1.375.573	1.816.593	1.873.293	2.336.613	3.745.554	4.374.426	4.828.226	4.986.005	5.880.190	Não Disponível
Outras Despesas Correntes - Excluindo Poços de Caldas e Varginha (R\$)			5.786.075	6.562.234	6.885.272	9.797.004	11.362.629	9.233.932	9.727.316	23.367.337	24.100.642	33.957.223	31.315.960
Investimentos- Excluindo Poços de Caldas e Varginha (R\$)			1.704.509	569.284	1.724.794	5.364.162	2.962.934	5.197.431	2.289.588	14.238.255	7.589.229	12.877.811	10.469.535
Número de Docentes - Efetivos	117	113	118	125	165	165	194	323	341	361	380	439	466
Número de Técnico-Administrativos	143	137	137	138	146	158	185	227	242	249	272	288	333
Número de Servidores Lotados na UNIFAL - Alfenas	253	248	258	283	313	335	385	561	596	664	708	761	799
Número de Alunos de Pós-Graduação	-	-	-	-	15	27	39	52	61	132	277	335	391
Número de Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	-	-	-	-	1	1	2	4	5	8	13	15	18
Número de Alunos de Graduação Matriculados na UNIFAL-MG - Alfenas - Média entre 1º e 2º semestres	1.098	1.214	1.248	1.336	1.467	1.866	2.188	2.748	3.183	3.428	3.474	3.697	3.657
Gasto médio anual de 01 Aluno de Graduação	3.276	3.788	4.033	4.317	4.509	4.666	4.924	5.172	5.425	5.802	6.133	6.516	6.932
Gasto médio anual dos Alunos de Graduação	2.518.289	3.218.778	3.523.026	4.036.861	4.630.063	6.094.463	7.541.321	9.948.809	12.087.755	13.923.557	14.914.907	16.862.084	17.744.106

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b), UNIFAL-MG (2015c), Mina, Ramos e Rezende (2011), UNIFAL-MG (2015d).

Nota: Valores financeiros em Reais (R\$) de dezembro de 2014.

ANEXO D - Série Histórica da Renda Mensal por atividade Econômica no Município de Alfenas

Atividade Econômica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	1.339.147	1.350.352	1.656.115	1.493.046	1.721.887	1.694.096	1.805.003	1.895.993	1.829.038	2.045.580	2.242.188	2.379.081
Indústria Extrativa	40.050	33.844	30.848	39.882	39.579	40.628	42.674	59.469	66.901	72.987	81.272	58.211
Indústria	1.534.782	1.633.073	1.794.176	1.788.141	2.071.451	2.678.196	2.519.791	2.648.238	2.977.047	2.890.485	3.193.719	3.251.388
Atividades de Saneamento Básico	206.917	215.045	4.854	4.180	-	-	-	1.479	6.950	4.887	76.563	76.828
Construção Civil	335.856	319.665	292.854	555.246	422.145	479.557	610.843	786.530	931.181	1.079.073	1.249.127	970.459
Comércio Atacadista e Varejista	1.818.425	1.815.720	1.912.180	2.114.208	2.736.936	3.377.716	3.271.407	3.668.139	4.193.418	4.539.847	5.407.858	5.625.533
Transporte e Correios	760.828	685.968	797.484	892.126	890.568	864.379	961.105	1.091.438	1.257.969	1.308.614	1.419.413	1.947.303
Serviços de Alimentação e Hospitalidade	248.705	227.354	272.259	310.379	353.958	359.461	476.927	564.838	657.507	696.704	780.931	868.884
Informações e Comunicações	127.116	110.040	137.913	172.605	25.438	95.589	80.801	125.742	255.186	132.830	198.990	201.115
Serviços Financeiros e Seguros	616.281	628.723	667.646	675.201	739.387	736.203	823.032	871.214	988.622	974.494	1.067.808	1.086.240
Imobiliária	11.534	14.588	9.875	11.735	14.705	16.035	17.592	19.518	25.770	29.358	55.650	49.481
Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos	173.173	171.860	157.443	171.062	325.301	333.846	404.510	473.239	525.019	556.912	553.289	604.409
Administração e Serviços de Suporte	45.947	101.058	85.176	77.978	145.614	195.003	180.819	218.609	219.579	241.998	360.712	336.256
Administração Pública	1.795.917	1.850.414	1.775.359	2.657.931	2.580.903	2.711.162	2.866.396	3.111.523	2.894.059	3.111.757	2.363.898	3.213.869
Educação	3.401.794	3.341.888	3.443.542	3.298.259	5.083.649	5.347.356	5.565.889	6.961.736	7.725.711	9.795.912	10.459.691	11.626.349
Serviços Sociais e de Saúde	2.578.454	2.576.700	2.611.832	2.883.411	1.661.745	1.749.022	1.712.123	1.783.746	1.933.494	1.330.879	1.606.710	1.910.098
Artes, Entretenimento e Recreação	3.327	1.609	3.579	1.931	120.880	73.510	67.977	83.414	87.036	79.542	73.181	84.170
Outros Serviços	248.843	244.161	128.053	341.795	362.096	178.481	275.932	326.577	326.635	414.334	296.384	318.166
Serviços Domésticos	1.533	3.105	5.824	4.222	8.177	8.007	6.705	7.150	2.549	8.662	4.225	1.451
TOTAL	15.288.630	15.325.167	15.787.013	17.493.337	19.304.417	20.938.248	21.689.525	24.698.592	26.903.670	29.314.855	31.491.609	34.609.290

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

Notas: Valores em Reais (R\$) de dezembro de 2014.

Para o teste de AICc a Indústria Extrativa foi somada à Indústria.

ANEXO E - Série Histórica do número de empregados por atividade Econômica no Município de Alfenas

Atividade Econômica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	1.815	1.758	2.060	1.758	2.027	1.820	1.831	1.918	1.775	1.821	1.927	1.927
Indústria Extrativa	41	36	32	39	32	30	35	37	42	43	37	27
Indústria	1.512	1.538	1.718	1.711	1.835	2.077	2.076	2.090	2.250	2.203	2.401	2.330
Atividades de Saneamento Básico	90	91	8	8	-	-	-	2	7	5	48	60
Construção Civil	360	365	328	600	435	467	588	728	826	897	1.002	758
Comércio Atacadista e Varejista	2.414	2.420	2.499	2.745	3.065	3.782	3.676	3.891	4.180	4.368	4.828	4.807
Transporte e Correios	684	617	680	729	723	683	731	812	887	924	973	1.362
Serviços de Alimentação e Hospitalidade	439	378	445	479	505	484	618	685	781	825	861	917
Informações e Comunicações	126	113	125	170	33	86	81	111	202	105	148	147
Serviços Financeiros e Seguros	147	144	187	194	226	246	271	286	321	316	336	345
Imobiliária	21	26	19	21	22	22	26	26	31	34	48	45
Serviços Profissionais, Técnicos e Científicos	117	103	100	106	168	174	193	192	198	252	245	261
Administração e Serviços de Suporte	72	138	115	115	196	233	217	246	256	258	358	337
Administração Pública	1.295	1.312	1.402	1.775	1.673	1.673	1.804	1.889	1.669	1.975	1.369	1.902
Educação	1.288	1.275	1.392	1.346	1.558	1.684	1.644	1.770	1.764	2.859	3.000	3.180
Serviços Sociais e de Saúde	1.511	1.542	1.455	1.572	1.317	1.370	1.332	1.353	1.443	892	1.028	1.169
Artes, Entretenimento e Recreação	6	3	6	3	98	72	60	73	79	63	60	76
Outros Serviços	276	241	152	307	340	206	277	307	294	407	275	291
Serviços Domésticos	5	6	12	8	15	14	12	12	4	13	6	2
TOTAL	12.219	12.106	12.735	13.686	14.268	15.123	15.472	16.428	17.009	18.260	18.950	19.943

Fonte: Adaptado de Brasil (2015b).

ANEXO F – Relação dos servidores da UNIFAL-MG em 19/08/2014

Servidores Ativos			
	Reside em Alfenas	Não reside	Total
Docentes	278	194	472
Lotados em Alfenas	274	60	334
Lotados em Varginha	3	53	56
Lotados em Poços	1	81	82
TAEs	213	109	322
Lotados em Alfenas	212	39	251
Lotados em Varginha	1	24	25
Lotados em Poços	0	46	46
TOTAL - Docentes e TAEs	491	303	794

Fonte: Adaptado de UNIFAL-MG (2014c).

Nota: As quantidades circuladas indicam os servidores que cumprem os requisitos para responderem ao questionário.